

## Transcrição da 436ª ROP CONSEMA

1  
2 **00:17:00 Anselmo Guimarães:** Muito bom dia a todos e a todas. Bom dia senhora presidente,  
3 conselheiros e conselheiras, demais amigos que nos acompanham pela internet. Foi verificado o  
4 quórum para abertura da reunião, então a mesa declara abertos os trabalhos da 436ª Reunião  
5 Ordinária do Plenário do CONSEMA, que tem a pauta conhecida e distribuída no prazo regimental  
6 para todos os senhores. Informo a todos os presentes que a transmissão ao vivo dessa reunião pode  
7 ser acessada no *YouTube*, pela página “@semilsp”. A presente reunião ocorre na sala de reuniões  
8 do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual através de  
9 videoconferência, a qual já aproveito para cumprimentar aqueles que estão de maneira remota aqui  
10 conosco. Gostaria de agradecer a todos os convidados e convidadas, todos os que vieram aqui  
11 acompanhar os trabalhos e convidá-los a passar ao expediente preliminar dessa reunião. Primeiro  
12 item seria a aprovação da ata. Tendo em vista que não foi possível o envio no prazo regimental da  
13 ata da Reunião Plenária 434, que inviabiliza por si só a sua aprovação, apresento aqui as nossas  
14 escusas e solicito a compreensão de todos para nós encaminharmos as atas que estão  
15 remanescentes para aprovação para a próxima reunião plenária. Dito isso, gostaríamos de passar  
16 para as comunicações da presidência e da secretaria executiva, com a palavra, agora, a senhora  
17 presidente do CONSEMA, a secretária Natália Resende, para suas comunicações e informes.  
18 Muito bom dia, secretária, por favor.

19 **00:18:36 Natália Resende:** Bom dia, Anselmo, bom dia. Satisfação estar aqui com vocês, que  
20 nos acompanham presencialmente, também virtualmente. Sempre é uma alegria para a gente estar  
21 aqui no CONSEMA. Vou falar um pouquinho desses dois primeiros, acho que depois você detalha,  
22 né, Anselmo? A gente abriu um espaço aqui de participação para a construção do Finaclima, e tem  
23 muito a intenção, esse mecanismo da gente conseguir cada vez mais fomentar os nossos projetos  
24 de resiliência dado às mudanças climáticas, tudo que a gente está vendo acontecer, e aí a gente  
25 tem uma série de ações aqui de curto, médio e longo prazo, Finaclima vêm para poder crescer  
26 também, e muito fazer um elo entre iniciativa privada, organismos multilaterais. E esses projetos  
27 que a gente já tem aqui também na Secretaria, com uma governança bem estabelecida, a  
28 participação social. Então a gente quer fazer dar certo, isso eu tenho certeza que também vai ser  
29 referência não só para o estado de São Paulo. E aí a gente lançou o chamamento público para a  
30 composição do conselho de orientação, que vai definir as estratégias, diretrizes. Também abrimos  
31 consulta pública para o Plano Diretor do Parque da Juventude, instalamos o nosso comitê gestor  
32 de mudanças climáticas, também outra instância de governança que a gente entende muito  
33 importante para conseguir sempre ter os atores e conseguir construir de uma forma conjunta essas  
34 políticas públicas que a gente já vem desenvolvendo, e claro, quer cada vez acelerar mais,  
35 considerando o cenário que a gente tem observado. Teve uma queda de 41% em junho o número  
36 de incêndios florestais. De toda forma, a gente sabe das perspectivas, da seca que a gente enfrenta,  
37 vai enfrentar também, sobretudo agosto, setembro. Então a gente precisa sempre ficar em alerta,  
38 e tudo o que a gente tem feito em conjunto, nós, Fundação Florestal, Defesa Civil, Corpo de  
39 Bombeiros, Secretaria de Segurança, DER, todos os nossos órgãos, nossos policiamento  
40 ambiental, é muito no sentido da gente sempre conseguir se prevenir e também remediar quando  
41 for necessário. E nesse sentido, também muito da repressão do comando e controle, a gente aplicou  
42 mais de um milhão de multas contra baloeiros em 2024. A gente sempre deixa o alerta, a  
43 importância da gente cumprir as regras e olhar o nosso meio ambiente com muito cuidado. Mais  
44 de 150 prefeituras paulistas já aderiram ao Íntegra Resíduos, é um programa que a gente está  
45 fazendo, olhando muito a destinação dos resíduos e para a gente valorizar o resíduo. Então a gente  
46 tem um diagnóstico, que acho que a gente já comentou algumas vezes de, por exemplo, mais de

47 180 municípios do estado de São Paulo, de ter que percorrer mais de 50 quilômetros para poder  
48 destinar seus resíduos. Isso gera um custo logístico alto e muitas vezes a gente não olha para a  
49 valorização do resíduo enquanto geração de energia, enquanto reciclagem, compostagem, geração  
50 de emprego e renda, olhar os catadores como agentes ambientais. E é isso que a gente está fazendo  
51 no Integra, em conjunto com os municípios, para a gente conseguir ter mais escala, mais escopo,  
52 modelar parcerias público-privadas para a gente conseguir auxiliar também os municípios, o  
53 próprio estado e a sociedade nessa perna do saneamento básico que a gente precisa sim olhar com  
54 atenção. O Projeto de Desestatização da Sabesp foi concluído no dia 23 da semana passada, o  
55 contrato já está em vigor, um contrato cujas tarifas já começaram a ser reduzidas  
56 proporcionalmente a partir do dia 23, vai entrar integralmente, por uma questão operacional, no  
57 dia 23 de agosto, um mês, e aí, de forma proporcional até lá. Com a previsão de investimento de  
58 69 bilhões de reais até 2029, 260 bilhões de reais até 2060, com todo um Plano de Investimento  
59 especificado município a município para a gente de fato cumprir a universalização antecipada em  
60 quatro anos, até 2029. Isso gera uma externalidade positiva de saúde, de qualidade de vida e de  
61 despoluição dos nossos mananciais muito grande. Então agora é cumprir o contrato, fiscalizar e  
62 regular muito bem para tudo que a gente conseguiu com muito sucesso nesse processo ser de fato  
63 concluído. A gente investiu mais de 5 bi em obras de rodovias, melhoria de logística, isso,  
64 escoamento de produção rural que a gente inaugurou, por exemplo, uma vicinal agora na semana  
65 passada em Lagoinha. Também há outras melhorias de SPs na região do Vale do Paraíba. Isso é  
66 muito importante para a gente também ter mais segurança aviária, drenagem também, isso também  
67 é resiliência. Transportamos 9.6 milhões de usuários no primeiro semestre desse ano, nas  
68 travessias e sempre tentando, envidando muitos esforços para a gente melhorar. A gente sabe que  
69 precisa melhorar, que tem uma situação que a gente pegou precária, mas a gente tem feito muito  
70 investimento e vai continuar cada vez mais para a gente melhorar nossas travessias. Publicamos a  
71 licitação para duplicação da Rodovia Bunjiro Nakao, que também é importante, um histórico que  
72 a gente vai solucionar esse problema. E os centros de pesquisa nas áreas de meio ambiente e de  
73 energia, foram aprovados pela Fapesp 21 novos centros de ciência para desenvolvimento, três  
74 projetos aqui da SEMIL, muito liderados pela nossa Subsecretaria de Energia e Mineração, para a  
75 gente olhar também transição energética, descarbonização e tudo isso que está dentro do nosso  
76 Plano de Ação Climática, do nosso Plano de Meio Ambiente também. Acho que é isso, não é,  
77 Anselmo? Já falei muito. Me complemente, obrigada.

78 **00:24:36 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Em complemento aqui com relação às  
79 comunicações da presidência, nesse mês nós tivemos a questão ocorrida na região de Piracicaba,  
80 a questão das mortandades dos peixes. Teve uma ação muito eficiente da Cetesb nesse sentido,  
81 então a gente gostaria agora desse momento de ter a palavra da Cetesb, ceder alguns instantes,  
82 para esclarecer aqui para o CONSEMA as ações que foram realizadas. Senhor presidente, Thomaz.

83 **00:25:00 Thomaz Toledo (Cetesb):** Bom dia a todos. Então, a gente foi acionado no fim de  
84 semana do feriado de 9 de julho, do dia 6 para o dia 7, e ficamos mobilizados por todo esse período,  
85 de lá para cá. O Rio bastante instável nesse período, e depois dessa primeira ocorrência a gente  
86 tem sido bastante demandado, são várias denúncias, apontamentos da sociedade que a gente  
87 recebe, e a gente vem acompanhando todas, e eu vou pedir para a diretora Liv Nakashima fazer  
88 uma apresentação breve aqui do que a gente vem fazendo lá.

89 **00:25:47 Liv Nakashima:** Bom dia a todos. Vou pedir aqui para o nosso especialista de  
90 geoprocessamento, Vinícius, passar para a gente um mapa para ajudar a gente a localizar como  
91 foram as ocorrências, acho que fica um pouco didático para todos entenderem como aconteceu.

92 Como vocês podem ver ali, esse é o Rio Piracicaba, e esse em rosa é o Rio Tijuco Preto que  
93 contribui para o Rio Piracicaba. A gente recebeu no dia 7 de julho, pela manhã, a nossa primeira  
94 ocorrência. Essa primeira ocorrência era na proximidade de uma região chamada Rampa, no Salto  
95 de Piracicaba, onde foram identificadas mortandades de peixes na região central de Piracicaba.  
96 Com essa ocorrência foram feitos diversos pontos de monitoramento de coleta de água, então  
97 vocês vão ver alguns pontos azuis no mapa, eles indicam onde foram feitas as coletas de  
98 monitoramento da qualidade da água. No dia 8, foram feitas amostragens ali no entorno da Usina  
99 São José, onde foram identificadas alterações de condutividade, ODIPH, em relação às  
100 amostragens à montante e à jusante da Usina. Também foi feita uma visita técnica, uma vistoria  
101 técnica na Usina nesse dia e aí eles constataram um volume de extravasamento de água residual e  
102 mel com um odor bem forte. No momento, eles estavam trabalhando com pás carregadeiras para  
103 construção de talude, para evitar o vazamento, e foi possível ver esse extravasamento para o curso  
104 d'água no Ribeirão Tijuco Preto. Ali a Usina tem ali essa característica de que a Usina fica de um  
105 lado, aí tem o córrego que passa bem no meio e esses três pontinhos ali são os tanques de efluentes  
106 que extravasaram para esse córrego, essa linha amarela que passa ali, bem entre essas duas  
107 estruturas. A equipe, nesse momento, todas as equipes estavam mobilizadas. Os atendimentos  
108 foram feitos pelas equipes de Piracicaba, Limeira e Americana, conjuntamente. Fizeram todas as  
109 coletas, os atendimentos, as orientações junto à prefeitura. Durante a avaliação dessas análises, a  
110 gente teve uma nova ocorrência bem significativa no dia 15 de julho, na manhã do dia 15 de julho,  
111 onde a gente foi anunciado pelo Ministério Público que havia uma nova mortandade de peixes ali  
112 na região do Tanquã. Então vocês vão ver lá, à montante, essa região do Tanquã, a gente fez junto  
113 com nossa equipe aqui também de geoprocessamento e a equipe de campo da agência, um  
114 sobrevoo de drone, onde a gente identificou todos os pontos de acúmulo de peixes, então acho que  
115 a gente pode ver ali, é uma região bem maior do que aquela da região central de Piracicaba, com  
116 acúmulo de peixe à montante, bem significativo. E aí a gente iniciou, novos pontos de amostragem  
117 foram feitos nesse local, nessa região, então esses pontos vocês vão ver em branco são os pontos  
118 onde foram feitas coletas de qualidade da água também para averiguar a situação. E aí foi iniciado  
119 também essa ação conjunta com a Secretaria do Meio Ambiente, onde a gente pediu reforços,  
120 junto com a prefeitura, e foi iniciada uma Operação Pindi-Pirá, que contou com a coordenação da  
121 prefeitura e a Polícia Militar Ambiental, a Cetesb agindo nessa coordenação de orientação sobre  
122 acesso ao local. A gente também contou com a Fundação Florestal, orientando porque ali é uma  
123 área de preservação ambiental, então, o gestor da APA também esteve lá fazendo as orientações  
124 das áreas sensíveis, a Defesa Civil do estado de São Paulo. Também a gente teve doações de  
125 algumas empresas, que fizeram doações de EPI, de refeições, e a CPFL, que fez a sessão desse  
126 *hidro tractor* que também ajudou. Então, tudo isso foi feito em conjunto, bastante com a diretoria  
127 C, que é a que coordena todas as agências, e teve um pronto atendimento e orientação para que  
128 todas as agências da região atendessem os chamados, e eles estão mobilizados desde o início da  
129 ação, no dia 7, continuam atendendo diversas ocorrências que têm aparecido no Rio Piracicaba,  
130 porque a população e a comunidade toda está bem atenta, então a gente tem recebido diversas  
131 ocorrências e a gente tem feito diversos pontos de monitoramento e registro dessas ocorrências. A  
132 diretoria de impacto também, a gente agradece, porque eles tiveram em contato com essas outras  
133 empresas que puderam fazer sessão do *hidro tractor*, por exemplo, na CPFL, também com a Usina  
134 que verteu mais água para melhorar a qualidade. Então, assim que a gente identificou essa  
135 mortandade e identificou a queda de oxigênio dissolvido no curso d'água, a gente pediu para o HE,  
136 que fica em Americana, fazer uma vazão maior para o Rio Piracicaba para melhorar a qualidade  
137 da água, então nesses dois eventos a gente conseguiu ter essa melhoria, e também o pessoal da  
138 diretoria de gestão corporativa, que trabalhou na avaliação das imagens de satélite, identificando

139 os pontos onde estavam localizados os peixes, as ocorrências, e a gente conseguiu, em alguns dias,  
140 acho que cinco dias de trabalho, finalizar a coleta desses peixes com essa Operação Pindi-Pirá, e  
141 atualmente a gente continua monitorando toda a região e continua mobilizado ali com nossa equipe  
142 de campo e também a equipe de suporte aqui para atender qualquer ocorrência e avaliar as  
143 consequências. A empresa foi multada, todas essas análises realizadas pela equipe proveram os  
144 dados necessários para fazer uma informação técnica e realizar a multa da empresa. Agora a gente  
145 continua avaliando as demais situações do Rio, junto também com o Ministério Público e como  
146 fazer a recuperação da qualidade do Rio Piracicaba nesse trecho.

147 **00:32:45 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Até, por até por esse momento, já trazer essa  
148 informação de forma proativa. Muito obrigado, parabeno a Cetesb pelos trabalhos empenhados  
149 e a todas as equipes da região. Eu tenho alguns informes aqui também pela Secretaria Executiva.  
150 Antes de passar a eles, tem um que é bastante importante, que nós já encaminhamos há alguns dias  
151 atrás, que é com relação ao chamamento para a composição do conselho de orientação do Fina  
152 Clima. A Helena Carrascosa está aqui conosco. Eu recebi aqui, vou tomar a liberdade de  
153 compartilhar rapidamente com vocês aqui a tela, só para ela esclarecer para a gente um pouquinho  
154 sobre isso e fazer esse reforço a toda a sociedade civil para participar. Helena, bom dia, seja bem-  
155 vinda novamente.

156 **00:33:33 Helena Carrascosa:** Bom dia a todos os conselheiros. O chamamento para a  
157 constituição do conselho de orientação do Finaclima está aberto, e a gente queria aqui reforçar a  
158 importância de ter uma participação da sociedade, para que o conselho consiga cumprir aqueles  
159 objetivos. Então, muito rapidamente, o Fina Clima é o nosso mecanismo de financiamento  
160 climático, lançado agora no dia 5 de junho, por um decreto, e estamos na fase de constituição do  
161 conselho. Esses são os eixos de aplicação, o dos recursos que serão captados, principalmente  
162 recursos privados, um esquema de como está montado esse mecanismo para financiamento, um  
163 conselho de orientação, que é um conselho paritário com representantes do governo e da  
164 sociedade, uma secretaria executiva, já constituída aqui no gabinete da Secretaria de Meio  
165 Ambiente, Infraestrutura e Logística, as fontes de recursos possíveis aqui, recursos privados, uma  
166 entidade gestora que será ainda selecionada por um processo público, isso vai acontecer só depois  
167 da constituição do conselho, porque existem decisões a serem tomadas pelo conselho que são  
168 prévias ao chamamento para a contratação ou adesão da entidade gestora, que deverá ser uma  
169 entidade privada, uma organização da sociedade civil ou outra, ou instituição privada. E os  
170 recursos serão aplicados, então, na agenda de inovações e na agenda de financiamento de soluções  
171 baseadas na natureza, dentro da perspectiva de mitigação, adaptação e resiliência às mudanças  
172 climáticas, principalmente na agenda verde. Então, essa é a constituição do conselho e as  
173 atribuições estão colocadas ali também. Vocês veem que o conselho é fundamental para o  
174 funcionamento desse mecanismo. A gente precisa definir as regras para captação e destinação de  
175 recursos, aprovar o planejamento estratégico, acompanhar as atividades e autorizar às entidades  
176 gestoras a submeter projetos para obter fundos públicos para casar com o dinheiro privado que  
177 vão ser captados e financiar os projetos. Então, nossa mensagem aqui hoje é da importância do  
178 conselho e da importância da participação das entidades que estão aqui, que se manifestem no  
179 chamamento que está aberto nesse momento para que a gente possa ter um conselho realmente  
180 bastante ativo, representativo e de alto nível. Acho que o próximo slide, Anselmo, é o link para o  
181 edital de chamamento público que está aberto, então eu peço aos conselheiros que divulguem e  
182 que, se entenderem pertinente, participem do conselho de orientação do Fina Clima, que é  
183 fundamental para o sucesso desse mecanismo. Era essa a mensagem, obrigada pelo espaço.

184 **00:37:12 Anselmo Guimarães:** Agradecemos, Helena, por você poder trazer esse convite aqui  
185 para nós. Só reforçando aqui, aqueles que estão nos acompanhando online também, não tiveram  
186 tempo de anotar, só reforçando o site “semil.sp.gov.br/editais”, aí lá no final da página vai ter o  
187 edital de chamamento público número 001/2024/UGP, aí lá pode acessar e pegar.

188 **00:37:36 Helena Carrascosa:** Isso, até o dia 30 de agosto. O reforço aí para nos ajudarem a  
189 compor um bom conselho de alto nível, atuante, que nos ajude a tomar boas decisões. Obrigada.

190 **00:37:48 Anselmo Guimarães:** Obrigado. A gente tinha mandado até dia 5 de agosto, então  
191 prorrogado por mais 25 dias. Perfeito, até o dia 30 de agosto. Obrigado, Helena. Prosseguindo  
192 aqui, primeiro agradecer, antes de mais nada aqui, a confiança, tanto da secretária, do Jonatas, do  
193 Thomaz. Estou aqui de volta ao CONSEMA. Queria parabenizar a Roberta Paffi, que esteve aqui  
194 conosco no CONSEMA, está agora desempenhando as atividades junto à Coordenadoria de  
195 Fiscalização e Biodiversidade. Agradeço, acho que ela fez um excelente trabalho pelo que eu pude  
196 acompanhar. Agora vai para novos desafios, obrigado, eu estou aqui com a incumbência,  
197 novamente, de prosseguir com os trabalhos, em conjunto com os trabalhos da Cetesb, como eu já  
198 fazia com a SEMIL, eu acho que a única diferença é que vocês vão ver eu falar um pouquinho  
199 mais agora também, falando um pouquinho também com a agenda da Cetesb, obrigado. Queria  
200 convidar todos os conselheiros, toda a sociedade para as Audiências Públicas convocadas pelo  
201 CONSEMA, a próxima é dia 6 de agosto, em Franca, que é o Eia Rima do empreendimento  
202 Loteamento Fazenda Álamo. Mais informações estão na página do CONSEMA, na página  
203 específica de Audiências Públicas. Queria falar aqui, o conselheiro Beloyanis tinha proposto aqui  
204 um item para a gente discutir na presente reunião, que era relacionada à Lei de Expansão Urbana  
205 de Joanópolis, ele tinha encaminhado por e-mail, e as influências na Apa Sistema Cantareira. Só  
206 esclarecendo, já encaminhamos para ele também, nós encaminhamos o expediente para a  
207 Fundação Florestal também, para que pudesse fazer a verificação com relação ao que impacta o  
208 Plano de Manejo da Apa Sistema Cantareira. Nós recebemos um novo documento aqui do  
209 Beloyanis, que nós vamos encaminhar na sequência para todos os conselheiros e ir acompanhando,  
210 e adiante a gente fazer uma conversa aqui na plenária sobre isso. Relembrar os integrantes das  
211 Comissões Temáticas de Políticas Públicas e de Biodiversidade, da reunião conjunta que nós  
212 convocamos para o dia 6 de agosto, às 14 horas. Essa é a tarde, por videoconferência, que vai ser  
213 dada a continuidade das discussões sobre as APPS em área urbana consolidada. E aos membros  
214 da CTBio, peço que desconsiderem aquela solicitação de agendamento prévio que nós tínhamos  
215 falado para dia 9 de agosto. Por problemas outros, que o presidente vai estar ausente aqui no dia,  
216 o nosso colega Nalon, então peço a compreensão de todos e a gente vai informando os próximos  
217 passos sempre com antecedência para que a gente possa programar previamente. Agradeço a todos  
218 pela compreensão, eu, que dessa vez falei demais, me perdoem. Agora vamos, então, à palavra de  
219 vocês. Nós vamos passar aos assuntos gerais, que são aqueles 30 minutos de fala divididos entre  
220 os conselheiros e conselheiros interessados. Eu já tenho aqui algumas inscrições, que é o  
221 conselheiro Ricardo Crepaldi, conselheiro Paulo Nelson, que está online conosco, conselheiro  
222 Djalma solicitou também o uso da palavra, conselheiro Prioste, também o conselheiro Beloyanis,  
223 a conselheira Gilda Nunes também solicitou o uso da palavra para ceder o tempo para o... Já está  
224 anotado aqui, Gilda, e o conselheiro Leduc. Obrigado, conselheiro Rodrigo Levkovicz. Aqui  
225 online temos o conselheiro também, o Andrés, Paulo Nelson já está anotado, conselheira Rosa  
226 Ramos. Também o conselheiro Rafael Frigério. Nós temos aqui, então, são exatamente 10  
227 conselheiros inscritos para fazer uso da palavra, são três minutos para cada um, por favor. A gente  
228 vai dando aquele toque lá quando for a hora, para a gente poder fazer as conclusões de maneira

229 bastante objetiva. Agradeço a todos pela compreensão. Então vou convidar aqui, pela ordem que  
230 eu anotei, primeiro, o conselheiro Ricardo Crepaldi, por favor.

231 **00:42:05 Ricardo Crepaldi:** Bom dia a todos que aqui estão na mesa, os conselheiros, secretária,  
232 Thomaz, Jonatas e o retorno do nosso amigo Anselmo. Parabéns, Anselmo, antes de começar a  
233 fala. Bom, eu queria colocar basicamente dois pontos, não tem como a ABES não falar depois  
234 desse momento que nós passamos no estado na semana passada, com realmente a finalização da  
235 Desestatização da Sabesp. Então, a ABES sempre lutou pelo saneamento universal dentro do  
236 estado de São Paulo e do Brasil. A ABES, com mais de seus 57 anos, sempre lutou por isso e a  
237 gente está, e a gente participou, como a própria secretária Natália sabe, a gente participou de  
238 muitos pontos, muitos esclarecimentos para que a gente tivesse frutos, porque o principal ponto é  
239 que realmente a gente tenha a universalização do saneamento, que é muito importante. Mas, então  
240 agradecer a todos que participaram, a subsecretária Samanta, que inclusive é da nossa diretoria  
241 também, a Mara Ramos, também da nossa diretoria da ABES, e outros vários especialistas que  
242 participaram para ajudar dentro desse processo, olhando para o quê? Olhando para a  
243 universalização do saneamento. Mas tem que deixar claro que a gente precisa realmente olhar para  
244 o saneamento rural e as comunidades isoladas. Isso é um ponto que, a questão que nós temos hoje  
245 é simplesmente de você fazer a transição para o Grupo Equatorial, é uma coisa, porém, vai precisar  
246 de todo o trabalho que não está preparado o estado, digo o estado como um todo, como poder  
247 público e iniciativa privada, para o saneamento rural. Eu já falei isso várias vezes aqui nessa mesa,  
248 a secretária Natália, também, acho que ela corrobora com essa posição, da gente se preocupar com  
249 esse pessoal que realmente tem as necessidades, aí, dentro, de não estarem no sistema de  
250 tratamento. Então, vamos colocar à ABES sempre à disposição, não só do estado, mas também do  
251 Grupo Equatorial para ajudar, sendo uma entidade técnica, ajudar que a gente realmente chegue  
252 nisso e realmente a gente consiga universalização do saneamento, não só nas cidades, como  
253 também nas comunidades isoladas. Eu gostaria também de colocar, além disso, uma pergunta, um  
254 questionamento no caso de Piracicaba, que nós acompanhamos muito, para o Thomaz, ou para  
255 quem é de direito da Cetesb, questionar sobre se a referida Usina, se ela fez a comunicação prévia  
256 quando aconteceu o incidente? Regionalmente, a gente sabe que se tem informação que não houve  
257 comunicação, então isso eu acho que é um agravante em termos da sociedade. Nós temos direitos  
258 estabelecidos, não tem problema nenhum a gente ter o direito ao lucro, direito ao  
259 empreendedorismo, ou as empresas, porém, elas têm que ter o seu papel. Então, eu acho um  
260 agravante se isso não ocorreu, e eu acho que isso devia ser representado dentro da multa, que nós  
261 sabemos toda a questão jurídica sobre multas, não só no nosso estado, como no país, de se recorrer,  
262 etc., mas que isso seja colocado. E outro detalhe de Piracicaba, depois que ocorreu isso, acho que  
263 todos conhecem a Rua do Porto, a Rua do Porto, uma rua de muito turismo e do turismo que você  
264 tem os artesãos trabalhando e também existe lá os restaurantes, que é a Rua do Porto de Peixe,  
265 então eles foram muito afetados e isso deveria ser, de alguma maneira, olhado, não só no ambiente  
266 local, mas que esse empreendimento tenha a sua parcela de culpa porque teve uma sociedade  
267 afetada. Só por último, Anselmo. Amanhã Bauru faz 128 anos. Eu, como um bauruense de  
268 coração, queria colocar e colocar para vocês, Bauru está fazendo 128 anos, é uma região sede de  
269 uma região administrativa do estado, e amanhã, eu, inclusive, estou indo hoje para as festividades  
270 de amanhã do aniversário de Bauru e queria deixar colocado aqui, inclusive convidar os colegas  
271 do conselho e demais que estão nos assistindo, a participarem disso. É um momento importante  
272 para a cidade, para um futuro mais sustentável. Obrigado.

273 **00:46:43 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Só esclarecendo que não fomos nós  
274 que desligamos o microfone, não. Quando você pega na antena, ele deixa de transmitir o sinal.

275 Obrigado. Convido agora para fazer uso da palavra, está acompanhando conosco aqui online, o  
276 conselheiro Paulo Nelson do Rego. Bom dia, conselheiro, por favor, a palavra é sua.

277 **00:47:06 Paulo Nelson do Rego:** Bom dia a todos e a todas. Prazer estar neste conselho.  
278 Cumprimento a todos os presentes na pessoa da nossa secretária. Parabenizar a volta do nosso  
279 amigo Anselmo aqui, que sempre foi um grande condutor dos trabalhos. Parabenizar a Roberta  
280 por todos os trabalhos que ela fez, muito importante esse desempenho. Vou tingir minha fala sobre  
281 o Finaclima, que a Carrascosa acabou expondo aqui, e eu acho que é de suma importância a  
282 participação da sociedade civil. E vou externar aqui a minha indignação, e eu acho que fica aqui  
283 uma provocação realmente, para que a gente possa pensar como se fazer a escolha da sociedade  
284 civil dentro dos conselhos. Não só neste conselho, mas em todos os conselhos e fundações em que  
285 a sociedade civil participa. Nós temos um cadastro de entidades ambientalistas. Quando falamos  
286 de sociedade civil como entidade para ser representadas, eu acho que o mínimo que se tem que  
287 pedir é o cadastramento no CADEA. Não tem sentido, a sociedade civil já questionou, inclusive,  
288 a formulação e gestão do CADEA em muitas oportunidades, e agora a gente vê que assim, o  
289 CADEA passa a ser só um momento de busca de isenção de ICMS, de benefícios fiscais e eleição  
290 no CONSEMA. Nós todos acabamos criticando por sobremaneira a baixa participação do  
291 CADEA, mas o CADEA também passa a não ter nenhuma representatividade. Então eu acho que  
292 seria de extrema importância que o representante da sociedade civil fosse escolhido dentre as  
293 entidades que estão cadastradas no CADEA, que é o mínimo que trazem uma representatividade,  
294 uma declaração, uma demonstração de que são atuantes no meio ambiente, para que a gente não  
295 corra o risco de estar vendo a sociedade civil sendo representada, às vezes por entidades que não  
296 estão tão comprometidas com o meio ambiente. Então, fica aqui um pedido, e eu acho que eu  
297 gostaria até de rever, a gente está pensando, inclusive, em fazer um requerimento por escrito, se  
298 for de entendimento da secretária que deva ser encaminhado dessa forma, pedindo para que o  
299 edital faça a escolha da entidade de representante da sociedade civil através dos membros  
300 cadastrados no CADEA. Um último ponto que eu gostaria de colocar depois desse ponto, seria a  
301 questão só de fazer um questionamento à Cetesb, se já está funcionando a possibilidade de  
302 estabelecer acordos entre as pessoas autuadas que tenham multas e que tenha interesse em fazer  
303 os saques perante à Cetesb. A gente sabe que existe isso a nível da Secretaria, mas a nível de  
304 Cetesb estava para ser regulamentado, a gente havia já questionado isso anteriormente, eu gostaria  
305 de saber como é que está isso dentro da Cetesb. Obrigado.

306 **00:50:51 Anselmo Guimarães:** Obrigado conselheiro Paulo Nelson. Convido agora para fazer  
307 uso da palavra, está aqui conosco na sala, o conselheiro Djalma Weffort.

308 **00:51:07 Djalma Weffort:** Bom dia a todos. Conselheira Natália, subsecretário Jonatas,  
309 Anselmo. Agradecer aqui a bancada ambientalista, em especial Roberto Resende, que me cedeu  
310 parte dessa fala. Bom, eu gostaria de começar registrando que nós recebemos, lá na região Oeste  
311 Paulista, o Rodrigo Victor da Fundação Florestal, Cristiane, Leonel e Amanda Gusmão, junto com  
312 os gestores dos parques estaduais nessa região, e tivemos praticamente uma Audiência Pública no  
313 campo, focada na questão da ampliação do Parque Estadual do Rio do Peixe. O Itesp esteve  
314 presente. O Itesp, como vocês sabem, é proprietária de um grande fragmento de Mata Atlântica,  
315 ali chamado Mata Maturi, e não se opõem à incorporação desse fragmento ao parque. E  
316 participaram também os assentados, que são os principais beneficiários dessa medida, o próprio  
317 proprietário rural, a prefeita da cidade local, o ex-prefeito de Presidente Prudente, Nelson Bugalho,  
318 que na época foi promotor de meio ambiente, que fez um TAC para criação do corredor ecológico,  
319 ligando esses fragmentos com o parque, e o próprio Ministério Público também esteve presente

320 dias antes, através do doutor Gabriel Lino, que também faz parte do conselho, eu não sei se ele  
321 está presente nessa reunião, faz parte do CONSEMA. E a nossa proposta, e esse tema está  
322 avançando bastante, a gente precisa fortalecer isso em outras instâncias, da perspectiva, da  
323 legislação, da lei que regulariza as propriedades rurais no estado de São Paulo, nós incorporamos  
324 essas terras devolutas para proteção ambiental. A Maturi é um exemplo, claro, mas nós podemos  
325 trabalhar gradativamente trazendo essas reservas legais, muitas vezes depauperadas, para os  
326 corredores ecológicos, para os sistemas agroflorestais, que já têm iniciativas nesse sentido lá. E o  
327 interessante, também, do ponto de vista financeiro, é que essas áreas não custarão nada para o  
328 estado, não depende de desapropriação. Vocês imaginam que nós temos lá na região do Oeste e  
329 do Pontal cerca de 70 mil hectares de reservas legais que poderão fazer parte do patrimônio da  
330 Fundação Florestal, que tenha essa vocação para poder restaurar corredor ecológico, cumprir Fina  
331 Clima e etc., adaptação climática e tudo, né? Já existe um projeto grande, o Jonatas esteve lá no  
332 corredor do Mapa dos Sonhos do Ipê. Então, eu queria colocar isso, outros pontos, então, eu nem  
333 vou entrar. Tinha a questão da melhoria do controle de velocidade no Pontal, naquela região, a  
334 secretária anunciou lá, inclusive, a criação do Cetras, o Centro de Recuperação e Triagem de  
335 Animais Silvestres, e também mais dois pontos rapidamente, por favor, que nós estamos tendo  
336 problemas com o Pantaninho Paulista, não esse Pantaninho aqui de Tanguá, que é um problema  
337 lá da mortandade de peixes, mas na Foz do Rio do Peixe está tendo problemas de invasão, criação  
338 de gado, pesca predatória, caça e incêndios florestais. Então, a gente está propondo que essa área  
339 seja protegida, que é o nosso Pantaninho Paulista. Então teria ainda um minutinho para o Peter  
340 Mix, que nós estamos distribuindo aqui para vocês, o Guia de Aves do Oeste Paulista, é uma  
341 iniciativa nossa, da APOENA. E o Peter, o autor das fotos, gostaria de dar uma palavrinha agora  
342 ou no momento mais adequado.

343 **00:55:51 Anselmo Guimarães:** Pode ser agora. Obrigado pela presença. Ele veio até aqui e tão  
344 gentilmente ele trouxe aqui para todos nós o Guia de Aves, aqui o Guia de Campo.

345 **00:56:10 Peter Mix:** Eu acompanho há quase 30 anos a volta da fauna em áreas reflorestadas no  
346 extremo Oeste Paulista, que é onde atua a Apoena. Esse livrinho que está aí, esse Guia de Campo,  
347 vai dar argumentos para os senhores, que eu vejo com muita satisfação que está em pauta, a  
348 ampliação da proteção do Rio do Peixe, principalmente a Foz, com o Rio Paraná, e a maioria das  
349 fotos aqui dentro foram feitas naquela área. Vocês podem valer, ver aí que tem o valor como  
350 argumento para a gente prosseguir nisso aí. Muito obrigado.

351 **00:56:46 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado a vocês, ao Peter também, ao conselheiro Djalma,  
352 por ter trazido e compartilhado conosco aqui, os conselheiros. Os conselheiros que estão, depois  
353 vou pedir para o Djalma deixar alguns exemplares para aqueles que estão online, pode ser Djalma?

354 **00:57:08 Djalma Weffort:** Sim, se não der para todas as pessoas, eu vou passar o contato, a gente  
355 manda pelo correio.

356 **00:57:10 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Em nome dos demais conselheiros, agradeço.  
357 Vamos passar então ao próximo inscrito. A conselheira Gilda vai ceder o tempo dela de fala para  
358 o Eduardo Leduc, que já está aqui na sala. Cumprimento a Gilda, e já passo diretamente para o  
359 Eduardo Leduc. Bom dia, conselheiro.

360 **00:57:28 Eduardo Leduc:** Bom dia a todos. Eu volto aqui a falar de um tema, porque, na verdade,  
361 acho que a gente não está caminhando sobre um tema já recorrente, que é o das ocupações  
362 irregulares em áreas de Mata Atlântica. Eu estou falando aqui mais relacionadas às encostas e  
363 baixadas do litoral, mas com certeza o interior e outras regiões acontecem coisas semelhantes.

364 Estou falando de áreas protegidas por Lei da Mata Atlântica, leis federais, normativas como  
365 mangues, como a questão dos cachetais, áreas de risco de deslizamento e inundações, áreas de  
366 mananciais que afetam os recursos hídricos, estou falando de áreas que são Z1, Z2, APPs, Zona  
367 de Amortecimento, ou seja, o arcabouço legal que protege essa área é imenso, porém, eu vejo um  
368 trabalho enorme, cada vez citado e apresentado por essa equipe, que infelizmente eu vejo que o  
369 resultado é quase que em vão. A gente falou, foi citado aqui, já temos cidades resilientes hoje, a  
370 cidade resiliente nessas regiões quer um plano eficiente de cidade resiliente? É preservar ou fazer  
371 uma ocupação adequada destas encostas de Mata Atlântica do litoral e baixadas. Não adianta fazer  
372 cidade resiliente se esta área estiver toda ocupada, desmatada e derrubando, deslizando,  
373 inundando. Então daqui a pouco começa um trabalho enorme de cidade resiliente, com GIZ  
374 participando, com WRI participando, ONGs internacionais participando e a efetividade é quase  
375 zero, porque a principal origem do problema de cidade resiliente está justamente nessas encostas  
376 que nada acontece de verdade. Temos aqui IPA fazendo trabalhos de risco, análise de risco, Gerco,  
377 Zec, Polícia Ambiental, sociedade civil, CFB aqui dentro está fazendo um trabalho excelente,  
378 local, Fundação Florestal, todas as entidades, imagina o custo, o tanto de gente envolvida que tem.  
379 Todo esse trabalho acaba não sendo efetivo por quê? Até a Polícia Ambiental faz autuações  
380 diariamente frequentes, porém nada acontece com os infratores. Essas pessoas recebem uma  
381 multa, mas não pagam, o embargo não é cumprido, recebem multa de descumprimento de embargo  
382 em casos de multa de área e não acontece nada de efetivo com quem está sendo multado. O que  
383 acontece: era muito mais eficiente a gente falar de tudo isso, de áreas de risco, de cidades  
384 resilientes, aplicando a multa no infrator, desta forma seria muito mais eficiente do que a gente  
385 fazia um monte de trabalho aqui de todo mundo, e o infrator lá continua a vida normal. Então, o  
386 meu pedido aqui é que a gente tenha realmente, não sei qual é a ação que tem que ser feita, se é  
387 por grupo de trabalho, se é revisar normas, visitar as penalidades, porque está sobrando para  
388 algumas poucas entidades e para a sociedade civil a exposição, a retaliação e as ameaças porque  
389 são os que acabam se expondo. As prefeituras fazem o trabalho dela, mas esta área é uma área  
390 rural e que não existe esse trabalho voluntário colaborativo, vamos trabalhar todos juntos, existe  
391 um pouco, dependendo da atitude da pessoa, muito mais do que a lei prevê esse trabalho  
392 colaborativo. Só concluindo então, a minha proposta é que realmente seja feita alguma coisa no  
393 sentido de que as penalidades sejam aplicadas e evitar os custos sociais que a gente está tendo, os  
394 custos econômicos enormes, custos de reparar depois esses danos. As equipes trabalhando em vão  
395 aqui dentro, se a aplicação da lei não for feita lá na ponta. Se é um grupo de trabalho, se é mudar  
396 a lei, se é fazer mais ações civis públicas, eu não sei o que é, mas eu gostaria que esse tema viesse  
397 aqui com a liderança de vocês, o que pode ser feito para melhorar e evitar esse trabalho em vão.

398 **01:01:46 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Vamos convidar aqui o próximo  
399 conselheiro inscrito, o conselheiro Fernando Prioste. Bom dia, conselheiro, por favor, a palavra é  
400 sua.

401 **01:01:56 Fernando Prioste:** Bom dia a todos e todas. Bom dia, Anselmo, bem-vindo de volta ao  
402 CONSEMA, meus cumprimentos. Também meus cumprimentos à Roberta que, salvo engano,  
403 talvez tenha sido a primeira secretária executiva mulher em 40 anos de CONSEMA, eu acho que  
404 é algo significativo e para marcar. E eu vou fazer um convite aqui, que é o convite que eu faço  
405 todo ano, é que esse ano é a 15ª Feira de Trocas e Mudanças de Sementes Crioulas das Comunidades  
406 Quilombolas do Vale do Ribeira, que no dia 17, no sábado, é feito efetivamente na praça central  
407 da cidade de Eldorado, a exposição e a troca das sementes, as vendas de alguns produtos, e no  
408 sábado é o momento mais de reflexão e articulação das comunidades que o ano passado vieram  
409 com um debate sobre a simplificação do licenciamento ambiental das roças perenes, que é um

410 debate que está andando aqui dentro, e acho que isso é bastante importante de ser marcado, e esse  
411 ano o debate vai ser sobre a questão da regularização fundiária, porque é uma situação gravíssima  
412 aqui no estado de São Paulo, mas no Brasil todo a gente tem 36 anos de Constituição Federal, vai  
413 fazer 30 anos da Lei Paulista daqui a pouco, e nós temos, literalmente, meia dúzia de comunidades  
414 quilombolas tituladas no estado, sendo que só duas tituladas integralmente e a maioria dos  
415 procedimentos está paralisada no Itesp. Paralisado porque, ao mesmo tempo, depois da aprovação  
416 da lei 17.557, foram entregues mais de 1500 títulos de propriedade em áreas públicas no estado  
417 de São Paulo, agricultores e agricultoras, inclusive de médio e grande porte, individuais, mas nada  
418 para as comunidades quilombolas, então, como pode o Itesp não fazer nada com relação às  
419 comunidades? E nada é nada mesmo. Então esse debate vai ser feito lá em torno disso. Também  
420 vou renovar aqui, secretária, na semana passada tiveram aqui representações da Juréia, de  
421 Caiçaras, fazendo um convite à senhora, ao subsecretário, a estrutura toda, para se fazer presente  
422 lá para tentar resolver uns conflitos, que eu acho que é mais simbólico e talvez mais simples de  
423 resolver, se os preconceitos forem de fato superados, para resolver aquela situação específica na  
424 Juréia. Tem uma legislação pertinente que pode ser aplicada, a situação é simples, eu acho que  
425 precisa uma visita, um contato lá para entender melhor a situação e a gente poder encaminhar  
426 administrativamente, que eu acho que o conflito não se resolve na esfera judicial, embora ele esteja  
427 judicializado, é o acordo que vai resolver essa questão. E por último, tenho duas questões, uma  
428 sobre Piracicaba, entendi as questões todas que foram colocadas, achei que foi um trabalho  
429 excelente também pelo que eu pude acompanhar, a minha dúvida fica mais no processo de  
430 licenciamento e fiscalização: o material que condiciona, todo esse material líquido, ele deveria  
431 estar ali naquele lugar? Não deveria estar em outro lugar em que, no caso de acidente, ele não  
432 escorra para dentro do curso d'água? Isso foi um problema de fiscalização ou isso foi um problema  
433 no licenciamento daquele empreendimento e na locação daquele material ali? E por último, no  
434 Fina Clima, duas dúvidas também: uma sobre o inciso 5º da composição do Fina Clima, quando  
435 fala organizações do setor produtivo, está dizendo quem? É o agronegócio só, entre agricultura  
436 familiar, entre uma cooperativa quilombola, o que é a representação do setor produtivo? E a  
437 segunda dúvida é o parágrafo 3º, do artigo 8º, quando fala assim: quando tem mais de uma  
438 organização, a leitura está meio confusa, eu estou até com dificuldade de entender, e assim, fala  
439 que os representantes do inciso 1 a 4, que são os representantes do governo, vão fazer o processo  
440 de eleição das organizações da sociedade civil, ou vai organizar o processo eleitoral? Eu não  
441 entendi, como se tiver mais de uma organização, quem que vai fazer, como vai ser esse processo  
442 eleitoral de escolha? Obrigado.

443 **01:05:02 Anselmo Guimarães:** Ok. Conselheiro, rapidamente, eu acabei perdendo aqui, só para  
444 a gente frisar, a 15ª Feira de Troca de Mudanças vai ser em que município e quais dias?

445 **01:05:34 Fernando Prioste:** 16 e 17 de agosto, município de Eldorado, Vale da Ribeira.

446 **01:05:37 Anselmo Guimarães:** Eldorado. Obrigado, fica então aqui registrado. E a divulgação,  
447 então, desse evento que anualmente o conselheiro sempre nos traz aqui a divulgação. Obrigado.  
448 Queria convidar agora para fazer uso da palavra o conselheiro Andrés Vernet.

449 **01:05:57 Andrés Vernet:** Bom dia a todos e a todas, estão me ouvindo? OK, duas coisinhas  
450 rapidinhas. A primeira é comunicar a expansão da nossa ONG, nossa ONG abrir uma filial no  
451 estado da Paraíba. É um lugar muito carente, um lugar com muitas carências e com vários  
452 problemas de gestão ambiental, mas vamos ter muito trabalho lá. Segunda coisa, eu queria solicitar  
453 à secretária senhora Natália ou alguém responsável, como é que nós podemos ter acesso ao  
454 contrato junto à Sabesp e toda a sua documentação em função dessa relevância do assunto para as

455 questões ambientais? Queria saber como que a gente poderia ter acesso a toda essa documentação?  
456 Só isso, muito obrigado, Anselmo.

457 **01:06:50 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Só registrando aqui, o conselheiro  
458 Rogério Menezes registra a nova conselheira indicada pelo movimento ANAMMA Mulheres, em  
459 função do falecimento da nossa querida secretária de Itu Verônica Sabatina. Então ele apresenta  
460 aqui a secretária de meio ambiente Pindamonhangaba, Maria Eduarda San Martin. Então, o  
461 Rogério Menezes e a Maria Eduarda San Martin vão representar a ANAMMA no CONSEMA e  
462 nas suas câmaras técnicas. Feito o registro, agora nós estamos no trâmite para efetuar a devida  
463 nomeação para depois a gente fazer a posse aqui. Nós vamos informando, seja bem-vinda. Da  
464 mesma forma que o secretário de Mairiporã aqui, o Vitorino também foi indicado, nós estamos  
465 encaminhando já as devidas nomeações. Convido o conselheiro Beloyanis Monteiro. Bom dia,  
466 Belo.

467 **01:07:40 Beloyanis Monteiro:** Bom dia, Anselmo, bom dia, secretária. Eu quero parabenizar a  
468 volta do Anselmo e falar da importância dele ter acolhido a Roberta também, que foi a pessoa que  
469 eu falei primeiro sobre a questão de Joanópolis. Na outra reunião a gente teve um debate, acho  
470 que é fundamental a gente ouvir as pessoas do território, porque uma coisa é a lei, e eu entendi  
471 muito bem na outra reunião, se aplicada, mas que nem sempre ela é aplicada realmente. Então  
472 quando você tem alguém representando um movimento para falar, isso é fundamental. Então acho  
473 que a gente tem que trazer essa prática, não só o caso de Joanópolis, porque eu acho que tem outros  
474 casos que o Edu trouxe também, que a gente precisa ouvir as pessoas do local. Em relação à  
475 questão da Sabesp, houve um movimento contrário, um movimento a favor. Agora, só nos resta,  
476 secretária, acompanhar e ver realmente o que vai ser aplicado, se as tarifas realmente serão justas,  
477 se o saneamento será ampliado. Acho que tem vários pontos que a gente tem que estar de perto,  
478 porque foi concessionado que a gente vai achar que está tudo ganho. Não, porque o papel nosso  
479 enquanto sociedade civil, é continuar acompanhando e ver o que realmente está acontecendo,  
480 porque uma coisa é a pessoa receber uma concessão e depois na prática, não é o que acontece.  
481 Então acho que a gente, hoje, já recebeu essa notícia já há alguns dias, mas é preciso a gente  
482 acompanhar. E não é só uma organização, é toda a sociedade, porque a questão da Sabesp não é  
483 uma questão só do estado, é uma questão nossa enquanto população que recebe o serviço da  
484 Sabesp. E acho que era esse ponto que eu queria levantar. E outra coisa, acho que é com Jônatas,  
485 que é uma informação. Eu estou numa comissão nacional das conferências de meio ambiente, eu  
486 estive conversando com a representante da Secretaria do Verde em relação às conferências  
487 municipais de meio ambiente. Eu sei que vai ter a conferência estadual de meio ambiente, então  
488 queria que você compartilhasse com a gente quais os processos para a gente poder engajar também  
489 nesse processo da conferência. Muito obrigado.

490 **01:09:48 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Convido aqui a conselheira Rosa  
491 Ramos. Por favor, conselheira, seja bem-vinda.

492 **01:09:58 Rosa Ramos:** Muito bom dia, bom dia secretária Natália Resende, em nome de quem  
493 cumprimento a todo o conselho. Na verdade, muito aqui, rapidamente e inicialmente saudar você,  
494 Anselmo, pelo seu retorno. Deixar também registrado meus cumprimentos ao excelente trabalho  
495 da Roberta Paffi. Muito bem lembrado pelo conselheiro Prioste acerca desse papel relevante da  
496 igualdade no conselho, nos cargos de gestão e de executiva. Então meus cumprimentos em relação  
497 a isso e também deixar registrado aqui a minha satisfação na condução pelo Finaclima, através da  
498 Helena Carrascoza, a quem também registro aqui meus cumprimentos. Bem, duas questões  
499 chegaram aqui para a gente, secretária. A primeira delas sobre a UTE de São Paulo, e assim está

500 denominado no projeto, da termelétrica lá de Caçapava. Chegou aqui para gente uma  
501 representação através do nosso presidente da OAB de Caçapava, uma representação que pede aqui  
502 o nosso apoio acerca deste projeto da termelétrica, embora o licenciamento esteja sob o âmbito  
503 federal, mas a gente sabe também que no âmbito estadual devem ser emitidos alguns documentos  
504 para a efetividade desse licenciamento, principalmente do DAEE para a outorga de recursos  
505 hídricos, assim também como, além das autorizações para o uso de recursos hídricos, mas também  
506 em relação a elaboração dos inventários de emissões de gases de efeito estufa. Sendo assim, eu  
507 gostaria de encaminhar para que, no momento, ou se esses documentos já foram emitidos, para se  
508 pudessem encaminhar para nós, para a gente aqui trazer como subsídio para os estudos da  
509 comissão nesse sentido e responder aos colegas lá daquela região. Como todos sabem, um  
510 processo de licenciamento bastante conturbado, com medidas judiciais para o cancelamento das  
511 Audiências Públicas, tumulto na tentativa das realizações das Audiências Públicas, o que requer  
512 nosso cuidado nesse sentido e acompanhamento mais de perto. Também quero pedir em relação à  
513 operação Pindi-Pirá, se poderia ser encaminhado para nós a informação técnica, conforme  
514 relatado, a emissão dessa informação técnica é importante, uma vez que também chega aqui para  
515 nós numa representação da colega de Salto, inclusive, relatando acerca desse acontecimento e que  
516 nós aqui teremos também que relatar de volta lá para subseção. E, principalmente, a gente queria  
517 também tomar conhecimento acerca dos aspectos criminais que estão sendo tomados pelo  
518 Ministério Público, que instaurou o inquérito civil acerca desse trágico acidente e que acabou  
519 causando esse impacto ambiental de grande monta em toda a região. Convido também para dois  
520 eventos que nós vamos realizar agora no dia 5 de agosto, e que se relaciona bastante com o tema  
521 que será abordado no primeiro ponto de pauta, acerca da logística reversa. A gente vem  
522 conversando, discutindo acerca desse tema aqui, internamente também, no âmbito da comissão, e  
523 a gente vai falar um pouco sobre o programa Integra Resíduos, através da nossa Coordenadoria  
524 aqui de resíduos sólidos, estão todos convidados. Um evento virtual, dia 5 de agosto, às 19 horas.  
525 E também no dia 21 de agosto, só para complementar, Anselmo, já encerrando, convido também  
526 para um outro evento presencial, às 17 horas. Inclusive, temos a satisfação de ter dois conselheiros  
527 do CREA, do Ricardo e também da ABES, através do Ricardo, a quem agradeço. E também do  
528 CREA, que fará a participação no evento sobre o projeto Parque Ecológico Tietê, em continuidade  
529 a apresentação que fizemos na plenária do CONSEMA. Obrigada.

530 **01:14:48 Anselmo Guimarães:** Perfeito. Muito obrigado, conselheira Rosa Ramos. Agora  
531 convido o conselheiro Rodrigo Levkovizz para fazer uso da palavra.

532 **01:14:59 Rodrigo Levkovicz:** Bom dia a todas e todos. Bem rapidamente, só agradecer. A gente  
533 teve uma ocorrência de fogo na Estação Experimental de Itirapina, ontem e anteontem, mas as  
534 equipes combateram o incêndio, ele está controlado, ontem ele foi controlado. Então, agradecer  
535 os Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Militar e basicamente os gestores que se deslocaram com as  
536 equipes de brigadistas de várias Unidades de Conservação reunindo 35 pessoas, oito equipes, e  
537 lembrando como é importante a Câmara de Compensação ter aportado recursos para a gente fazer  
538 esse contrato. E o apoio que a gente tem tido, tanto do Jonatas como da secretária Natália, isso  
539 tem segurado a barra, e o esforço das equipes. E também trazer, a gente passou, mas eu acho que  
540 a gente tem que fazer referência, sexta-feira foi dia dos manguezais, então a gente fez uma  
541 atividade em campo no Itinguçu, Marina esteve presente, alguns coordenadores puderam ir,  
542 Jonatas foi. A gente ainda quer puxar a nossa secretária para estar presente, ano que vem ela e o  
543 Thomaz vão ter que ir, se não... Denis também está convidado, todos estão convidados. E dizer  
544 que a gente lançou um programa de Conservação Integrada dos Manguezais, aí fazer referência  
545 ao trabalho que a Laís e a Júlia fizeram. Então, parabéns, meninas, elas estão comandando essa

546 pauta. E aí são quatro eixos: biodiversidade, bioeconomia, educação ambiental e comunicação e  
547 apoio à pesquisa científica e mitigação às mudanças climáticas. A gente já está fazendo essa  
548 interface com toda a Secretaria. E os monitoramentos já estão andando, então é bastante  
549 interessante, quem quiser fazer parte disso, a gente tem voluntariado para pessoas físicas,  
550 agradecer ao IPA, que também está ajudando a fazer o monitoramento das mudanças em áreas de  
551 manguezais, por meio de uma pesquisadora que está fazendo isso há bastante tempo, então, é  
552 sempre bom fazer esse tipo de referência. Nalon não foi, furou com a gente, mas está convidado  
553 para o próximo também. Mas basicamente é isso, fazer essa menção que eu acho bastante  
554 interessante. Obrigado, Anselmo.

555 **01:17:20 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Vou passar aqui para o Rafael Frigério para fazer o  
556 uso da palavra.

557 **01:17:25 Rafael Frigério:** Muito bem, obrigado Anselmo, bom dia a todas e todos. Eu vou fazer  
558 aqui um informe rápido sobre o momento da Operação São Paulo Sem Fogo, e esse enfrentamento  
559 aos incêndios florestais. Secretária Natália destacou, de forma pertinente, que tivemos uma  
560 redução dos focos detectados pelo satélite de referência do Inpe no mês de julho, mas comparativo  
561 com os anos anteriores, 2022, 2023, a gente teve um pouco mais de focos também no mês de julho.  
562 Vale destacar e reforçar, a gente já tem trazido isso entre as distintas contribuições aqui nesse  
563 conselho, que esse ano de 2024 é um ano em que temos aqui a severidade do clima se apresentando  
564 de forma bem objetiva. No acumulado do primeiro semestre, tivemos o maior número de focos  
565 desde 2011, um aumento importante em relação aos últimos anos, e justamente, para além dos  
566 destaques que eu vou trazer de todo o trabalho que é realizado por todas as instituições estaduais  
567 que participam dessa reunião de esforços, é sempre importante destacar que o clima tem sim um  
568 papel importante na severidade do clima, especialmente nós tivemos a antecipação do período de  
569 estiagem. Ele é muito bem marcado no estado de São Paulo entre os meses de junho e outubro, e  
570 nós pudemos já vivenciar algo dessa estiagem no mês de abril, mas especialmente os dados desse  
571 acumulado do primeiro semestre foram impactados pelo mês de maio, um mês de maio com um  
572 número quantitativo de chuvas, um volume de chuvas bastante reduzido, com ondas de calor. E  
573 podemos dizer aí, os climatologistas vêm falando em veranicos, auxiliando, contribuindo nesse  
574 processo de severidade do clima. Nesse sentido, é importante trazer as ações, então reforçar que  
575 todas as ações que estão em curso, a gente tem um plano de comunicação preventiva que já foi  
576 citado aqui nesse conselho, com vídeos preventivos veiculados em horário nobre na TV aberta,  
577 com várias inserções em rádios, em redes sociais, dos distintos veículos de imprensa, nos grandes  
578 canais de TV aberta. Informes nos painéis de mensagens variáveis nas rodovias, publicidade  
579 digital em sites de grande visitação na internet, como eu coloquei, releases, assessoria de imprensa,  
580 entrevistas para veículos de comunicação, justamente relembando aqui, reforçando para todos  
581 que no estado de São Paulo mais de 90% das ocorrências de fogo fora de controle estão  
582 relacionados a atividades humanas, seja por ação direta ou seja por omissão, por exemplo, em  
583 ações preventivas. Então é importante que a gente possa ter todo esse apelo e levar esse ideário  
584 para a sociedade como um todo. Destacar todo o trabalho de monitoramento e alertas, destaco aqui  
585 o papel importante de atuação da Defesa Civil Estadual, com os mapas dinâmicos de risco de  
586 incêndios sempre com seis dias de antecedência, disponíveis no site da Defesa Civil e também no  
587 site da Operação São Paulo Sem Fogo, enviados para todos os municípios, também o envio de  
588 alertas SMS via o canal 40199, que todo cidadão e cidadã que fizer o seu cadastro recebe  
589 mensagens com risco de fogo e medidas preventivas a serem tomadas na sua área de influência.  
590 Destacar aqui também que é sempre importante o papel dos municípios enquanto agentes locais  
591 da Operação São Paulo Sem Fogo, temos a manutenção dos 387 municípios aderentes, 60% do

592 total dos municípios do estado. Vou reforçar aqui, na linha do que o Rodrigo Levkovicz trouxe  
593 aqui pela Fundação Florestal, estamos já tendo ocorrências em Unidades de Conservação, mas  
594 ressaltar todo o trabalho prévio de preparação, de estruturação, e aqui vou destacar os treinamentos  
595 e capacitações. Nós tivemos oficinas com foco nas brigadas municipais, conduzidas pela Defesa  
596 Civil ao longo do primeiro semestre. Foram 15 eventos, mais de 2 mil participantes e 450  
597 municípios presentes, e pela Fundação Florestal, justamente nesse contexto que o Rodrigo citou  
598 de preparação, 10 eventos, contando com uma reunião de esforços entre Fundação Florestal,  
599 Sistema Ambiental Paulista e Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Polícia Militar Ambiental, com  
600 efetiva de 625 participantes. Reforçar todo o contexto, conforme o Rodrigo citou também, dos  
601 polos regionais e das 81 Unidades de Conservação envolvidas em todo esse pacote, com destaque  
602 para a contratação de 114 bombeiros civis que atuam diretamente nessas ocorrências. Rodrigo  
603 trouxe aqui um exemplo de Itirapina, para que a gente possa, justamente, difícil em um ambiente  
604 de civilidade climática, não ter o foco, mas sim, importante que a gente possa agir o quanto antes  
605 possível para minimizar esses impactos e a extensão em área, a aquisição dos equipamentos de  
606 proteção individual, vou destacar aqui também a compra de tratores, roçadeiras, cabines de trator,  
607 e outros equipamentos que permitem que a gente esteja mais bem estruturado. Rodrigo, já vem  
608 mencionando todo o trabalho preventivo da confecção dos aceiros, das queimas prescritas em  
609 caráter experimental, e Itirapina é um dos locais que a gente vem trabalhando, estudando como  
610 que essa ferramenta do conceito mais recente de manejo integrado do fogo pode nos auxiliar. E  
611 sem dúvida, o caso de Itirapina aqui citado teve esse desfecho justamente porque a gente tem um  
612 plano de prevenção e combate a incêndios que mapeia todos os equipamentos, os fluxos bem  
613 estabelecidos, os contatos para que a gente possa ser efetivo. Já finalizando aqui minha fala,  
614 Anselmo, destacar aqui a atuação da Polícia Militar Ambiental, com dados aqui recentes, mais de  
615 65 autos de infração lavrados por atividade irregular relacionada aos balões. A secretária citou  
616 mais de 1 milhão de reais em multas, já chegamos a 1.260,00 milhão. E também toda atuação, já  
617 249 autos de infração lavrados pela Polícia Militar Ambiental no que se refere ao uso irregular do  
618 fogo e tudo aquilo que esteja associado ao fogo fora de controle, já chegando ao montante de 3  
619 milhões de reais. E destacar aqui uma ação recente agora da Polícia Militar Ambiental, uma nova  
620 ação, mais uma desse ano de 2024, de fechamento de fábrica de fabricação clandestina de balões,  
621 ali com as devidas apreensões, fechamento e a lavratura dos autos de infração. Então, aqui trazer  
622 também por fim, não tivemos ainda a necessidade de acionamento das aeronaves de asa fixa.  
623 Temos um contrato com a participação de todos os entes do São Paulo Sem Fogo, mas sim, já  
624 tivemos a necessidade dos helicópteros águia, que auxiliaram em algumas das ocorrências. É isso,  
625 a Operação São Paulo Sem Fogo continua monitorando o clima, continua acompanhando todas as  
626 ocorrências e já avaliando eventuais pontos que a gente possa reforçar já nesse momento que se  
627 inicia mais crítico da estiagem, já com uma preparação especialmente para segunda quinzena de  
628 agosto e a primeira quinzena de setembro, que historicamente são os períodos mais críticos da  
629 estiagem no estado de São Paulo. Obrigado , Anselmo.

630 **01:24:17 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Rafael Frigério. Importante que já  
631 adiantou um pouco dos comentários, trazendo já algumas devolutivas. Obrigado. Hoje está sendo  
632 uma plenária bastante concorrida, que é importante que tem bastante coisa acontecendo,  
633 esclarecimentos. Só pedir a compreensão de todos, os conselheiros Alexandre Perinotto e Eduardo  
634 Trani pediram para fazer breves apontamentos, se todos estiverem de acordo, a gente, em  
635 adicionalidade, professor Perinotto está aqui conosco na sala e na sequência a gente convida o  
636 conselheiro Eduardo Trani, por favor professor.

637 **01:24:54 Alexandre Perinotto:** Bom dia, agradeço essa exceção. É só simplesmente para relatar  
638 que a Fapesp, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, cumprindo o seu nobre  
639 papel, ela lançou, como tem sido feito, um programa de pesquisa em políticas públicas agora em  
640 2024, e nós entramos, a USP está capitaneando junto com a SEMIL, a entidade parceira, mas tem  
641 a Unesp, tem a UFSCar, tem várias outros da academia participando. E aqui tem os nossos colegas  
642 do IPA, o Nalon, da Fundação Florestal para concorrer a essa pré proposta que é inserindo e  
643 integrando a geodiversidade, e geoconservação e a gestão pública no estado de São Paulo, ou seja,  
644 uma interação entre academia, a SEMIL e as políticas públicas nos municípios. E as duas áreas  
645 pilotos são parte do litoral e parte do interior de São Paulo na APA Corumbataí. Então a gente  
646 espera que nós tenhamos sucesso nessa parceria, e que a SEMIL é parceira da USP, da Unesp e  
647 da UFSCar, e o serviço geológico do Brasil aqui do estado de São Paulo, mais o IPA e a Fundação  
648 Florestal, muito obrigado.

649 **01:26:15 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Convido agora o conselheiro Eduardo  
650 Trani, que está conosco online.

651 **01:26:34 Eduardo Trani:** Bom dia a todas e a todos. Queria saudar a secretária Natália Resende,  
652 presidente do CONSEMA, em nome dela, todos os conselheiros, e pedi um minutinho, secretária,  
653 para dizer do importantíssimo trabalho que estamos fazendo em prol do controle das ocupações  
654 irregulares no estado de São Paulo, que é o famoso projeto que nós já anunciamos aqui uma vez,  
655 que é o Sistema de Monitoramento de Alertas por Satélites. No dia 22 da semana passada,  
656 secretária, foi instaurado aqui pelo nosso secretário Marcelo Branco, juntamente com o coronel  
657 Engel e todos os representantes do estado, o grupo de trabalho do estado que está recebendo os  
658 shapes dessas áreas de monitoramento. O coordenador é o IGC, e por meio do IGC nós  
659 contratamos, então, esse importante levantamento que compõe hoje 52 municípios do estado de  
660 São Paulo, e se iniciou a pedido do governador, em função justamente do controle na região do  
661 litoral norte. Nós expandimos do litoral norte para o litoral da Baixada Santista, e toda a região  
662 metropolitana. Hoje 52 municípios são monitorados diariamente com alertas de ocupação. E,  
663 justamente, o grupo, queria agradecer enormemente o trabalho que foi instalado. Estiveram  
664 conosco o IPA, o Cláudio Ferreira, que fez uma apresentação mostrando as vantagens desse  
665 monitoramento e a integração dele aos trabalhos que o IPA faz em relação a esses controles. Esteve  
666 pela CBF o nosso representante, o Fábio, o nome do Roney, queria agradecer a todos que fez um  
667 excelente exposição mostrando como que esses alertas atuam junto à atuação da CFB e da SEMIL  
668 neste caso, e também estive o Alexandre, da Fundação Florestal, Rodrigo, que nos apresentou  
669 também as potencialidades de uso. Além disso, nós tivemos a CDHU, que também apresentou  
670 como que a CDHU pode utilizar. Enfim, eu acredito que o tema é de grande interesse para o  
671 CONSEMA e para todos os participantes. Agora, a adesão será dos municípios, já aderiram os  
672 quatro municípios do litoral norte, os nove da baixada santista, e faremos ao longo desse mês a  
673 adesão dos 39 municípios da região metropolitana. Acredito que se houver interesse do  
674 CONSEMA, poderemos futuramente fazer uma apresentação inicial dos impactos e dos resultados  
675 desse trabalho. Muito obrigado, um abraço a todos.

676 **01:29:01 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Trani. Obviamente sempre bem-vindo. Então,  
677 vamos agora aos comentários e respostas aqui da mesa. Então aqui convido para uso da palavra a  
678 senhora secretária Natália Resende e também o subsecretário Jonatas. Muito obrigado.

679 **01:29:17 Natália Resende:** Obrigada, Anselmo. E aí novamente parabenizando aqui a volta  
680 também, a Roberta. A gente fica muito feliz de contar com vocês dois, tanto você aqui quanto a  
681 Roberta na nossa equipe. Para mim é uma felicidade muito grande. Aí eu vou falando aqui, vou

682 pedir para o Jonatas e para o Thomaz me complementarem. Primeiro, até a apresentação da Liv,  
683 parabenizar aqui à Cetesb pelo trabalho, de forma geral, que vem executando, e também lá em  
684 Piracicaba. Desde que aconteceu, a gente, todos os dias, vem envidando o máximo de esforços  
685 aqui, e aí eu acho que é muito importante a gente sempre frisar, tanto a questão do comando e  
686 controle, da gente ser, inclusive, pedagógico, porque o que aconteceu não pode acontecer, e aí a  
687 gente tem que atuar e tem que atuar firmemente, e isso não esperem nada contrário aqui dos órgãos  
688 ambientais do estado de São Paulo, né? A gente tem feito isso desde o primeiro dia, e muito pelo  
689 esforço aqui da Cetesb, nosso policiamento ambiental também, prefeitura, aqui a nossa Secretária,  
690 a gente tem, todos os dias, 24 horas, olhado isso e também pensando em prevenção, claro. Então  
691 são os dois pilares que a gente sempre olha. Depois eu vou deixar para o Thomaz esclarecer,  
692 porque está sendo considerado também. A Helena fez a apresentação do Finaclima. Vou depois  
693 detalhar alguns pontinhos, Prioste, do que você colocou aqui, mas primeiro queria agradecer  
694 também a Helena, não sei se ela já foi embora, mas deixar aqui o agradecimento para ela, de todo  
695 o trabalho que ela vem fazendo, não só no Finaclima, no Refloresta, a gente fica muito feliz de  
696 contar com você aqui, com toda a sua expertise, criatividade, vontade sempre, da gente evoluir  
697 nessas nossas pautas, então obrigada mesmo. E o Ricardo falou aqui da Sabesp, aí primeiro,  
698 Ricardo, só agradecer também à ABES, agradecendo à sua pessoa, porque vocês ajudaram muito  
699 na construção do plano mesmo de saneamento, vou colocar, porque desde o primeiro dia a gente  
700 tem olhado para os 645 municípios e o que é que a gente consegue fazer de política de estado  
701 mesmo, e estado pensando para além de um governo, porque tem que ser assim, saneamento, meio  
702 ambiente, infraestrutura, tem que ser política de estado. E aí a gente fez esse projeto da Sabesp,  
703 que eu concordo com o que o Beloyanis colocou aqui, é uma continuidade, a gente tem que  
704 fiscalizar, tem que regular e o Universaliza também, que a gente está fazendo para os que não são  
705 operados pela Sabesp, então isso também é muito importante, a gente vai precisar sempre do apoio,  
706 das discussões, sempre muito produtivas que a gente tem com a ABES. E um ponto que a gente  
707 discutiu muito, que a gente precisa sempre colocar em pauta, o Novo Marco trouxe isso de uma  
708 forma muito correta, é o saneamento rural. Então, a gente colocou um tópico só para o saneamento  
709 rural dentro do Plano Regional, no caso da Sabesp, e no próprio contrato, apesar da gente ter feito  
710 todo um levantamento sobre essa parte de saneamento rural, porque a gente, a partir do momento  
711 que a gente inclui essas pessoas, porque antes elas estavam fora, agora elas estão dentro. E aí,  
712 aproveitando também o Prioste aqui, só no Vale do Ribeira, a gente estava falando em mais de  
713 40% que estava fora por causa de ser área rural. Agora está dentro, então tem que executar, e tem  
714 que universalizar até 2029. E daí você tem uma série de tecnologias para fazer isso, que foi o que  
715 a gente colocou. Até 2026 tem uma obrigação contratual de ter, inclusive, um detalhamento desse  
716 levantamento que a gente fez. A gente já tem um Termo de Referência, vai encaminhar para a  
717 Sabesp e aí ela vai ter que também ir um a um para poder, a partir também de 2026, ter isso ainda  
718 mais detalhado para a gente conseguir, até 2029, alcançar a universalização. Então, na parte da  
719 Sabesp está bem regrada, a gente tem que regular bem. No Universaliza a gente também vai ter  
720 esse desafio e a gente precisa, sim, cada vez colocar esse tema mais em pauta para analisar a  
721 melhor forma de fazer. Inclusive, a própria Cetesb vem apoiando muito a gente na parte de  
722 licenciamento também, o que precisa, o que não precisa, como que faz, do rural especificamente.  
723 É algo que desde o ano passado eu tenho falado muito com o Thomaz, para a gente já deixar tudo  
724 pré estabelecido, de uma forma muito clara e transparente. E inclusive, você falou da Equatorial,  
725 que é a Sabesp agora, ela é um investidor de referência, assim como a gente, que continua com  
726 18%, que vai agregar muito na gestão, são muito bons em gestão e agrega expertise do corpo  
727 técnico da Sabesp, que é muito bom na parte de saneamento, vai ser ainda mais valorizado. E  
728 falando do Universaliza, você falou de Bauru, deixando aqui os parabéns para Bauru, 128 anos,

729 que tem um desafio de saneamento muito grande. Aderiu ao Universaliza, está passando por  
730 problemas agora de estiagem, a gente tem tentado, dentro do nosso programa de estiagem, olhar,  
731 seja no curtíssimo prazo, e aí, caminhão pipa, poço, mas também de uma forma que a gente  
732 estruture no médio e longo prazo, que envolve você regionalizar, olhar a bacia hidrográfica, e é o  
733 que a gente quer fazer no Universaliza também. Então, a gente conta sempre muito com o apoio  
734 de você, da ABES, para a gente é sempre muito bom. O Paulo falou aqui do Finaclima, da escolha  
735 da sociedade civil, o Prioste também comentou. Aí, Paulo, o que é que eu já dei de orientação  
736 aqui, até para compartilhar com vocês: tudo que a gente for fazer aqui na Secretaria que envolva  
737 a sociedade civil, já falei e a gente já vai implementar isso, é para seguir a lógica que a gente tem  
738 feito aqui no CONSEMA, que a gente usou para poder fazer na URAE também, então na URAE,  
739 se vocês olharem, a gente usou a mesma lógica, então a gente vai implementar isso também no  
740 Conselho de Mudanças Climáticas, se tiver que republicar, republica, eu não tenho problema  
741 nenhum em relação a isso. A gente vai fazer para ter a lógica de escolha, de eleição, a lógica que  
742 a Fundação Florestal já faz, também, Comitê de Bacia Hidrográfica, a gente vai seguir nessa linha,  
743 tá, Paulo? Só para deixar aqui que eu concordo com você e a gente vai fazer isso aqui. Se tiver  
744 que republicar, se tiver que melhorar, a gente melhora, não tem problema não. Porque eu acho  
745 muito importante essa lógica, inclusive, de se tiver mais de um, os próprios membros elegem, a  
746 gente convoca assembleia, a gente fez isso para URAE I, então a gente vai seguir isso aqui. Depois  
747 já respondo a sua também, Prioste, mas só para deixar claro aqui que a gente vai seguir, eu já  
748 coloquei essa diretriz aqui na Secretaria. O Djalma falou, depois, se você quiser, Djalma, a gente  
749 conversa mais e fala com você também, do Cetras, de tudo que a gente está fazendo, dessa lógica  
750 regional. A gente tem todo um planejamento aqui, lá no Paranapanema também. Lá a gente está,  
751 inclusive, olhando onde a gente faz, para poder implementar em outros lugares em conjunto com  
752 a Unesp, por exemplo, em Botucatu, então, a gente está com um plano bem desenvolvido e agora  
753 a gente está implementando lá no Paranapanema também, pari-passu, de acordo com as  
754 particularidades de cada região, pensando nessa forma regionalizada também. E aí, até queria  
755 deixar aqui para o nosso policiamento ambiental, olhar lá, inclusive, ver o que está acontecendo  
756 lá na Foz do Rio do Peixe, eventualmente, para a gente ir lá e agir como a gente sempre tem agido  
757 em todos os locais. Deixar meus parabéns aqui para o Peter também, não sei se ele está aqui.  
758 Obrigada, Peter, tanto pela publicação, parabéns. A gente fica muito feliz de ver publicações como  
759 essa, atuações e é na linha que a gente pretende sempre seguir aqui também é sempre bom ter esse  
760 arcabouço para a gente se basear, se nortear também. O Eduardo falou das ocupações irregulares  
761 em áreas de Mata Atlântica. Também, da mesma forma, Eduardo, acho que a gente tem que ser  
762 muito firme, e aí nosso policiamento ambiental também, sempre que tiver a gente vai atuar. Eu  
763 concordo com você que não dá só para a gente ficar no comando e controle, na multa, eu acho que  
764 não é só por aí, porque a gente está, sim, fazendo uma série de políticas públicas, atuando  
765 fortemente, a nossa polícia aqui, nossa Coordenadoria de Fiscalização, isso a gente também  
766 precisa fazer e, por outro lado, precisa ter atuações como que o próprio Trani falou, acho que ele  
767 fez uma intervenção muito boa. E aí, Trani, também, deixando nossos agradecimentos a todo o  
768 trabalho que você vem fazendo aqui no estado de São Paulo ao longo dos anos, a gente fica muito  
769 feliz de sempre contar com a parceria, e é muito na junção de esforços, não é? Por exemplo, o  
770 estado está fazendo, você pode ter certeza, tudo o que está ao nosso alcance. Na parte de mitigação,  
771 de adaptação, de habitação por parte da Secretaria de Habitação lá, ou por parte do trabalho do  
772 Trani. A gente também, quando a gente faz as capacitações, a gente está chegando a 145  
773 municípios que a gente está levando o ZEE, está explicando, está falando como é que a gente tem  
774 que usar, e tem um plano também de chegar em vários outros municípios. Por quê? Porque a gente  
775 precisa que os próprios municípios também, que a sociedade civil, que já é engajada, fique cada

776 vez mais olhando e implementando o que de fato tem que ser feito na ponta, nos Planos Diretores,  
777 inibir que ocupações irregulares sejam estendidas, então, eu acho que isso tudo não é fácil, claro,  
778 é uma tarefa complexa, ainda mais no estado de São Paulo, mas da parte do estado, a gente está  
779 fazendo o máximo e tentando agregar também os municípios, quem está na ponta para a gente  
780 conseguir fazer esse trabalho conjunto, se não, de fato, eu concordo com você, aí não vai para  
781 frente, mas a gente está fazendo, assim, muita, muita coisa aqui em relação a isso. O Prioste falou  
782 do convite e aí, Prioste, a gente até, você deve ter visto, você falou de semente, a gente também  
783 lançou a nossa Resolução de Sementes aqui, a Fundação Florestal sempre com um trabalho muito,  
784 muito bom, para conseguir também fomentar e estimular isso, vou, o dia que vocês me chamarem,  
785 vou em Juréia também, vamos só combinar aqui, estou sempre à disposição aqui. Do Finaclima,  
786 dá uma olhada depois no tópico 3, do chamamento público que está lá no site, porque ele fala  
787 dessa lógica de convocar assembleia e de fazer isso que eu comentei aqui. Aí você me fala depois  
788 se não está claro, se não tiver a gente esclarece, mas dá uma... Eu concordo com você do  
789 parágrafo, mas dá uma olhada no tópico 3, porque eu acho que lá ele tem o regramento de convocar  
790 assembleia, aí se tiver mais de um, tem que ter consenso, senão tem eleição entre elas, então está  
791 um regramento bem estabelecido, não é, Jonas? Não sei se você quer complementar.

792 **01:40:34 Jonas Trindade:** É isso, o chamamento está mais detalhado e está mais claro em  
793 relação a essa questão da escolha, então, está seguindo a lógica do que normalmente se segue.

794 **01:40:44 Natália Resende:** Ele acha que tem esclarecimentos mais... até porque é isso mesmo, o  
795 chamamento ele tem que ser mais detalhado. Mas dá uma olhada, vê se esses pontos estão claros.  
796 Se não tiver, a gente deixa claro, se precisar a gente altera o Decreto, eu não tenho problema  
797 nenhum em relação a essas coisas, sabe? Se precisar esclarecer, a gente esclarece, altera, não tem  
798 problema nenhum, mas dá uma olhada, eu acho que lá já está bem claro. O Andrés falou do  
799 contrato da Sabesp, está lá no site da Secretaria, então, se você entrar, tem uma parte lá, a gente  
800 deixou bem destacado, porque a gente quis ser muito transparente, muito, muito, sempre. A gente  
801 quer, nesse assunto, sobretudo. Então, tem um tem um tópico lá de Desestatização, o que é que a  
802 gente teve cuidado também, se vocês olharem, a gente deixou os documentos antes, depois das  
803 Audiências Públicas, quando foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, então tem todos os  
804 documentos em todas as etapas, até para eventualmente ver o que foi aprimorado em virtude das  
805 Audiências e da Consulta Pública. Tem um relatório de consulta pública detalhado, falando tudo  
806 que a gente aprimorou em virtude da participação social. Foram 975 contribuições, 137  
807 manifestações orais. Foi muito bom, muito produtivo. Todo o processo que a gente fez, eu nunca  
808 vi um processo de concessão com tanta Audiência. Anselmo ajudou a gente para caramba também,  
809 e é muito bom. A gente viu muito esse aprimoramento e a gente fez questão de deixar registrado  
810 lá. Então está lá no site, está no site da Secretaria mesmo, todos os documentos estão lá, Plano  
811 Regional, Regimento Interno da URAE, Contrato, todos os Anexos, 371 Anexos estão lá também,  
812 então cada município tem seu Anexo, dá para ver tudo, está bem transparente. E aí eu concordo  
813 com o Beloyanis, quando ele fala da questão de regular, de fiscalizar. É isso mesmo que a gente  
814 tem que fazer. E aí a gente tem várias formas de fazer isso, eu acho que a gente tem que se  
815 organizar bem e a gente fez todo o arcabouço para isso. Primeiro, para dentro da URAE, que tem  
816 a participação da sociedade civil, para a gente fazer isso via URAE, para a gente se organizar  
817 melhor e trazer mais os municípios, por que? Porque antes os municípios também não estavam  
818 muito bem organizados para poder fazer essa cobrança, e no limite eles são poderes concedentes.  
819 Sejam totais, quando não é região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião, sejam junto  
820 com o estado e os outros municípios que compartilham da infraestrutura, no caso quando tem  
821 região metropolitana. Então, a ideia de, inclusive, formar agrupamentos por regiões, Vale do

822 Ribeira, região metropolitana de São Paulo, é para a gente se organizar melhor e cobrar. Essa é  
823 uma primeira instância de governança, a outra, via agência, que a gente mandou um PLC para  
824 Assembleia, para fortalecer, colocar mais critério técnico para a escolha de dirigentes, aumentar o  
825 salário, fazer concurso, porque ela que define a tarifa, ela que regula tudo que está no contrato.  
826 Então, por exemplo, a gente colocou a questão da tarifa, no apêndice do Anexo 5 tem a trajetória  
827 do que seria a tarifa pública da estatal, e tem que a gente tem que ficar abaixo dela. E como que a  
828 gente vai fazer isso. Está tudo escrito para dar previsibilidade para, independentemente de  
829 governo, ser cumprido. Agora, a agência também tem que cumprir e tem que cobrar. Então, a  
830 agência precisa ser fortalecida, é o que a gente vem fazendo. E o próprio estado dentro da Sabesp,  
831 porque ele está lá, está com três assentos no conselho, tem 18%, ainda é o maior acionista, tem  
832 que também cobrar para ter o cumprimento. Então, eu acho que a gente tem três instâncias aqui  
833 que a gente precisa, sim, regular, fiscalizar, junto com a sociedade civil, claro, concordo 100%.  
834 Rosa, eu vou te colocar em contato depois com a Marisa, a nossa subsecretária aqui de energia,  
835 ela tem acompanhado muito de perto essa questão de Caçapava, eu acho que é interessante depois  
836 a gente fazer uma reunião para passar tudo que a gente sabe aqui, porque é mais uma discussão a  
837 nível federal, por conta das competências. Pela importância, a gente tem acompanhado, sim. A  
838 gente tem acompanhado, disponibiliza para gente o que tiver, que a gente também discute, para a  
839 gente entender também o que foi objeto de representação. O que que eu acho importante, só  
840 deixando claro aqui em relação a esse assunto, as Audiências Públicas precisam ser feitas, porque  
841 o que está acontecendo? Está tendo muita manifestação e as Audiências não estão sendo  
842 concluídas. É muito importante ter Audiência Pública. Então, até para a gente conseguir avançar  
843 nesse assunto, a gente precisa fazer as Audiências Públicas. A gente, aí é muita gente, porque não  
844 é a gente aqui no estado, quem faz é a nível federal, mas acho que até um apelo para as Audiências  
845 serem feitas, acho que isso é um ponto para a gente discutir, mas, enfim, depois, a gente está à  
846 disposição aqui. Em relação a Salto, Piracicaba, aí, Thomaz, não sei o que você acha, a gente  
847 poderia, a informação técnica, disponibilizar aqui para o CONSEMA, aí para a OAB a gente  
848 manda também, mas já disponibiliza para todo mundo aqui, até para transparência e todo mundo  
849 fica ciente também da informação técnica da Cetesb, acho que é bom também para todo mundo  
850 saber, para além da OAB, claro, a gente manda para vocês, Rosa. Só dar os parabéns aqui para o  
851 Rodrigo, Manguezais, cadê as meninas aqui. Parabéns, gente, a gente fica muito orgulhosa, eu fico  
852 muito orgulhosa do trabalho de vocês, parabéns mesmo, de verdade. Frigério também, por todo o  
853 trabalho à frente da nossa Coordenadoria, o professor Perinotto, eu fico muito feliz de contar com  
854 o apoio da universidade, professor, para a gente é super importante, tem que fazer isso, a gente só  
855 fez o nosso Plano de Energia aqui, porque a gente teve a colaboração, a produção da USP junto  
856 com a gente, os projetos que eu citei no início com a Fapesp, a gente está fazendo, junto com a  
857 Unesp de Botucatu, a questão do Cetras lá. Então a gente está avançando muito em relação a essa  
858 questão da fauna silvestre junto com vocês. A gente fica muito feliz de contar com o apoio. E,  
859 falei já, né, Anselmo, tá bom? Chega? Acho que é isso. Pelo menos foram os pontos que eu anotei.  
860 Gente, obrigada aqui pela participação, sempre muito colaborativa de vocês.

861 **01:47:15 Anselmo Guimarães:** Nós que agradecemos pelos esclarecimentos. O presidente da  
862 Cetesb, Thomaz?

863 **01:47:21 Thomaz Toledo:** Só reforçar algumas questões, agradecer as perguntas, comentários  
864 trazidos pela conselheira Rosa Ramos, conselheiro Prioste, conselheiro Paulo Nelson, conselheiro  
865 Crepaldi, associados a questão do Rio Piracicaba, do Tanquã. Bom, a gente vai disponibilizar,  
866 então, a informação técnica e o auto de infração. Queria deixar claro aqui que nossa ação não está  
867 concluída, não foi um Relatório Final que a gente está trazendo aqui, são as informações do nosso

868 trabalho nesses 25 dias, de quando a gente foi acionado até os dias de hoje. Vocês vão poder  
869 perceber, lá no auto de infração, que o auto não trata só da imposição de penalidade de multa, tem  
870 oito exigências técnicas que foram elaborados para a empresa e, em cima dessas exigências  
871 técnicas, a gente avalia o atendimento e entra num processo de discussão com a responsável, com  
872 a usina sobre a pertinência dessas medidas, adequação dessas medidas e a suficiência dessas  
873 medidas, no que se refere, tanto ao controle daquela ocorrência, do lançamento de poluentes no  
874 corpo hídrico, quanto nas medidas reparadoras necessárias. Então assim, ali tem uma parte da  
875 responsabilização administrativa, quanto à responsabilização civil, um trabalho que a Cetesb tem  
876 conduzido, mas também com uma participação grande do Ministério Público. A gente tem uma  
877 interação grande com o Ministério Público, principalmente lá de Piracicaba, doutora Alexandra,  
878 doutor Ivan e doutor Rodrigo, bastante atuante ali no PCJ. Então tem uma interação basicamente  
879 diária com eles para a instrução dos nossos processos. E, claro, a responsabilização penal sendo  
880 conduzida pelo Ministério Público e pela Polícia Civil. Quanto à pergunta do procedimento para  
881 conversão de multas, a gente não tem esse procedimento regulamentado na Cetesb para a  
882 conversão da penalidade pecuniária, em obrigação de fazer, então a gente não tem essa  
883 regulamentação. Temos intenção em retomar essa discussão, sim, mas esse procedimento não está  
884 disponível agora, certamente a usina não pode fazer essa conversão. Acho que eram essas as  
885 questões.

886 **01:49:58 Ricardo Crepaldi:** Thomaz, só um ponto a se esclarecer: quem foi que acionou, se foi  
887 acionado?

888 **01:50:05 Thomaz Toledo:** Na verdade, na formação técnica que subsidia a emissão do auto de  
889 infração, vocês vão poder perceber que a Cetesb aplicou dois agravantes, um dos agravantes foi  
890 não ter comunicado à Cetesb. O segundo agravante é ter afetado a Unidade de Conservação da  
891 APA do Tanquã. Então, desculpa, Crepaldi, faltou essa observação. A usina não nos comunicou e  
892 foi na nossa apuração da ocorrência, a Cetesb que foi ao local e constatou a poluição.

893 **01:50:44 Anselmo Guimarães:** Obrigado, presidente Thomaz. Subsecretário Jonatas.

894 **01:50:50 Jonatas Trindade:** Bom dia a todos. Vou falar rapidamente, que acho que a Natália já  
895 falou tudo, mas só para reforçar dois pontos, a questão da importância que foi colocado pelo  
896 conselheiro Djalma do Pontal, em relação à restauração, mapa dos sonhos, tudo que está atrelado,  
897 eu já falei com a secretária Natália para a gente criar uma próxima oportunidade de visitar a região,  
898 para reforçar a questão do processo de restauração que está sendo conduzido lá pelo Ipê e  
899 parceiros. Acho que é um trabalho excepcional, com resultado muito satisfatório. E a questão do  
900 Cetras também, tem todo um planejamento, uma discussão da localização para otimizar essa  
901 localização também lá. Nós estamos vendo, identificando algumas áreas para poder definir isso e  
902 pensar na questão, realmente, da construção. Em relação à questão da Sabesp, não é a minha seara,  
903 mas eu acho que vale a pena consultar o site da SEMIL, porque lá tem muita informação,  
904 principalmente em relação à questão dessa governança, a questão do Comitê e tudo que tem  
905 atrelado. Acho que vale estudar, porque realmente o trabalho que foi feito, eu não participei desse  
906 processo, mas o que eu consegui avaliar realmente é um trabalho muito robusto, e tem uma  
907 governança com a participação, como a Natália colocou, da sociedade civil, bastante importante.  
908 Eu acho que eram esses dois pontos de destaque, porque o restante, a Natália e o Thomáz, já  
909 responderam.

910 **01:52:27 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, então, pelos questionamentos. Hoje foi bastante  
911 produtivo. Obrigado pelos esclarecimentos. Gostaria, nesse momento, de convidar todos a

912 entrarmos na Ordem do Dia, cujo primeiro item é a apreciação do Relatório Final da Comissão  
913 Temática de Políticas Públicas, com as contribuições ao regramento para a estruturação e  
914 implementação da Logística Reversa no Estado de São Paulo. A tarefa foi designada à Comissão  
915 Temática por meio da Deliberação CONSEMA número 9 de 2021. A relatoria foi incumbida à  
916 Cetesb, e nesses momentos de Cetesb acabou sendo incumbida à assessoria aqui, ao presidente  
917 Thomaz e a conselheira Mayla de fazer, então, o relato do que ocorreu nos debates da Comissão  
918 Temática, então, por esse motivo, já vou continuar aqui. Bom, esse foi um relatório que,  
919 integralmente, tem mais de 230 páginas. Tem um relato conciso no começo e ele está com todos  
920 os Anexos de tudo aquilo que foi produzido no âmbito da Comissão Temática. Todas as  
921 exposições, todas as atas, todos os quadros de contribuição. Então, como síntese dos trabalhos, a  
922 gente fez aqui esse *PowerPoint* apenas para trazer aqui ao plenário o que ocorreu no âmbito da  
923 Comissão. Então, inicialmente, a Deliberação 9 atribui à Comissão Temática a atribuição de  
924 acompanhar a Logística Reversa do Estado de São Paulo, tarefa essa que a própria Comissão  
925 inicialmente, logo de início já foi avançada entre os integrantes, que iam ser realizados debates no  
926 sentido de serem expostos pelos órgãos ambientais, os trabalhos e resultados na Logística Reversa,  
927 e também o compartilhamento de experiências na atuação dos representantes do setor produtivo,  
928 das entidades também do terceiro setor, assim como também as cooperativas, enfim, todos aqueles  
929 que atuam na cadeia de logística reversa. E no decorrer dos trabalhos, a própria Comissão  
930 Temática definiu que seria importante que tivesse como resultado final das discussões um  
931 encaminhamento ao plenário do registro dos trabalhos, mas acrescido de contribuições a essa  
932 política de logística reversa. E esse tema foi abordado em oito oportunidades na Comissão  
933 Temática de Políticas Públicas, em duas fases. A primeira fase, entre os meses de agosto a  
934 setembro de 2023, e a segunda, com a retomada agora em abril de 2024, com encerramento agora  
935 no mês de junho. Então essas reuniões contaram com a participação e exposição de diversos  
936 convidados, que apresentaram seus diversos pontos de vista, representando todos os setores da  
937 cadeia de Logística Reversa, seguidos de debates e apresentação das contribuições. Então, só  
938 lembrando aqui e trazendo ao pleno, obviamente que tinha muito material para ser consultado  
939 lá nessas mais de 200 páginas, então aqui só lembrando, a gente abriu os trabalhos em agosto  
940 de 2023 com a apresentação da Regiane Yogui, que está aqui conosco, da Cetesb, ela, que é gerente  
941 da divisão de economia circular de logística reversa, trouxe um histórico sobre estruturação e  
942 implementação dos sistemas de Logística Reversa no Estado. O Sistema SIGOR Logística  
943 Reversa, como é que a operacionalização dos Termos de Compromissos, números, resultados e  
944 um panorama geral das ações da Companhia na agenda. Tivemos também a apresentação do  
945 conselheiro Andrés Vernet, que foi quem provocou esse assunto aqui no âmbito do CONSEMA,  
946 e ele trouxe as contribuições, propostas de melhoria aos regramentos em vigor, sugestões  
947 relacionadas aos Termos de Compromisso, a Decisão de Diretoria da Cetesb, algumas propostas  
948 de revisão de conceitos, entre outras propostas. Nessa primeira fase, nós tivemos também a  
949 participação do coordenador da área de resíduos, Evaldo Azevedo, que também está aqui conosco,  
950 obrigado pela presença, Evaldo, que trouxe uma contextualização, ali na ocasião, ainda em 2023,  
951 sobre a gestão dos resíduos sólidos no âmbito da SEMIL, discussões de reestruturação da  
952 governança interna, a previsão de um Decreto regulamentando o tema da Logística Reversa, com  
953 o debate sobre as possibilidades e modelos aplicáveis aqui no estado. Tivemos um intervalo  
954 durante esse período, até por conta de outras tarefas que foram designadas à Comissão Temática  
955 de Políticas Públicas. Tivemos uma retomada agora no final de abril até o mês de junho. Tivemos  
956 essa retomada já inaugurando com a apresentação do Evaldo Azevedo, que já de forma um pouco  
957 mais amadurecida, trouxe uma proposta em tópicos sobre a organização da Logística Reversa no  
958 Estado, cuja propositura de uma Minuta de Decreto. Trouxe aqui um quadro também com o estado

959 atual e quais seriam as alterações, um quadro comparativo com os procedimentos atuais e os  
960 propostos, quais seriam os sistemas de metas, abrangência e formas de comprovação, no intuito  
961 de obter contribuições da própria Comissão Temática para a construção dessa norma. Nessa  
962 mesma oportunidade, na sequência, foi convidado também por aprovação da Comissão Temática,  
963 o advogado e consultor Fabrício Soler, que fez comentários a essa nova proposta, apresentou suas  
964 contribuições para o aprimoramento da política, fez apontamentos até sobre a aderência do estado  
965 ao que se debate em nível federal, inclusive, aprovando que isso, colocando, dizendo que é adepto  
966 a esse instrumento de Decreto. Trouxe posicionamentos acerca do controle da Logística Reversa,  
967 por meio do Licenciamento Ambiental e também da dificuldade de implementação dos sistemas  
968 para embalagens. Na sequência nós tivemos, na mesma reunião também, tivemos a presença e a  
969 participação do Marcelo Mello, que é da Cooperativa de Recicláveis da Cooperben Guarujá. Ele  
970 trouxe sua experiência prática nesse assunto, representando, nessa cadeia de Logística Reversa,  
971 trazendo a representatividade dos catadores de materiais recicláveis. Apresentou a importância  
972 deles, também apresentou as fragilidades da classe na execução das suas atividades, as  
973 dificuldades que eles encontram nas condições de trabalho e também as discussões financeiras,  
974 trazendo aqui como um dos elos mais frágeis dessa cadeia. A Regiane Yogui também fez uma  
975 nova fala, abordou a questão da Logística Reversa no Licenciamento Ambiental, que estava sendo  
976 cobrado, apresentou resultados relacionados aos Planos de Logística Reversa, os números de  
977 empresas, declarações de embalagens, quantidades coletadas e reinseridas no mercado paulista.  
978 Tivemos também a participação da Célia Dib, ela que é do Consórcio Intermunicipal do Vale do  
979 Paranapanema, que apresentou as experiências dos municípios integrantes na gestão dos resíduos,  
980 contribuições com relação à indústria de embalagens, fortalecimento de cooperativas, incentivo a  
981 acesso às novas tecnologias, sistemas inteligentes, educação ambiental e investimento em  
982 pesquisas, essas foram as contribuições da Célia. Também, o Fernando Rodrigues, do Instituto  
983 Rever, destacou a atuação da entidade na logística reversa de embalagens, as atividades do  
984 instituto, papel de interlocução entre as entidades. Também explicou um pouco da modelagem dos  
985 créditos de reciclagem. Na outra oportunidade, tivemos aqui o Anderson Nassif, da ANCAT, que  
986 é a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, que destacou a  
987 necessidade dos regramentos estaduais observarem normas federais, em especial com relação ao  
988 papel social da política de logística reversa e a priorização dos catadores nessa cadeia, com a  
989 criação de mecanismo para fortalecimento da classe. O Filipe Brumatti, que é consultor, também  
990 comentou algumas experiências em outros estados que cuja sua consultoria também tinha atuação,  
991 a questão dos esgotamentos, os resultados via catadores, trouxe também apontamentos sobre os  
992 verificadores de resultado, que foram o nosso último convidado. Na última reunião veio Fernando  
993 Bernardes, da entidade Central de Custódia, que esclareceu à comissão qual é o papel do  
994 verificador independente de resultados, a estrutura de verificação e trouxe algumas experiências  
995 em outras localidades. O Relatório é integrado, portanto, como eu falei, de mais de 200 páginas  
996 de Anexo, trazendo as atas de todas as reuniões, os arquivos das apresentações, as contribuições  
997 por escrito, nós destacamos essas quatro, as que forem apresentadas por escrito, foram do próprio  
998 Andrés, ele trouxe, em março de 2022, também trouxe um material de uma entidade com atuação  
999 no estado do Paraná, trouxe também novas contribuições na retomada dos debates e também a  
1000 Fiesp apresentou considerações, inclusive comentários ao quadro proposto pela SEMIL para a  
1001 reestruturação da normativa. Como considerações finais, portanto, ao relatório, foi feito aqui, o  
1002 Relatório buscou fazer uma exposição de forma sucinta aos trabalhos ocorridos, porém juntando  
1003 toda a documentação produzida nos trabalhos. Tem um propósito de não encerrar a questão nesse  
1004 momento ou evitar a perda da fidelidade e a variedade dos apontamentos trazidos. O Relatório que  
1005 foi aprovado na CT de Políticas Públicas, ele buscou a máxima fidelidade ao registro das

1006 discussões ocorridas e as proposições apresentadas. Não houve qualquer votação ou análise acerca  
1007 do mérito das propostas. A intenção era de se levar nas propostas que foram apresentadas para que  
1008 elas pudessem seguir o fluxo e seguir o processo por uma posterior devolutiva, e é justamente isso,  
1009 uma vez aprovado lá na Comissão Temática de Políticas Públicas, se apresenta aqui ao plenário  
1010 do CONSEMA, com a proposta de aprovação, portanto, desse Relatório, que ele traz um relato  
1011 das atividades, propondo, portanto, o encaminhamento à Subsecretaria de Recursos Hídricos e  
1012 Saneamento Básico da pasta, solicitando uma posterior devolutiva ao plenário do CONSEMA,  
1013 com a redação dessa minuta mais amadurecida desse novo Decreto de Estruturação da Logística  
1014 Reversa, a guisa de devolutiva, para consulta, portanto, ao CONSEMA. Então, nesses termos, a  
1015 gente coloca essa proposta aqui, em nome, agradecendo a oportunidade pela Cetesb de poder fazer  
1016 esse trabalho e agradecendo pelo grande trabalho realizado nessas nove reuniões ou mais na  
1017 Comissão Temática de Políticas Públicas. Então agradeço pela confiança de poder assessor nessa  
1018 relatoria. Presidente, devolvendo aqui e já pedindo, abrindo aqui para as contribuições aqui dos  
1019 conselheiros e manifestações. Por favor, obrigado.

1020 **02:03:48 Natália Resende:** Perfeito. Quer fazer primeiro a rodada de contribuições, aí depois eu  
1021 faço os comentários e volto. Também, se quiser, a Ester também está aqui, da nossa Subsecretaria  
1022 de Recursos Hídricos e de Saneamento. Vamos ouvir, aí eu faço, no final, pode ser?

1023 **02:04:08 Anselmo Guimarães:** Perfeitamente. Nós já temos duas inscrições aqui iniciais.  
1024 Primeiro, conselheiro Paulo Nelson do Rego. Na sequência, conselheiro Andrés Vernet.  
1025 Conselheiro Paulo Nelson.

1026 **02:04:30 Paulo Nelson do Rego:** Primeiro, queria parabenizar pela apresentação concisa e clara  
1027 do Anselmo, mostrando todo o trabalho da Comissão, muito importante. E gostaria, a minha fala  
1028 é mais no sentido de renovar. Recentemente acabei lendo dois artigos mostrando a importância da  
1029 política reversa no processo de reciclagem. Nós vivemos hoje uma perda de valores da reciclagem  
1030 em função da falta de compromisso das empresas na política reversa, e esse valor acaba  
1031 desestruturando todo o mercado de reciclagem. Então, a importância de realmente ser valorizado,  
1032 a obrigação do produtor para que possa dar destino e comprar os produtos reciclados na sua linha  
1033 de produção, principalmente de embalagem, a gente vê a questão do papelão, a tonelada e hoje é  
1034 0,60, realmente inviabiliza qualquer procedimento, então precisa realmente, a política reversa ser  
1035 implementada, ser exigida para que a política reversa seja realmente um norte para que as empresas  
1036 se comprometam com os materiais reciclados, buscando todos os incentivos possíveis. A gente  
1037 tem hoje questões de o material virgem ser mais beneficiado tributariamente do que o próprio  
1038 material reciclado. Então, fica esse alerta, essa importância, para que a gente possa realmente fazer  
1039 uma transformação desse processo como um todo.

1040 **02:06:34 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Chamo agora para fazer o uso da  
1041 palavra o conselheiro Andrés Vernet.

1042 **02:06:44 Andrés Vernet:** Bom, novamente aqui. Obrigado Anselmo. Bom, as nossas propostas,  
1043 desde o início, foram no sentido de aumento... escalonar a quantidade do resultado da logística  
1044 reversa. Por que isso? Muitos fabricantes não participam da logística reversa, e a gente tem  
1045 algumas causas para isso. Primeiro, é a baixa fiscalização da Cetesb, baixa fiscalização da SEMIL,  
1046 e a gente pede também para ser mais implementado isso. Um outro ponto também, nesse relatório,  
1047 a gente mencionou também, faltou a indicação de um Decreto, o Decreto 11.300/22. Por que esse  
1048 Decreto é importante? Esse Decreto, com o novo conceito para fabricante. O que diz esse Decreto?  
1049 Ele diz que o fabricante é aquele que fabrica ou manda fabricar. E que diferença tem isso do

1050 conceito colocado pelo estado de São Paulo? O estado de São Paulo inclui o industrializador como  
1051 responsável. Essa é uma, para nós, é um erro gravíssimo, porque o industrializador não é  
1052 responsável pela logística reversa, juridicamente o responsável é o dono da marca. O dono da  
1053 marca que é o responsável pelo produto e pela logística reversa. Então, a nossa sugestão é para  
1054 que seja colocado o conceito de fabricante, como é o conceito federal. O conceito federal é quem  
1055 fabrica ou manda fabricar. E por quê isso? Vamos ver o que é que está acontecendo hoje, aqui.  
1056 Hoje a Cetesb, nos seus licenciamentos, principalmente ela sabendo quais são essas  
1057 industrializadoras, e a Cetesb conhece muito bem, a gente pode dizer aí, ó, Catalent de Sorocaba,  
1058 de Indaiatuba, a Sorocaps, a Pronutrition, são vários industrializadores muito conhecidos, todo  
1059 mundo conhece. Inclusive eles têm um texto que eu vou ler rapidamente aqui, é um texto na sua  
1060 Licença de Operação que diz o seguinte: “No caso do detentor da marca não esteja executando a  
1061 logística reversa, o fabricante deverá se responsabilizar pela logística reversa”. Então, aí, o que é,  
1062 dizendo que se o dono da marca que está sendo fabricado pelo industrializador, se ele não tem  
1063 logística reversa, ele deve se responsabilizar. Para nós, isso aqui é uma peça de ficção. Por que é  
1064 uma peça de ficção? Se você olhar a Sorocaps, e eu conheço bem a Sorocaps, a Sorocaps fabrica  
1065 para muitas empresas de marca própria. A Sorocaps, se vocês quiserem, dou uma lista de mais de  
1066 100 empresas que fabricam lá e não fazem a logística reversa, tanto é que é uma peça de ficção,  
1067 porque se você coloca um texto desse na Licença de Operação, a Sorocaps não é aderente a  
1068 nenhum plano de logística reversa. A Catalent também não, a Pronutrition também não. E mais  
1069 ainda, um ofício que nós mandamos ontem para a Cetesb, informando alguns laboratórios que não  
1070 fazem logística reversa, por exemplo, Eurofarma, Cristália. São laboratórios grandes e não fazem,  
1071 e alguns deles que nós solicitamos correção à Cetesb há mais de dois anos. Então, o conceito e a  
1072 fiscalização devem ser implementados cada vez mais pela Cetesb para aumentar o número de  
1073 fabricantes participantes, isso aí também foi comentado pela Central de Custódia, também foi  
1074 comentado por outros atores que participaram dessas reuniões, justamente para isso aumentar o  
1075 número de fabricantes, e é pequeno hoje. Então, esse é um dos pontos que a gente queria colocar  
1076 muito claramente. O conceito de fabricante tem que ser mudado, porque a gente sabe que o  
1077 industrializador não faz absolutamente nada e ele não pode ser responsabilizado. E, com isso, os  
1078 fabricantes se esquivam dessa responsabilidade. Eu queria pedir para a Cetesb, se ela tem alguma  
1079 indicação de algum industrializador, que passe essa informação para a Cetesb, porque não existe.  
1080 Então, isso é uma peça de ficção e não está funcionando, então a nossa sugestão é para que seja  
1081 alterado isso. Vamos ouvir os outros conselheiros também, depois a gente volta a comentar mais.

1082 **02:12:12 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Conselheiro Crepaldi, por favor.

1083 **02:12:21 Ricardo Crepaldi:** Obrigado, Anselmo. Acho que é bom até a gente esclarecer, nem  
1084 todos os conselheiros participaram das reuniões, foi um trabalho árduo. A gente teve que parar no  
1085 meio para fazer alguns outros atendimentos, depois retomar isso até. De certa forma dificulta, mas  
1086 graças a Deus não dificultou o trabalho, para a gente ter um resultado final. Mas é bom colocar  
1087 alguns pontos que foram importantes inclusive, por exemplo, começando pela última reunião, que  
1088 a gente conseguiu fazer uma redução adicional e chamar um representante de uma Central de  
1089 Custódia para explicar para a gente esse ponto, o de quem está na Central, como funciona a Central  
1090 de Custódia. Foi a maior central hoje em operação. E aí, adiu alguns pontos, por exemplo, de  
1091 você ver, nem todas as cooperativas estão na Central de Custódia, ou dentro da logística reversa,  
1092 mas não porque não tem material, porque elas não estão prontas, com as documentações  
1093 necessárias. Ou seja, isso é um ponto que a gente, como sociedade, não vou nem colocar a Cetesb,  
1094 ninguém, todos nós temos que ajudar essas cooperativas a como entender, porque normalmente,  
1095 como entender o documento que ela precisa, como ela vai precisar e como a gente pode ajudar

1096 dentro de um projeto de você conseguir fazer com que elas tenham toda uma documentação  
1097 mínima necessária para entrar dentro da logística reversa. Isso é parte do processo, que é muito  
1098 importante, que não é só uma questão ambiental, como eu já falei aqui algumas vezes, também é  
1099 uma questão social com os cooperados. Outro ponto dentro disso, o Andrés falou muito bem, da  
1100 questão das indústrias que são multimarcas, mas tem um outro problema que é um pouco mais  
1101 delicado, que são das embalagens. A gente tem um lado da logística reversa, que é das embalagens,  
1102 porém, os fabricantes de embalagens, eles, por exemplo, como foi colocada pelo pessoal, pela  
1103 Sivap, da questão do problema que nós temos que embalagem, que no mercado, vulgarmente  
1104 chamado de embalagem chefe, que contém chumbo, e aí não é reciclável e tem material disso no  
1105 estado inteiro, e eu tenho acompanhado isso. Então é um problema de quem está usando aquilo lá  
1106 e colocando a marca dele? É uma embalagem? É, mas é um problema de embalagem. A  
1107 embalagem não é reciclável até o momento, então não existe técnica por enquanto. E eu tenho  
1108 denúncias, o Jaque, estão queimando essa embalagem para tirar o chumbo, que ele tem valor  
1109 econômico. E aí, os conselheiros sabem que eu já falei, o nosso trabalho quanto à questão do  
1110 chumbo e o óxido de chumbo, que está sendo ocorrido, inclusive a própria Cetesb já teve uma  
1111 ação principalmente na região de São José do Rio Preto, fabricando chumbadas dentro de casa  
1112 para pesca, e esse o óxido de chumbo, em termos de poluição atmosférica, ele tem um grau terrível  
1113 de saúde pública, afetando crianças principalmente. Então o problema das embalagens, que é um  
1114 ponto, que as indústrias usam a embalagem que ela manda fabricar em outro lugar. E algumas  
1115 dessas embalagens não são recicláveis no momento, e aí existe uma necessidade de se ver esse  
1116 ponto juntando com o próprio ponto que o Andrés acabou de falar. Só com relação a embalagens  
1117 ou pós consumo com dificuldade para logística reversa, devo declarar aqui que, em conversa entre  
1118 ABES e a Sivap, nós vamos fazer um projeto piloto de “*blisters*” no interior do estado, temos mais  
1119 ou menos mapeado 46 cidades, e devemos ter por volta de 150 a 200 cooperativas que vão fazer  
1120 um trabalho piloto para depois mostrar isso a público, e talvez isso ser uma forma de fomentar  
1121 isso dentro do estado de São Paulo. São esses pontos, obrigado.

1122 **02:16:42 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Crepaldi. Convido agora o  
1123 conselheiro Jorge Rocco, da Fiesp.

1124 **02:16:53 Jorge Rocco:** Bom dia a todos. Primeiramente parabenizar a SEMIL e a Cetesb pela  
1125 condução dessas discussões. Na realidade, os nove encontros, reuniões da Câmara e com a  
1126 presença de especialistas da cadeia de valor da logística reversa, e tanto também internamente aqui  
1127 o Evaldo, da SEMIL, e a Regiane, pela Cetesb, trouxeram um panorama bastante importante e  
1128 realista das discussões que a gente tem, o que o Andrés acabou de apresentar também, conceitos  
1129 e tudo mais. Mas, como o relatório também estabelece, precisa ter uma continuidade. Ontem a  
1130 própria Cetesb saiu no Diário Oficial, a DD 51, que revoga a 127, que dá os procedimentos da  
1131 logística reversa vinculada ao Licenciamento Ambiental. Então isso é um pouco do reflexo que a  
1132 gente precisa ainda dar continuidade, mesmo durante a nossa discussão, a própria Cetesb  
1133 introduziu a consulta pública com base no CNPJ das empresas que estão vinculada à Logística  
1134 Reversa, permitindo com isso uma transparência por parte da sociedade do que essas empresas  
1135 estão realmente sendo cobradas com relação à obrigação da logística reversa dos setores  
1136 produtivos estabelecidos. Então, acho que isso já traz um reflexo e ficou claro uma preocupação,  
1137 principalmente por parte nossa da Fiesp, dos setores produtivos, a continuidade com relação à  
1138 proposta do quadro que o Evaldo nos apresentou na reunião, e que também tem aí, está dentro do  
1139 relatório, em anexo as contribuições. Então, eu acho que é algo também importante, que numa  
1140 próxima previsão da Câmara possa ter um retorno, porque estamos aguardando esse Decreto que  
1141 trata das diretrizes da política pública da logística reversa no estado de São Paulo, e

1142 principalmente, porque nós estamos numa dinâmica também federativa de implementação de  
1143 Decretos específicos, dos setores de materiais passíveis de reciclagem, então isso vai, entendo eu,  
1144 que é importante ficar essa discussão aberta, permanente, para que a gente possa ir à Comissão  
1145 trazer mais objetividade e contribuições para que a gente possa construir uma política clara e  
1146 transparente para esse processo de logística reversa. Então, de novo, parabenizar a todos os colegas  
1147 que estavam na Comissão, e do estado, principalmente, porque eu acho que foi muito rico e isso  
1148 trouxe também a clareza de como funciona, como o Andrés acabou de colocar, desculpa que eu  
1149 estou me alongando, mas é a transparência do processo e a existência da formalidade por parte do  
1150 Licenciamento Ambiental vinculado ao Licenciamento Ambiental, nós temos ainda, na construção  
1151 da logística reversa, e nós tivemos aqui há duas semanas atrás, na Câmara Ambiental de Resíduos,  
1152 uma discussão sobre isso, sobre a parte da cadeia de logística reversa, os seus indicadores, que é  
1153 um outro produto que pode contribuir para essa discussão da política pública. Então, me paro por  
1154 aqui e de novo, parabéns a todos e parabéns ao Anselmo pela condução dos trabalhos.

1155 **02:21:03 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Convido agora o conselheiro  
1156 Fernando Prioste.

1157 **02:21:10 Fernando Prioste:** Novamente, bom dia a todos e todas. Pelo tudo que foi falado, pelo  
1158 que foi discutido, mas também porque a gente vê na sociedade, no estado de São Paulo sobre os  
1159 resíduos, acho que esse é um tema assim, de suma importância e que ainda tem muito espaço para  
1160 aprimorar a ação. Talvez seja uma das políticas públicas mais importantes e que tenha sido mais  
1161 relegada a uma posição de pouca visibilidade e pouca ação, e que eu acredito que tenha um impacto  
1162 muito grande se for implementado de forma a pelo menos cumprir o que está na legislação, que  
1163 eu acho que no Brasil a gente tem uma legislações que são muito interessantes, mas no mais das  
1164 vezes descumpridas, e o descumprimento tem muito a ver com decisões políticas ao longo do  
1165 tempo sobre o que priorizar ou não. Eu acho que esse tema da logística reversa, mais do que passou  
1166 da hora de priorizar, e nisso reconhecer a importância do trabalho do conselheiro Andrés aqui,  
1167 porque ele tem sido muito insistente em todas as reuniões, tratando esse tema e trazendo aqui, e  
1168 sem dúvida, foi a postura dele aqui como sociedade civil, que fez com que esse tema fosse objeto  
1169 de debate aqui no CONSEMA. E eu trago aqui um ponto muito específico para discutir, mas que  
1170 eu acredito que tem bastante impacto, que está relacionado a micro e pequena empresa, empresa  
1171 de pequeno porte, porque a decisão que vigorava até agora, eu não lia essa nova, ela isentava essas  
1172 empresas da necessidade de aderir ao plano e colocava outras medidas mais simplificadas. Mas a  
1173 legislação não fala em dispensa, ela fala em simplificação do procedimento, e a legislação adiciona  
1174 um outro componente que está relacionado a resíduos perigosos, então, mesmo sendo empresa de  
1175 pequeno porte, se ela trata de resíduos perigosos, como foi dito aqui, a embalagem de chumbo,  
1176 que é muito comumente usada nessas empresas também, ela não está dispensada, não vai no  
1177 simplificado, muito menos no dispensado, e o que eu vejo aqui, pelo menos da documentação que  
1178 nos foi franqueada, é que esse item, que é o item 2.4 e 2.3, ele está como para nova redação, ele  
1179 ser excluído, e aí fica um gap, um buraco, eu não consegui encontrar aqui, pelo menos nas  
1180 conversas que a gente fez, o que vai ser feito, então, com relação a micro e pequena empresa, e a  
1181 observação que está aqui é verificar se essas categorias de empresas estão dispensadas da  
1182 apresentação do plano. Não, não estão e a legislação é muito nítida, é só ler lá o parágrafo, o inciso  
1183 2º, parágrafo 3º, do artigo 21, da Lei de Resíduos Sólidos. Então acho que esse é um ponto para  
1184 ter bastante atenção, porque o impacto é grande, as empresas são pequenas, mas são muitas  
1185 empresas, e muitas trabalhando com esse material, que é resíduo perigoso, principalmente no que  
1186 foi dito aqui da embalagem, que a primeira vista e ninguém vê mas que, na prática, o impacto é

1187 significativo. Então, para rever esse ponto aqui, acho que esse é só um dos pontos, o debate de  
1188 fato, precisa continuar e ser aprofundado de forma, eu acredito, intensa.

1189 **02:24:03 Anselmo Guimarães:** Ok, muito obrigado conselheiro. Conselheira Rosa Ramos.

1190 **02:24:10 Rosa Ramos:** Bem, eu fico muito satisfeita também com o relatório apresentado, um  
1191 relatório muito detalhado, que expressa tanto trabalho de todos os conselheiros que participaram.  
1192 A gente sabe como é complicado reunir tantas pessoas para discutir esse tema, e que a gente,  
1193 inclusive, já tinha colocado em pauta, uma solicitação nossa da plenária do dia 24 de abril. Então,  
1194 obrigada por ter vindo essa discussão aqui, essa ferramenta. Na verdade, é um instrumento  
1195 determinado na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que a gente entende que, enquanto não  
1196 houver esse casamento, como instrumento econômico e social, a gente não vai conseguir alcançar  
1197 a efetividade da norma. Me chamou muita atenção no relatório, e muito bem detalhado nesse  
1198 ponto, a quantidade de municípios envolvidos com a logística reversa, a gente vê que muitos  
1199 envolvidos sequer apontam qualquer questão acerca dos resíduos, e tão pouco da logística reversa.  
1200 Isso é muito preocupante, eu acho que é possível implementar medidas que possam trazer, no  
1201 mínimo, essas informações. Talvez os municípios que façam parte do programa Município  
1202 VerdeAzul, ou uma outra ferramenta que possa, de fato, verificar a efetividade da aplicação da  
1203 norma por esses municípios que não apontam no relatório exercendo esse fundamental papel não  
1204 só, principalmente, aliás, de coleta e, por fim, da logística reversa. Então, gostaria de  
1205 esclarecimentos nesse ponto. Uma outra questão que eu queria também registrar e deixar aqui o  
1206 agradecimento é o Fabrício Soler, ele é o nosso coordenador dessa área no âmbito da Comissão e  
1207 que, através também, representando outras entidades, esteve presente contribuindo com a sua  
1208 especialidade da matéria. Era isso.

1209 **02:26:38 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira Rosa. Por último, para essa rodada  
1210 inicial, gostaria de convidar aqui a conselheira Valéria Coaglio. Por favor, conselheira.

1211 **02:26:38 Valéria Quaglio:** Bom dia a todos, parabéns pelo trabalho. A logística reversa realmente  
1212 é uma questão muito difícil quando a gente olha a nível Brasil, principalmente. Eu atuo  
1213 diretamente com isso, com cooperativas, com programas, com a Central de Custódia, com tudo  
1214 isso que está sendo criado, e uma das coisas, total apoio ao conselheiro Andrés nesse trabalho que  
1215 eu fui acompanhando também, o que eu queria colocar aqui é que a gente precisa entender que as  
1216 cooperativas estão embaixo do guarda-chuva dos municípios. Então, um dos conselheiros  
1217 mencionou a questão da documentação das cooperativas e da dificuldade de trazer essas  
1218 cooperativas para dentro do sistema de logística reversa. Eu trabalho com isso a nível Brasil, a  
1219 gente qualifica as cooperativas, ajuda as cooperativas a tirarem essa documentação, e eu diria  
1220 assim que, muitas vezes, a maior dificuldade que a gente tem é conversar com o município para  
1221 que esse município libere a documentação para as cooperativas, então vamos dizer assim, um  
1222 alvará, uma dispensa de licença, um alvará que não precisa ser pago porque a cooperativa muitas  
1223 vezes não tem como pagar esse alvará. E, no final das contas, quando a gente consegue estruturar  
1224 essa cooperativa e trazê-la para dentro de um sistema, ela ainda tem que pagar impostos sobre  
1225 aquilo que ela vai, sobre o fomento que ela vai estar recebendo na maioria dos casos. Então, assim,  
1226 nós teríamos que ter um olhar para esse município, como a conselheira Rosa falou agora mesmo,  
1227 que ele tem que ter essa responsabilidade, ele tem que dar este apoio à cooperativa. Muitas vezes  
1228 esse município não tem nem a coleta seletiva e a cooperativa não tem como fazer essa coleta,  
1229 porque ela não tem equipamentos ou veículos adequados. E para trazê-la para o sistema, a maioria  
1230 dos estados já têm Decretos, e dentro dos Decretos a gente tem que seguir uma lista de documentos  
1231 que a gente não consegue qualificar as cooperativas. Então, a gente precisaria ter um olhar

1232 também, onde é que está esta cooperativa? Esse município apoia essa cooperativa? Qual é a  
1233 responsabilidade desse município? Como ele traz essa cooperativa para que ela consiga realmente  
1234 atuar dentro do município? Ele olha essa cooperativa como utilidade pública. Ele consegue dar  
1235 uma isenção, por exemplo, de um ISS, que na maioria das vezes são 5%, que impacta ali na receita  
1236 que a cooperativa está recebendo. Então é isso, a gente tem que olhar um pouco, ter um olhar um  
1237 pouco mais assim, micro, no local, o que está acontecendo. Recentemente a gente teve uma  
1238 cooperativa que ela era uma cooperativa de muito sucesso aqui em São Paulo, no estado de São  
1239 Paulo, era uma cooperativa modelo. Ela mudou do local onde era alugado, a prefeitura construiu  
1240 um galpão incrível para ela, e na hora que ela foi mudar a documentação, eles verificaram que  
1241 aquela área era uma área de zoneamento social, mas que não poderia ter nada de comercial. E a  
1242 cooperativa é comercial, então ela perdeu a documentação dela. Nós entramos ali com um  
1243 processo, estamos discutindo junto com a cooperativa, com essa prefeitura, mas até agora eles  
1244 precisam mudar a área de zoneamento. Então, essa é a realidade das cooperativas. Muitas vezes  
1245 as cooperativas estão em áreas que elas não conseguem obter a documentação total, o alvará, uma  
1246 dispensa de licença. Então a gente tem que ter esse olhar para as cooperativas. É fato que as  
1247 empresas precisam entrar e apoiar, porque são elas que estão colocando esse material no mercado,  
1248 mas a gente também precisa olhar para a questão do município e a relação que ele tem com as  
1249 cooperativas. Isso que eu queria deixar aqui para vocês.

1250 **02:30:58 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Era a última inscrita aqui. Eu acho que nós  
1251 vamos fazer alguns comentários pela Cetesb. Senhor presidente, Thomaz.

1252 **02:31:07 Thomaz Toledo:** Obrigado. Mais uma vez, bom dia. Eu vou fazer uma fala rapidinho,  
1253 institucional aqui, depois repassar a palavra para a Regiane, que é a gerente da nossa divisão, que  
1254 cuida especificamente desse assunto de logística reversa, aplicação da legislação de logística  
1255 reversa pela Cetesb. Bom, primeiro destacar, a importância desse momento, da oportunidade que  
1256 a gente tem de aperfeiçoar o Marco Regulatório. Conforme a conselheira Valéria trouxe aqui, o  
1257 estado de São Paulo é uma referência em nível nacional, mas certamente a gente não está satisfeito  
1258 com o arcabouço regulatório que a gente tem e, num primeiro momento, a gente tinha basicamente  
1259 essa regulamentação sendo feita via Decisões de Diretoria da Cetesb, então acho que é um ganho  
1260 de qualidade. A gente está podendo discutir aqui uma Minuta de Decreto, certamente a gente está  
1261 com um instrumento de regulamentação, envergadura do tema. A gente vai ter um ganho de  
1262 qualidade, sem prejuízo da Cetesb continuar trabalhando no desenvolvimento de ferramentas,  
1263 instrumentos, aperfeiçoamento dos instrumentos de controle, mas nos instrumentos, sobretudo,  
1264 que são destinados a responsabilidade dos fabricantes, distribuidores e demais elos da cadeia de  
1265 fornecimento. Não engloba, por exemplo, a responsabilidade dos municípios e o trabalho das  
1266 cooperativas, que foram aqui destacados ao longo da discussão, então vai ser super importante a  
1267 gente avançar para o Decreto. Enquanto isso, nós estamos trabalhando com os instrumentos que a  
1268 gente tem, no aperfeiçoamento dos instrumentos. A gente já relatou aqui as discussões que a gente  
1269 teve com o próprio conselheiro Andrés, para aperfeiçoamento das nossas ferramentas. Trazer  
1270 novas ferramentas, então o painel dinâmico em que ele divulga o desempenho de cada empresa no  
1271 que se refere às obrigações de logística reversa é uma novidade da área de logística que a gente  
1272 está trazendo, da mesma forma como a gente trabalhou para divulgação dos dados de emissão de  
1273 gases de efeito estufa, então essa diretriz de transparência de dados é uma diretriz que a gente vai  
1274 aplicar no âmbito do Departamento de Sustentabilidade, e já tem aqui dois produtos, um aplicado  
1275 para gás de efeito estufa e outro para logística reversa. Então, vou passar para a Regiane para que  
1276 ela traga os esclarecimentos, especificamente sobre a nova DD e as discussões que foram feitas  
1277 na Câmara que ela tem acompanhado.

1278 **02:33:50 Regiane Yogui:** Bom dia pessoal, sou Regiane, eu sou engenheira na Divisão de  
1279 Economia Verde e Logística Reversa, atualmente gerencio e coordeno as atividades de logística  
1280 reversa. Agradeço a oportunidade de ter participado na Comissão Técnica, com contribuições em  
1281 relação ao que a Cetesb vem fazendo em relação à logística reversa no Licenciamento Ambiental.  
1282 Tem sido uma experiência pioneira e desafiadora para o tamanho que é o estado de São Paulo,  
1283 com o grau de industrialização, implementar isso dentro do Licenciamento Ambiental. Mas  
1284 consideramos que nós tivemos grandes aprendizados ao longo desse período e, nessa  
1285 oportunidade, com a publicação de uma nova Decisão de Diretoria recente, que foi na semana  
1286 passada, a Decisão Diretoria 51, e ela traz um pouco mais, assim, de clareza na questão de  
1287 definições na questão de facilitar o entendimento, tanto pelo empreendedor quanto da nossa  
1288 equipe, para verificação desse requisito dentro do processo de Licenciamento Ambiental, e  
1289 também buscamos, dentro dessa revisão, trazer também uma aderência, uma aproximação e uma  
1290 harmonização com as novas diretrizes federais em função dos decretos federais recentes que  
1291 tiveram, tanto do vidro quanto do decreto federal que, novamente, colocou a regulamentação da  
1292 Política Nacional de Resíduos Sólidos, e do decreto e do certificados. Então, tanto essa questão  
1293 que todas as discussões que foram trazidas também lá na Comissão Temática de Políticas Públicas,  
1294 de certa forma a gente tentou acomodar isso dentro dessa nova Decisão de Diretoria e,  
1295 principalmente, trazendo esses aspectos que o presidente da Cetesb citou em relação à questão da  
1296 transparência da informação, então, muito em breve a gente vai ter publicado os nossos painéis  
1297 com relatórios, dinâmicas de resultados de logística reversa, a gente inicia por uma apresentação  
1298 de resultados de Termos de Compromisso desde 2012, com a experiência, desde implantação  
1299 inicial até os dias de hoje, trazendo essa informação e essa transparência tão esperada. A gente  
1300 entende, eu como pesquisadora também sofro dessa questão da falta de informação na questão de  
1301 resíduos, então isso para a gente é um marco, vai ser bem importante, é uma primeira etapa das  
1302 informações que a gente pretende publicar. Mas, que isso venha, até o final do ano, a gente chegar  
1303 em uma condição de apresentar, tanto indicadores quanto informações georreferenciadas de como  
1304 os sistemas de logística reversa vem sendo implantados no estado. Então, entendo realmente,  
1305 assim como o presidente colocou, a gente tem melhorias a serem tratadas, acho que não é uma  
1306 pauta simples, é complexa, envolve muito mais entidades que a questão somente, questão  
1307 ambiental, tem questões tributárias, tem outras questões do próprio desenvolvimento do comércio  
1308 e municípios, então os nossos desafios ainda continuam, mas eu acho que a cada passo que a gente  
1309 vai dando, se a gente conseguir ir aperfeiçoando ferramentas também com essas contribuições que  
1310 vocês nos trazem, a gente vai conseguir chegar a um resultado de progredir essa pauta. Obrigado,  
1311 pessoal.

1312 **02:38:05 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Regiane, muito obrigado a todos pelas  
1313 contribuições. Nós tivemos uma pequena amostra aqui acerca do que foi os debates. Obviamente  
1314 que é um assunto que não se encerra então aqui nesse âmbito aqui. Agora, com a palavra, a senhora  
1315 secretária, Natália.

1316 **02:38:20 Natália Resende:** Obrigada, Anselmo. Parabenizar também a todos pelo trabalho, pelas  
1317 contribuições. Como já foi colocado aqui, isso é uma política muito importante e é prioritária aqui  
1318 na Secretaria. E o Prioste falou bem, acho que às vezes o pessoal não enxerga muito resíduos,  
1319 inclusive, como uma perna do saneamento básico. Isso foi muito bem explicitado quando a gente,  
1320 seja no Novo Marco, seja na Política de Resíduos Sólidos, que a gente, quando fala em saneamento  
1321 básico, a gente está falando água e esgoto, drenagem e resíduos sólidos, então a gente, dentro da  
1322 nossa Secretaria, e a intenção é também de fazer uma Subsecretaria de Recursos Hídricos e  
1323 Saneamento Básico, foi também para ter uma Coordenadoria para olhar só para resíduos sólidos.

1324 E aí, indo na linha do que vocês já comentaram, para não me estender muito, o que eu entendo  
1325 aqui, até por conta do encaminhamento que foi posto, eu acho que a gente tem que ir, primeiro,  
1326 não pode de jeito nenhum deixar morrer o que foi feito na Comissão, então é um produto muito  
1327 rico, fruto de muito debate. A gente precisa incorporar isso e debater nas nossas políticas públicas  
1328 para concretizar. Então, não pode ficar só no debate e no papel, a gente tem que fazer. E aí,  
1329 aproveitando que a Ester e o Evaldo estão aqui, acho que a gente tem que fazer o seguinte, fazer  
1330 uma devolutiva para o CONSEMA, não só da parte de Logística Reversa, mas colocando a nossa  
1331 Política de Resíduos Sólidos, porque a gente, só para dar um panorama, a gente passou o ano  
1332 passado, 2023, debatendo, fazendo muito diagnóstico, vendo o que a gente precisaria andar,  
1333 caminhar, avançar nessa pauta de resíduos sólidos, tanto que a gente aprovou uns projetos no  
1334 COFeHidro, levamos CRH em relação à capacitação de cooperativas, que está em andamento aqui,  
1335 a questão da atualização do Plano Estadual, o Integra Resíduos, que a gente lançou para conseguir  
1336 fazer as parcerias público-privadas junto com os municípios, olhando muito destinação. Então,  
1337 tem várias iniciativas que eu acho que vale a gente trazer de devolutiva, tanto o panorama da nossa  
1338 política de uma forma geral e a parte de logística reversa, como foi o encaminhamento, com o que  
1339 a gente está já, o que a gente já está considerando, o que a gente vai agregar, e o próprio decreto  
1340 também, que a gente quer avançar nessa pauta para a gente conseguir colocar isso tudo aqui que a  
1341 gente discutiu, que a gente discutiu aqui hoje, que a gente discutiu nas comissões, seja no âmbito  
1342 dessas outras iniciativas que a gente está fazendo, seja também no próprio Decreto, então eu acho  
1343 que o Decreto é um instrumento, mas é um instrumento que agrega na política como um todo.  
1344 Então, eu particularmente, gosto de olhar o panorama para a gente ir concatenando todas as ações  
1345 que a gente está fazendo aqui de curto, médio e longo prazo. Aí, Anselmo, só para ficar registrado,  
1346 a gente vai sentar internamente na Subsecretaria, então assim, isso vai ser encaminhado para a  
1347 Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, a gente vai fazer uma proposta aqui  
1348 depois para vocês, de apresentação, de cronograma, enfim, para poder trazer essa devolutiva, seja  
1349 com as contribuições em relação à logística reversa, seja dando um panorama também da política  
1350 que a gente vem desenvolvendo, porque é mais amplo do que a própria logística reversa. É um  
1351 ponto muito importante, mas a política também é muito mais ampla, certo? Então, só para ficar de  
1352 encaminhamento aqui, pode ser? Se todo mundo concordar, claro, é proposta de encaminhamento  
1353 aqui, aquela mais essa daqui que eu estou fazendo para dar um panorama também.

1354 **02:42:18 Anselmo Guimarães:** Perfeito, muito obrigado, senhora secretária. Gostaria de propor,  
1355 então, submeter à votação a aprovação do Relatório Final da Comissão Temática de Políticas  
1356 Públicas, com essa recomendação de encaminhamento à Subsecretaria de Recursos Hídricos e  
1357 Saneamento Básico. Nós estamos com um quórum de 34 conselheiros. Gostaria de perguntar,  
1358 primeiro, que se manifestassem aqueles contrários à aprovação do relatório, por favor. Temos aqui  
1359 online um voto contrário. Ok, conselheiro Andrés, pode baixar a mão, por favor. Vou pedir então,  
1360 agora que se manifestem aqueles que se abstêm à aprovação do relatório? E vou pedir então aos  
1361 favoráveis que permaneçam como estão. Fica aprovado com um voto contra, nenhuma abstenção  
1362 e por maioria de votos, então, o Relatório Final da Comissão Temática com respectivo  
1363 encaminhamento citado. O subsecretário, antes da gente passar ao próximo item, o subsecretário  
1364 Jonatas gostaria de fazer uma fala aqui.

1365 **02:43:43 Jonatas Trindade:** Esqueci de dar uma devolutiva em relação à Conferência Estadual  
1366 de Meio Ambiente, bem lembrado pelo Beloyanis. Nós estamos organizando, agora vamos ter  
1367 uma reunião, aí tem que olhar a agenda, acho que é agosto, na Comissão Tripartite Estadual, para  
1368 organizar a Conferência Estadual, e aí com apoio total da Secretaria, essa conferência vai acontecer  
1369 no ano que vem, provavelmente entre fevereiro, deixa eu só dar uma olhada aqui, mas fevereiro e

1370 abril, alguma coisa nesse sentido, então a gente está organizando. A ideia é tentar fazer as reuniões,  
1371 algumas reuniões prévias envolvendo todo mundo para poder realmente regionalizar e efetuar  
1372 essa, com a participação massiva da sociedade civil. Então, tem um envolvimento não só da  
1373 Secretaria, como do Ibama, do ICMBio, da ANAMMA nessa organização, e a gente espera que  
1374 consiga efetivar no prazo estabelecido, com a participação de todos. Respondi, eu acho que é isso,  
1375 está no início ainda de um processo. Na verdade, a gente constituiu a Comissão Tripartite Estadual  
1376 recentemente. Tivemos uma primeira reunião para discussão do regimento interno e apresentação  
1377 dos membros, aproximação, e agora a gente vai ter uma agenda dessa Comissão Tripartite, que é  
1378 aberta também, não é uma reunião fechada. Se precisar e alguém quiser participar como ouvinte,  
1379 nós podemos convidá-lo sem problema nenhum. A primeira reunião foi realizada na sede da  
1380 Superintendência do Ibama, aqui em São Paulo, e a gente vai mudando ou fazendo, vamos fazer  
1381 essa agenda de reuniões de acordo com o interesse de todos os partícipes.

1382 **02:45:34 Beloyanis Monteiro:** Jonatas, eu tenho interesse de participar como ouvinte e estar  
1383 acompanhando essa agenda, porque eu estou acompanhando a agenda nacional. Eu gostaria de  
1384 estar envolvido.

1385 **02:45:44 Jonatas Trindade:** Maravilha. Eu já vou avisar aqui no grupo o seu interesse e convidá-  
1386 lo na próxima reunião. Obrigado.

1387 **02:45:52 Anselmo Guimarães:** Obrigado, só mais um recado antes da gente passar para o  
1388 próximo item da pauta. O último item da pauta, que é a apresentação do Sistema de Alerta de  
1389 Ressacas e Inundações Costeiras do Litoral Paulista, o Saric, pelo avançado da hora, a gente já  
1390 está vendo que não vai dar tempo. Então, agradecendo aqui a doutora professora, a Célia, aqui do  
1391 IPA, que veio tão prestimosamente aqui conosco, então pedir esse adiamento ao plenário e já, até  
1392 mesmo, para a professora se programar. Então, obrigado por isso. Antes, conselheiro Andrés, tem  
1393 alguma manifestação ainda, por favor?

1394 **02:46:30 Andrés Vernet:** Por favor, eu até queria pedir para a secretária, gente. Eu acho que antes  
1395 de fazer as coisas, deveriam ser perguntadas as coisas para os industrializadores. Eu não sabia  
1396 desse decreto novo aí, dessa decisão. A coisa tinha que ser antes estudada. Tem que ver na prática.  
1397 Veja bem, o que foi colocado nessa decisão não vai funcionar. Absolutamente certeza, 100%, que  
1398 não vai funcionar, porque você acha que um industrializador vai informar, vai fazer uma carta para  
1399 a Cetesb informando o quanto fabricou, para quem fabricou? Ele não vai fazer isso, gente. Ele não  
1400 vai fazer, isso é uma loucura que está escrito aqui. Então deveria ser primeiro conversado com  
1401 esses industrializadores, esses donos de marca são empresas que nascem hoje, morrem amanhã,  
1402 tem muita sonegação e eles não são fabricantes, eles são revendedores. Tem grandes empresas que  
1403 vem, farmácias grandes que usam marca própria que não declara nada. Tem influencers que têm  
1404 produtos com sua marca, que não declaram nada. Primeiro, que eles não são fabricantes, eles estão  
1405 como revendedores. Isso tem que passar a responsabilidade para a prefeitura. Isso foi mal  
1406 estudado, secretária, isso foi mal estudado, aí, me desculpe.

1407 **02:48:04 Anselmo Guimarães:** Conselheiro, fica registrado aqui a sua colocação. Obviamente  
1408 vai ser dado a continuidade. Nós estamos nessa fase justamente de contribuição e construção das  
1409 agendas. Então fica aqui mais esse registro. Nós vamos encaminhar também para a Cetesb,  
1410 também vamos encaminhar junto dos autos. Perfeito, obrigado, conselheiro. Gostaria de convidar  
1411 todos para a gente discutir o segundo item da Ordem do Dia, que é a apreciação de redação da  
1412 Moção CONSEMA, com recomendação relativa à Direitos das Comunidades Quilombolas. O  
1413 conselheiro Fernando Prioste apresentou uma proposta que a gente vai colocar aqui na tela. É a

1414 outra, que nós temos também uma outra sugestão, conselheiro, depois que você fizer a exposição  
1415 da sua, mais uma questão meramente de semântica com relação ao instrumento e a propositura,  
1416 mas eu acho que é importante você, se for possível, nos falar o que levou a essa proposição e a  
1417 gente fazer essa construção conjunta. Por favor, conselheiro.

1418 **02:49:15 Fernando Prioste:** Obrigado, Anselmo. Eu vou tentar com brevidade aqui. A questão é  
1419 relativamente simples, porque, como eu já havia dito, as comunidades quilombolas enfrentam  
1420 graves problemas nos seus processos de titulação. Para mim, é de certa forma inconcebível que o  
1421 estado de São Paulo tarde 30 anos para fazer a regularização fundiária em terras públicas do estado  
1422 a essas comunidades, ao mesmo tempo que em outros procedimentos, da lei recente aprovada em  
1423 2022, o estado expediu 1500 títulos nas mesmas terras públicas. E para saber o que está  
1424 acontecendo nessa situação, é preciso olhar os procedimentos administrativos. Porque, muito  
1425 embora eles não reflitam tudo o que acontece, boa parte fica marcado ali. E a minha surpresa, eu  
1426 vou relatar só o que foi esse ano, foi que a Comunidade de Ilhas, especificamente, ela pediu acesso  
1427 a esse procedimento no dia 15 de abril, recebeu 13 páginas de um processo com mais de 600.  
1428 Reiterou, no dia 24 de abril, de novo por e-mail, presencialmente com o Itesp no dia 22 de maio,  
1429 depois no dia 25 de junho, e até hoje a comunidade não conseguiu ter acesso a esse procedimento  
1430 administrativo na íntegra. Eu pude ler a parte que foi disponibilizada, faltam cerca de 300 páginas  
1431 do procedimento. Falta acesso a estudo jurídico, que tem umas 150 páginas dentro do  
1432 procedimento, e eu não consigo ver nenhuma justificativa jurídica para inviabilizar a parte do  
1433 processo administrativo e os seus advogados de terem acesso a essa documentação. A explicitação  
1434 que foi dada pela Secretaria de Agricultura é de que a Lei Geral de Proteção de Dados previne  
1435 acesso a dados sensíveis. Mas aqui nós estamos falando de parte em um procedimento. Esse  
1436 processo só existe porque uma comunidade fez um requerimento administrativo e o processo foi  
1437 instaurado, então ela é parte. Ela vai ser beneficiada ou não com aquele procedimento de titulação,  
1438 e nós, advogados e advogadas, temos direito de ter acesso à prerrogativa profissional a qualquer  
1439 auto de procedimento administrativo judicial, a não ser que ele esteja em sigilo, que não é o caso.  
1440 Então, eu fiz essa proposta de moção e trouxe aqui porque a gente sabe da importância dos  
1441 territórios de comunidades tradicionais titulados para a conservação e restauração ambiental, e  
1442 reputei muito grave esse tipo de negativa de acesso aos procedimentos, não é só no caso de Ilhas,  
1443 é em todos os casos de todas as comunidades quilombolas. De certa forma, o Itesp tem andado de  
1444 forma a esconder das comunidades o andamento dos procedimentos, e conversando com muitas  
1445 delas, muitas delas mesmo, mais de 20, todas padecem do mesmo problema. E a proposta que eu  
1446 fiz aqui é bem simples no sentido de não trazer toda essa carga de disputa para dentro dessa  
1447 emoção, mas exortar o Itesp a ceder à Comunidade de Ilhas e a todas as demais comunidades,  
1448 acesso aos procedimentos, e não só um acesso pontual, específico, todos tramitam no Sistema SEI.  
1449 O Sistema SEI é de simples acesso para quem tem internet ou não. Se não tem internet, a  
1450 comunidade tem dificuldade, pois franqueei a cópia do acesso, e mesmo quando a comunidade é  
1451 cadastrada no Sistema SEI, como foi o caso da Comunidade de Ilhas, ela não tem possibilidade de  
1452 peticionar no processo, porque não ele é aberto essa oportunidade, ela tem diversas peças do  
1453 procedimento com acesso negado e eu não consigo, de fato, ver nenhum fundamento na Lei Geral  
1454 de Proteção de Dados a isso, seja a informação que for, porque se a informação está no  
1455 procedimento, quem é advogado, quem lê um procedimento sabe que para você entender, você  
1456 precisa ler tudo, frente e verso, cada página, cada rubrica, cada apontamento tem um significado  
1457 naquele procedimento. Por isso eu faço essa proposta de moção ao CONSEMA, entendendo que  
1458 a publicidade dos atos é regra na Constituição Federal, que o estado de São Paulo tem uma Lei do  
1459 Procedimento Administrativo, que é a Lei 10.177, de 98, que explicitamente franqueia acesso a

1460 todas as partes dos processos administrativos, tenha o decreto específico aqui da titulação dos  
1461 territórios quilombolas, que também franqueia acesso, assim como a legislação federal. Então, a  
1462 proposta é essa moção para que a gente possa dar algum passo, e o passo é franquear acesso para  
1463 que as comunidades leiam todos os seus procedimentos e tenha uma definição um pouco mais  
1464 nítida sobre por que esses procedimentos estão andando de forma tumorosa, e os outros estão  
1465 andando de forma tão rápida, como esses que eu citei da 17.557, é essa proposta.

1466 **02:53:28 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Esse é o texto da moção que está na tela,  
1467 ele traz os considerandos e ele vai especificamente, já entrando aqui no plenário do CONSEMA:  
1468 “Diante das informações trazidas a esse conselho, respeitosamente exorta a Fundação Instituto  
1469 Terras do Estado de São Paulo a fornecer acesso ao processo - ele específico número - Associação  
1470 dos Remanescentes do Quilombo do bairro Ilhas, bem como viabilizar meios para todas as  
1471 Comunidades Quilombolas do Estado possa, a qualquer tempo, ter acesso facilitado à íntegra dos  
1472 procedimentos de titulação dos seus territórios tradicionais”. Como eu havia falado ao conselheiro,  
1473 é uma questão justamente de sentido semântico, uma vez que esse instrumento de moção do  
1474 CONSEMA, tradicionalmente é acionado para manifestação sobre determinado assunto, seja  
1475 demonstrando apoio, aplaudindo ou ainda mesmo em repúdio ou pesar por alguma questão, ou  
1476 temática abordada. Então, dessa forma, no intuito de tentar conciliar a propositura do conselheiro  
1477 com essas questões que nós falamos, nós temos uma redação que eu vou pôr aqui na tela. Todos  
1478 estão conseguindo ver? Obviamente, para a gente poder melhorar, é justamente essa  
1479 recomendação relativa aos direitos de comunidades tradicionais. Vou efetuar a leitura. “O plenário  
1480 do CONSEMA, reconhecendo a significativa importância do papel das comunidades quilombolas  
1481 para a preservação e a restauração ambiental, recomenda aos órgãos e as entidades envolvidas no  
1482 processo de titulação de seus territórios a ampla transparência e o acesso, nos termos da lei, às  
1483 informações presentes nos autos de titulação de interesse das comunidades quilombolas”. Então,  
1484 essa é a proposta que nós colocamos ao plenário. Gostaria do comentário inicial aqui do  
1485 conselheiro Fernando Prioste, caso se abarca naquilo que foi colocado. Os demais também.

1486 **02:55:34 Fernando Prioste:** Eu acho que assim, eu estou até olhando na ata aqui, mas eu acho  
1487 que a gente não recebeu com antecedência esse texto, né? Foi só agora.

1488 **02:55:38 Anselmo Guimarães:** Não, nós estamos apresentando agora, exatamente. Desculpe.

1489 **02:55:342 Fernando Prioste:** Seria importante a apresentação com antecedência, mínima, para a  
1490 gente poder olhar também. Eu também apresentei com um mês de antecedência para poder olhar.  
1491 Numa olhada rápida assim, eu acho que ele atende, embora eu preciso dizer, assim, ele, vamos  
1492 dizer assim, rebaixa um pouco a mensagem que está sendo dada, porque a mensagem na proposta  
1493 é muito explícita, há acesso aos procedimentos administrativos e ela deixa muito claro de que não  
1494 existe nenhuma restrição. Então, quando a gente coloca ali nos termos da lei, ele dá interpretação,  
1495 que pode ser interpretação que a Secretaria de Agricultura tem, de que as comunidades não podem  
1496 ter acesso, a interpretação que ela faz da lei, ou a interpretação que nós fazemos, de que não existe  
1497 nenhuma vedação das comunidades e seus advogados a terem pleno acesso aos procedimentos.  
1498 Eu friso isso porque não existe realmente, a lei diz exatamente o contrário. Então, eu ficaria  
1499 satisfeito se a Secretaria de Agricultura entendesse isso, mas ela não entende, e eu quero fazer crer  
1500 que isso não tem a ver com a oposição política da Secretaria que representa o interesse do  
1501 agronegócio contra as comunidades quilombolas, mas o que eu vejo é que talvez seja isso. Por  
1502 isso a mensagem, eu acho que, talvez ela contemple, talvez se a gente tirasse ali nos termos da lei,  
1503 dissesse ampla transparência, acesso aos procedimentos administrativos, porque é disso que se

1504 trata, talvez chegasse a essa conclusão. Mas eu até peço desculpa, porque eu só vi agora. Não tive  
1505 muito tempo para pensar também.

1506 **02:57:02 Natália Resende:** Só para explicar o racional, eu acho, sem prejuízo da gente discutir  
1507 aqui o texto, não tem problema, não.

1508 **02:57:13 Daniel Smolentzov:** Bom dia a todos. Nós analisamos o texto proposto pelo conselheiro  
1509 Fernando Prioste, que está muito bom, acho que no mérito todos estamos de acordo, e a  
1510 preocupação nossa foi só a questão da... Para que o CONSEMA não tratasse de um caso  
1511 concreto... (02:57:36 áudio falhou) É uma prática que vem sendo constatada em vários processos  
1512 administrativos, ele não é restrito a este processo especificamente mencionado na sua proposta.  
1513 Então, para que o CONSEMA possa, enquanto conselho de estado, manifestar um  
1514 posicionamento, como foi colocado pelo secretário executivo, nesse formato de moção, é  
1515 importante que o assunto não se atenha a um caso concreto e sim a um tema. E para nós, eu acho  
1516 que nós estamos aqui acordados de que, de fato, a questão da transparência e do livre acesso é  
1517 importante, garantido às comunidades quilombolas, e o Itesp deve observar, com certeza, e  
1518 trazendo aqui a questão da importância das comunidades para a preservação ambiental. É um tema  
1519 que é afeto a esse conselho, que é de meio ambiente. Então, fizemos esse link, até para legitimar  
1520 o nosso posicionamento enquanto Conselho de Estado de Meio Ambiente, mas deixando a questão  
1521 aqui, para que elas... (02:59:08 áudio falhou) administrativos, e não em um especificamente. E,  
1522 nos termos da lei, é um jargão até jurídico. Eu acho que é válido nós deixarmos porque nós temos  
1523 uma legislação que regulamenta isso, e é importante que o conselho use essa expressão. Acho que  
1524 não afeta, não vejo dessa forma, de ela afastar a previsão legal, pelo contrário, acho que reforça o  
1525 posicionamento aqui de que o Itesp tem que observar a legislação que regulamenta essa questão.  
1526 E aí, como foi muito bem colocado pelo senhor, nós temos uma lei que regulamenta isso, de  
1527 processo administrativo. Tem essa questão da comunidade ser parte, ela não é um terceiro  
1528 interessado, ela é parte. Então, mesmo nos processos judiciais sigilosos, é sigiloso para o terceiro  
1529 ou não para a parte, tem a questão dos advogados também, o estatuto da OAB, etc. Então são todas  
1530 normativas que estão postas na lei. Então, acho que a colocar nos termos da lei reforça a  
1531 necessidade do Itesp observar toda essa legislação de regência, desse processo administrativo de  
1532 titulação. E aí, um posicionamento oficial do CONSEMA, que eu acho que tem uma relevância  
1533 muito grande, porque afinal de contas, é um conselho que integra a própria estrutura do poder  
1534 executivo paulista, então é um órgão do poder executivo paulista se manifestando para outro órgão  
1535 do mesmo poder executivo paulista, mas com essa peculiaridade que nós temos aqui de ser um  
1536 órgão plural, onde nós temos representantes de todos os setores aqui da sociedade. Então, nesse  
1537 sentido, me parece, se todos estiverem de acordo, que o texto aqui contempla a intenção do  
1538 CONSEMA, e eu acho que é um texto assim, bem incisivo e tem uma carga bastante forte em  
1539 relação à mensagem que nós queremos passar. Obrigado, secretária, obrigado secretário executivo.

1540 **03:01:44 Anselmo Guimarães:** Conselheira Rosa Ramos.

1541 **03:01:50 Rosa Ramos:** Bom, eu entendo o que o Prioste está solicitando, e apesar de entender  
1542 também o que o conselheiro da Procuradoria menciona, eu acho que a gente, infelizmente, o óbvio,  
1543 às vezes tem que estar muito claro. O atendente, muitas vezes, é aquele que vai entregar esse  
1544 processo, vai dar vistas, ele não é esclarecido nos termos da lei. Eu acho que a gente precisa  
1545 facilitar de fato o acesso, e eu, sinceramente, acho um absurdo quando não se dá vistas,  
1546 principalmente quando a parte está representada por advogado. Eu creio que até nós aqui, no  
1547 âmbito do CONSEMA, com exceção da secretária, do Thomaz e vários outros que são versados  
1548 em direito e que conhecem a legislação, a lei federal, que dá acesso ao advogado quando ele está

1549 com procuração nos autos. Mas mesmo às vezes, quando ele não está com procuração nos autos,  
1550 quando a parte não está representada por aquele advogado formalmente, mesmo assim é necessário  
1551 quando alguém se identifica como advogado, e não estando em segredo de justiça, é obrigado a  
1552 dar vistas para aquele advogado. Então, eu acho que a gente precisa deixar um pouco mais claro,  
1553 principalmente no que concerne a lei federal 8.906, de 94, que o Estatuto da Advocacia prevê que  
1554 são direitos dos advogados, e quero até registrar aqui o artigo que deixa isso muito claro, “são  
1555 direitos do advogado examinar, em qualquer órgão dos poderes judiciário e legislativo, ou da  
1556 administração pública em geral, autos de processos finos ou em andamento, mesmo sem  
1557 procuração quando não estiverem sujeitos a sigilo ou segredo de justiça, assegurado, inclusive, a  
1558 obtenção de cópias, com possibilidade de tomar apontamentos”. Então eu acho que se chega uma  
1559 moção que só recomenda, mas que não esclarece um pouco mais acerca do direito de todos, na  
1560 verdade, eu acho que o Prioste traz especificamente a questão deste tema, dos processos das  
1561 comunidades quilombolas, mas eu acho que essa é uma pauta de várias outras questões. Eu,  
1562 particularmente, já sofri em administração pública alguém me negando vistas aos autos, que não  
1563 era um segredo de justiça, tão pouco que tinha qualquer outro impedimento. E aí é todo aquele  
1564 constrangimento de ter que demonstrar que, como advogado, a gente tem direito a esse acesso, ou  
1565 que então nós vamos ter que tomar medidas judiciais, o que é muito desagradável quando a lei  
1566 deixa muito clara o direito de todos que querem ter acesso ao processo administrativo. Então, com  
1567 todo o respeito, eu acho que a gente precisa sim, deixar mais claro a moção para que não haja,  
1568 nunca mais, problema dessa natureza.

1569 **03:05:24 Anselmo Guimarães:** Conselheiro Rodrigo Levkovicz.

1570 **03:05:27 Rodrigo Levkovicz:** É só uma menção, gente, e aí só queria fazer um registro sobre o  
1571 trabalho do Itesp, viu, Prioste, até em respeito a algumas pessoas que trabalham lá há bastante  
1572 tempo. Dizer que eles são grandes defensores das comunidades quilombolas, com pouca estrutura,  
1573 muito aguerridos. Então, eu quero fazer esse registro e dizer que, como testemunha mesmo, de  
1574 conhecer as pessoas e o esforço que elas fazem, não vou entrar no mérito aqui, mas eu acho  
1575 importante a gente fortalecer o Itesp, fortalecer as pessoas que estão lá, porque sem sombra de  
1576 dúvidas, eles jogam junto com os quilombos e se esforçam bastante para que as coisas andem no  
1577 estado de São Paulo. Então, só esse registro, acho importante a gente fazer, obrigado.

1578 **03:06:17 Anselmo Guimarães:** Senhor secretário, eu gostaria de fazer uma compositora.

1579 **03:06:22 Natália Resende:** Não, é porque esse tema é muito importante a gente sempre debater  
1580 porque é isso, é direito constitucional de transparência, amplo acesso, tem várias leis, estatuto da  
1581 OAB, então a gente sempre tem que perseguir, é uma coisa que a gente sempre faz muito aqui na  
1582 Secretaria, dar transparência para tudo que a gente faz, acho que isso, inclusive, legitima muito as  
1583 políticas públicas. E aí, eu entendo, Prioste, acho que a gente pode, talvez, aqui pensando alto,  
1584 deixar só mesmo a questão ali de ampla transparência ou acesso às informações, e aí deixar de  
1585 forma geral, tirar a parte de nos termos da lei, até porque observar a lei é uma coisa que a gente  
1586 tem que fazer naturalmente, então tiraria, acho, que talvez essa preocupação que a doutora Rosa  
1587 colocou também de eventualmente criar alguma complexidade, não sei, das pessoas que postulam.  
1588 E aí a gente deixaria de uma forma mais ampla na linha do que o Daniel falou também,  
1589 considerando que uma moção a gente tem que olhar nesse aspecto de ser de forma geral, acho que  
1590 a gente olha pela generalidade, impessoalidade, e tentar alcançar o máximo que a gente consegue  
1591 aqui, pode ser? A gente tira essa parte de...

1592 **03:07:42 Fernando Prioste:** Tive mais alguns minutinhos para pensar aqui. Primeiro, eu  
1593 concordo com a manifestação do conselheiro Rodrigo. A questão é fortalecer os órgãos para que  
1594 eles cumpram as políticas públicas, e muitos servidores e servidoras, eu acredito que a maioria,  
1595 tem uma ação muito proativa e de defesa dos direitos, mas eu também conheço servidores e  
1596 servidores que não têm esse tipo de postura. Inclusive, em função desse procedimento, nós vamos  
1597 representar essa pessoa, ela vai precisar responder por que ela negou acesso a esse procedimento.  
1598 Inclusive, doutora Rosa Ramos, agradeço pelas considerações. Notifiquei também a OAB no setor  
1599 de prerrogativas, para que examine a questão e tome providências, porque o problema não é só  
1600 comigo, com a doutora Rafaela, são com vários advogados, né? E com relação a essa proposta, a  
1601 proposta que o doutor Daniel apresentou, que eu agradeço, eu não tenho problemas em tirar a  
1602 questão específica de Ilhas, tanto é que na própria recomendação, na minuta, diz sobre Ilhas, mas  
1603 diz sobre todas as outras, mas eu queria incluir duas questões que eu acho que são importantes:  
1604 quando eu bato na porta do Incra, eu tenho acesso ao procedimento inteiro. Quando eu bato na  
1605 porta da Fundação Florestal para pedir um procedimento, eu tenho acesso ao procedimento inteiro,  
1606 eu só não tenho no Itesp. E quando a gente diz ali “as entidades”, fica muito vaga e genérico. A  
1607 menção é ao Itesp, que é o órgão que está efetivamente com esse tipo de conduta administrativa,  
1608 então acho que é importante indicar. E também quando o texto falaria “as informações presentes  
1609 nos autos”, é diferente de acesso aos autos, porque eu já me deparei com várias situações em que  
1610 o servidor do Itesp diz assim, “olha o que tem no procedimento é isso aqui”, mas eu falo para ela:  
1611 “olha, tudo bem que você está me informando, mas eu quero ver, eu quero ler, entendeu? Eu tenho  
1612 esse direito”, então quando diz acesso às informações, pode dar essa dúvida. Então, eu  
1613 recomendaria colocar o Itesp e colocar acesso aos autos e eu estaria satisfeito com essa proposta,  
1614 se for de acordo de todos.

1615 **03:09:32 Anselmo Guimarães:** Então a gente substituiria, só para ver se eu entendi, então toda  
1616 essa parte aqui que está iluminada... A gente acrescentaria. Perfeito.

1617 **03:09:44 Fernando Prioste:** Onde está órgãos e entidades envolvidas, colocar Itesp.

1618 **03:09:32 Anselmo Guimarães:** Ah, então, exatamente, é isso mesmo, então a gente retira isso  
1619 aqui. Ah, desculpe... Ok, todos estão de acordo, temos alguma manifestação em contrário?  
1620 Podemos considerar, então, que a redação que está na tela foi aprovada por unanimidade, portanto,  
1621 perfeito? Muito obrigado, então, pelas ponderações de todos e todas. Vamos passar ao próximo  
1622 item da pauta. Já agradecendo aqui pela presença da representante da Secretaria de Parcerias e  
1623 Investimentos, a qual nós convidamos aqui ao púlpito para fazer a apresentação do Projeto Raposo  
1624 Tavares. Então, vai falar conosco Raquel Carneiro, ela que representa, portanto, a SPI, a Secretaria  
1625 de Parcerias e Investimentos. Ela vai fazer uma exposição. Agora fica, então, com o adiamento do  
1626 último item de pauta, nós temos até às 13 horas, então, como teto da reunião, então nós vamos  
1627 pedir para ela fazer uma apresentação em torno de 25 a 30 minutos para que a gente possa, na  
1628 sequência, fazer questionamentos e ouvir também seus esclarecimentos. Seja bem-vinda ao  
1629 CONSEMA.

1630 **03:11:43 Raquel Carneiro (SPI):** Obrigada, uma boa tarde, um bom dia a todo mundo aqui. A  
1631 gente foi convidado para trazer a apresentação do Projeto da Nova Raposo, que é um edital e um  
1632 contrato que foi publicado na sexta-feira. Então, eu vou passar aqui como surgiu esse lote, então,  
1633 assim, como que a Secretaria de Parcerias e Investimentos começou a estudar o lote da Nova  
1634 Raposo, o que a gente tem agora no projeto e quais são as próximas etapas. Então, o que a gente  
1635 tem aqui: A Via Oeste, que é esse trecho em vermelho, é o trecho que hoje é operado pela  
1636 concessionária CCR. A concessão acaba em março de 2025, por isso, lá no começo de 2023, um

1637 contrato que a gente tinha para estudar os trechos da Via Oeste e os trechos do entorno, a Secretaria  
1638 começou esse estudo em janeiro de 2023, que levou o apoio do IFC, do Banco Mundial, também,  
1639 de várias consultorias, tanto da parte de engenharia quanto da parte ambiental. E a ideia da Via  
1640 Oeste era a gente dividir em dois lotes de características distintas, que seria um lote mais urbano,  
1641 que foi chamado de lote Nova Raposo, e um lote mais rural, que tem uma extensão maior, mas  
1642 com obras de menor complexidade, que é o lote Rota Sorocabana, que também já foi publicado.  
1643 Então, o lote Nova Raposo tem 92 quilômetros de extensão. Então hoje, a Castello Branco, que é  
1644 SP280, ela já é concedida à Via Oeste, e a gente tem a inclusão de trechos do DER, que é a SP  
1645 029, que liga Itapevi até Cotia, o trecho de Cotia até Embu, e a SP 270, que é a Raposo Tavares,  
1646 de Cotia até São Paulo. Então, aqui falando da Castello Branco, a gente tem hoje três pedágios, que  
1647 é o pedágio de Barueri, Osasco e Itapevi. Para esse trecho, a gente tem a previsão de redução  
1648 tarifária, da ordem de 22%, que é separado ali por praça, já em abril de 2025 a gente tem uma  
1649 redução de 22% em Itapevi e de 34% nas tarifas de Barueri e Osasco. A gente também tem a  
1650 previsão, nesse Contrato de Concessão, da implantação de faixas adicionais de Itapevi até  
1651 Araçariguama, que é ali do quilômetro 32 até o quilômetro 54. E a partir do ano três, a gente vai  
1652 ter a implantação dos pórticos do *free flow*, que são aqueles pórticos que reconhecem o veículo,  
1653 fazem a cobrança de pedágio automática, ou por meio do pagamento em uma plataforma. Então,  
1654 a partir do ano três a gente vai ter novas tarifas, com trechos menores de cobertura, por exemplo,  
1655 a pessoa que faz hoje o percurso Carapicuíba - São Paulo, que paga 5,78, em valores de março de  
1656 2024, pagaria 1,59, uma redução de 72% na tarifa de pedágio. Então, um dos objetivos desse lote  
1657 foi trazer uma maior justiça tarifária para os usuários das rodovias. Esse aqui é o trecho do começo  
1658 da Castello Branco, então, obras que estão sendo concluídas pela atual concessionária CCR, e que  
1659 vão já estar operacionais na nova concessão. Um dos pontos bastante importantes desse lote foi  
1660 incluir esse trecho da SP 029, o trecho Cotia-Embu como uma alternativa ao trecho mais  
1661 congestionado do Rodoanel Oeste, então a gente até tirar os veículos que hoje usam a Castello até  
1662 o Rodoanel e os veículos que usam a Raposo até o Rodoanel para seguir ali para Régis, para a  
1663 região sul do estado e para o Paraná e sul do país, utilizar essas novas ligações. Então, aí no trecho  
1664 Cotia-Embu, e no trecho Itapevi-Cotia, a gente vai ter um trecho duplicado, então a gente vai ter  
1665 bastante correção de curvas, de rampas para tornar essa alternativa viável. Esse é o trecho da  
1666 Raposo Tavares, então a gente pretende fazer as obras do trecho anterior, que seria esse anel do  
1667 Rodoanel antes das obras na Raposo Tavares, para que a gente consiga fazer esse desvio do tráfego  
1668 e descarregue um pouco o trecho que é mais crítico ali da Granja Viana, na chegada do Rodoanel.  
1669 A partir do ano oito e do ano nove a gente vai ter implantação de pórticos de cobrança, então na  
1670 Raposo a gente tem como principais intervenções vias marginais contínuas, então seriam vias que  
1671 conectam Cotia até São Paulo de maneira contínua para organizar os acessos, a gente colocar o  
1672 ponto de ônibus, ter ali uma faixa exclusiva de ônibus. A gente vai ter a eliminação do semáforo  
1673 na avenida Benjamim Mansur e a gente vai ter novas alças na via Marginal Pinheiros, em São  
1674 Paulo, na altura da avenida Escola Politécnica, e também na altura ali da Ponte Eusébio Matoso.  
1675 Além disso, a gente vai ter novas alças de retorno no trecho da Granja Viana, que é um trecho que  
1676 hoje apresenta bastante congestionamento, e faixas adicionais do quilômetro 15.27 até o final da  
1677 concessão, no 34.065. Esses são os valores dos pórticos, que vão de 0,64 até 1,54. Além disso, a  
1678 gente tem a implantação de descontos de usuários frequentes. Então, como surgiram as soluções  
1679 que a gente pensou para esse lote e a estruturação que a gente fez da concessão. Então, primeiro a  
1680 gente estudou os motivos da Raposo Tavares ser a rodovia estadual que chega a São Paulo com o  
1681 maior número de mortos, então a gente tem aí que esses acidentes com mortes, eles envolvem  
1682 muito mais veículos do que pedestres e ciclistas, e a gente começou a ver como isso poderia ser  
1683 modificado na próxima concessão. Então, um dos pontos que a gente vê, que é um foco de

1684 acidentes graves, são os pontos que eu tenho acessos muito próximos e acessos que geralmente  
1685 fazem 90° com a rodovia. Então, a gente sabe que quanto maior o ângulo de colisão entre os  
1686 veículos, então se eu tenho um ângulo de 90°, então, se o veículo entra naquela corrente de tráfego  
1687 com ângulo de 90°, a gente tem uma maior severidade dos acidentes e por isso a quantidade de  
1688 óbitos. A gente tem aqui problemas de fluidez que foram identificados, e aí eu mostro mais para  
1689 frente como que a gente faz esse estudo específico na concessão. E os projetos foram elaborados  
1690 conforme eu trouxe, fazendo essa conexão contínua das vias marginais. Então, a gente fornece  
1691 uma alternativa gratuita para quem não deseja utilizar o eixo da rodovia e realizar o pagamento da  
1692 tarifa de pedágio a partir do ano sete, oito e nove da concessão. A gente buscou alternativas que  
1693 minimizassem as desapropriações, então alterando o eixo da rodovia, incluindo obras de arte  
1694 especiais quando necessário. Uma solução que tem um convênio assinado com a cidade de São  
1695 Paulo, então, para estudar isso mais profundamente e emitir as licenças necessárias, e com o uso  
1696 das melhores práticas socioambientais. Então, só para trazer aqui todo o projeto que foi elaborado,  
1697 ele foi enviado para o Metrô, a gente teve reuniões com o Metrô que tem um projeto da linha 22,  
1698 marrom, que liga São Paulo a Cotia. Então, os dois projetos, eles estão conversando. Hoje, na  
1699 região ali do Butantã, a gente tem diversos semáforos e uma fluidez um pouco prejudicada, então  
1700 a gente pensou em soluções para a chegada a São Paulo, e a gente apresenta essas soluções no  
1701 estudo de viabilidade. Então, aqui é uma foto do projeto, aqui também, essa daqui é a alça lá na  
1702 avenida Escola Politécnica, que foi incluída depois das Audiências e Consulta Pública. A gente  
1703 também incluiu toda parte de atendimento médico, socorro mecânico, que é usual em rodovias  
1704 concedidas, cobertura de câmeras em 100% do trecho, iluminação em todos os trechos urbanos. E  
1705 depois que eu dei esse contexto do lote, o que eu acho importante a gente trazer aqui, é como que  
1706 a gente estrutura uma concessão e como isso vai prosseguindo durante o contrato em termos  
1707 socioambientais? Então, a contratação pública tradicional, que é aquela contratação que o governo  
1708 faz para uma empresa executar a obra, ela sim, exige um projeto executivo e exige uma emissão  
1709 de licença. Então, toda a parte das Audiências Públicas com a Cetesb, a conversa com o  
1710 CONSEMA, sobre esses estudos de impacto ambiental, e a gente tem a concessão, que ela tem  
1711 uma lógica diferente da contratação pública tradicional, que a gente faz estudos de viabilidade  
1712 para escrever um contrato, um edital de concessão, e depois a concessionária vai realizar os  
1713 projetos executivos, vai pedir as licenças necessárias e realizar os estudos de impacto ambiental  
1714 que são necessários para o início das obras. Então aqui a gente traz, tratando especificamente do  
1715 trecho da Raposo Tavares, a gente tem as obras planejadas para o ano quatro da concessão, então,  
1716 a concessão começando em abril do ano que vem, a gente vai ter três anos para elaboração de  
1717 projetos, a emissão das licenças necessárias e adequação dos projetos. Então a gente está nessa  
1718 parte aqui, a gente realizou estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, a gente foi para  
1719 a Audiência e Consulta Pública, mas não uma Audiência e Consulta Pública de requisitos  
1720 ambientais, mas sim uma Audiência Pública que tratava do contrato e do edital de concessão.  
1721 Então, quais são as regras do jogo? Quais os parâmetros serão cobrados da futura concessionária?  
1722 Como que ela vai ter a sua matriz de risco, as suas obrigações. Depois da Audiência e da Consulta  
1723 Pública, a gente recebe as contribuições da sociedade. A gente coloca isso tudo nos estudos e  
1724 publica o edital. Então a gente publicou o edital na sexta-feira, no dia 26. A gente tem o leilão  
1725 programado para o final de novembro. A assinatura precisa acontecer antes de março de 2026,  
1726 porque é quando acaba o período da Via Oeste, e aí, por que a gente fala de Raposo junto com o  
1727 Via Oeste, sendo que hoje não é um trecho concedido? Então hoje, como eu vou começar a cobrar  
1728 os pórticos de pedágio a partir da finalização das obras no trecho, eu utilizo a arrecadação das  
1729 praças de pedágio existentes na Castello Branco, que são as praças de Barueri, Osasco, Itapevi,  
1730 para eu conseguir realizar essas obras. Então eu tenho assinatura do contrato até abril do ano que

1731 vem, aí a gente tem a elaboração dos projetos básicos executivos, esses projetos básicos executivos  
1732 são encaminhados para a Artesp, que pede revisões até a aprovação e certificação desse projeto.  
1733 Depois a gente tem a elaboração dos estudos ambientais, que pode ser no caso o EIA Rima, que é  
1734 enviado para a Cetesb, aí sim a gente tem as Audiências Públicas voltadas ao impacto ambiental  
1735 do projeto, que vai ser efetivamente implantado pela concessionária. Então depois que a gente  
1736 realiza essa Audiência Pública, que trata das desapropriações, ruído, vibração, plantio  
1737 compensatório, que a gente trata de todos esses itens, a gente realiza revisões no projeto, então, se  
1738 a concessionária previu alguma intervenção que, na visão da Cetesb ou na visão do CONSEMA,  
1739 não seja apropriada para o trecho, tem essa revisão do projeto, e depois a gente parte para a licença  
1740 e execução das obras. Então, a primeira parte aqui, que foi o que a gente realizou até a publicação  
1741 do edital, foi feito em parceria com o IFC, com consultorias da parte ambiental, da parte de  
1742 engenharia, da parte de demanda e da parte jurídica para escrever o contrato e os editais. E aqui  
1743 eu trato rapidamente tudo que foi realizado nos termos desse estudo de viabilidade. Então, para a  
1744 gente estimar qual é a demanda que vai ser utilizada no trecho, a gente cria uma rede de simulação  
1745 de tráfego, a gente faz pesquisas em campo, a gente faz pesquisas de origem e destino, então eu  
1746 entrevisto todo o mundo que utiliza aquela região, vejo da onde ele está vindo, para onde ele está  
1747 indo. Eu utilizo, inclusive, esses foram os pontos que a gente fez contagem nesse estudo específico.  
1748 A gente tem filmagem de todos esses trechos, a gente faz esse estudo de pesquisa de origem e  
1749 destino e de preferência declarada, até para a gente ver como que o usuário se comporta com  
1750 relação a melhoria da infraestrutura e a tarifação do trecho. A gente tem aqui a estimativa de um  
1751 valor de tempo para a gente incluir na rede de simulação. Esses aqui são os dados de telefonia,  
1752 então, os dados de telefonia também trazem as linhas de desejo de viagens e ele é principalmente  
1753 importante em áreas urbanas, como a chegada a São Paulo. Depois que a gente termina esse estudo  
1754 de demanda, que é para a gente ver quantas pessoas vão passar, em qual horizonte de projeto, qual  
1755 a característica desse tráfego, a gente vai para o estudo de engenharia. Então, no estudo de  
1756 engenharia a gente faz todo o cadastro dos elementos de campo, as condições de pista, de talude,  
1757 de drenagem, tudo isso é levantado. A gente tem uma análise de capacidade e isso a gente utiliza  
1758 tanto o raio HCM (03:27:27), que é um manual americano de capacidade, quanto o *green book*,  
1759 da AASHTO, para verificar quais trechos precisam de quais obras, então duplicação, faixa  
1760 adicional, vias marginais. A gente aponta esses trechos, então, quais são os trechos saturados que  
1761 precisam de intervenções. A gente elabora o projeto, então o projeto tanto das vias quanto dos  
1762 dispositivos, e depois a gente realiza a precificação desses valores. O Estudo de Impacto  
1763 Socioambiental é um estudo em termos de viabilidade mesmo, então a gente olha para os trechos  
1764 com relação a identificar as áreas mais sensíveis, como que a gente vai precificar as desocupações,  
1765 as desapropriações, quais são as as medidas corretivas que a gente tem que realizar nos passivos  
1766 ambientais e sociais, então aqui, por exemplo, a gente tem a parte de recursos naturais, povos  
1767 indígenas, patrimônio cultural. Isso tudo é feito nessa parte inicial. Aqui a gente utiliza as melhores  
1768 práticas socioambientais. Isso é importante falar que todos os estudos que são feitos aí pelo Banco  
1769 Mundial, pelo IFC, eles exigem a implantação de diversos parâmetros que não são usuais na lei  
1770 brasileira, então a gente tem um aprofundamento muito maior do que a lei exige. Então, nessa  
1771 parte também dos Estudos Socioambientais, a gente faz uma previsão das áreas de desapropriação,  
1772 porque a gente precisa precificar esse custo no projeto e definir os valores financeiros da  
1773 concessão. Então aqui são todos os estudos que a gente realizou, os mapinhas. Todos esses estudos  
1774 ficam disponíveis no *data room* do projeto. Esses são os parâmetros de desempenho do Banco  
1775 Mundial, então, com relação à aquisição de terra e assentamento, da gente tratar pessoas que não  
1776 têm ali os papéis oficiais, ou eles moram ali numa condição de vulnerabilidade, como que a gente  
1777 vai tratar isso, a gente vai fazer o pagamento justo pelos imóveis, garantir a moradia. Tem o plano

1778 de subsistência, o pagamento de lucro cessante, no caso de comércio. Então, todos esses padrões  
1779 estão definidos no Anexo seis do contrato, então a gente traz muito mais do que a lei exige com  
1780 relação ao PD 5. A gente também tem o Parâmetro de Desempenho 6, que trata das áreas de  
1781 conservação, de biodiversidade. Então os planos que a concessionária tem que fazer, então, assim,  
1782 no momento do projeto ela vai ter quais áreas precisam ser replantadas, qual a proporção, tudo  
1783 isso é apresentado para a Cetesb. Então, aqui a gente tem o mapeamento que foi feito, esse daqui  
1784 é a sensibilidade de todas as áreas que a gente considerou no projeto e todas as recomendações  
1785 que o concessionário tem que seguir, com relação a fauna, supressão vegetal e todos os itens  
1786 relacionados à conservação. A gente tem uma análise de segurança do trecho, então a gente utiliza  
1787 uma metodologia internacional, que é a *iRap*, que classifica em termos de estrela a segurança de  
1788 cada trecho e monitora quais são as alternativas que a gente precisa realizar naquele trecho para  
1789 melhorar a segurança. E depois a gente tem a projeção do Estudo Econômico Financeiro. Então,  
1790 depois que eu tenho a definição das obras, eu precifico tudo isso, eu tenho a demanda, eu precifico  
1791 a receita da concessão e eu chego em um cronograma de investimentos e nos custos estimados  
1792 pelo estado para aquela concessão. Então a gente utiliza aqui as tabelas de preço do DER, do  
1793 SINAPI e do SICRO, que são tabelas de preços oficiais. E a gente faz o estudo jurídico, que é a  
1794 gente escrever tudo que vai precisar ser feito, como vai ser a concorrência, qual o valor de outorga,  
1795 quais são os aspectos técnicos, qual vai ser a qualificação dos licitantes. Então, nesse momento, é  
1796 o que a gente estabelece, o contrato e o edital de concessão e, mais para frente, a gente vai ter o  
1797 detalhamento dos projetos e, por consequência, o detalhamento dos impactos socioambientais.  
1798 Obrigada.

1799 **03:32:07 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Raquel Carneiro, da Secretaria de Parcerias e  
1800 Investimentos. Obrigado pela exposição. Gostaria agora de abrir para os debates. Nós já temos  
1801 aqui a inscrição indicada pelo conselheiro Andrés, ele vai abrir a palavra para Ernesto Maeda. Nós  
1802 também temos a fala aqui do conselheiro Prioste, conselheiro Beloyanis. Online nós temos o  
1803 conselheiro Paulo Nelson. Ok, então vamos começar com essas manifestações. Então gostaria de  
1804 abrir, temos aqui convidado o senhor Ernesto Maeda, que é convidado do conselheiro Andrés  
1805 Vernet. Por favor, a palavra sua

1806 **03:32:59 Ernesto Maeda:** Boa tarde, conselheiros, obrigado pela possibilidade de estar aqui com  
1807 vocês. Eu sou Ernesto, sou professor, sociólogo, sou do Conselho Participativo Municipal do  
1808 Butantã. Estou com a Ângela, aqui também do Movimento Nova Raposo, Não!, conselheiro do  
1809 Edu Carlos (03:33:18), Butantã, estão aqui representando o Movimento Nova Raposo, Não! Esse  
1810 movimento, hoje, é constituído com mais de 100 organizações e movimentos da região de Butantã,  
1811 Pinheiros, Cotia, Vargem Grande Paulista. Nós tomamos conhecimento desse projeto no dia 11  
1812 de abril por um jornal da grande imprensa, e a gente, a partir daí, que nós tivemos o prazo,  
1813 inclusive, até o dia 16 para consulta, prazo limite para consulta, para que a gente, então, dê  
1814 orientação que nós tivemos para manifestar contra esse projeto. Primeiro lugar, nós moramos aqui  
1815 na beira da Raposo Tavares. Eu sei que eu passo todo dia ali, o caos que é a Raposo Tavares. A  
1816 Raposo é hoje uma avenida, não é uma estrada, Grande São Paulo, e precisa ser resolvido o  
1817 problema. Então, nós queremos resolver o problema, só que o problema, primeiro, não houve  
1818 consulta efetiva. O conceito do projeto é um projeto rodoviário. Nós vivemos uma situação de  
1819 clima, de crise de clima no mundo que, ou a gente busca alternativas sustentáveis, com menos  
1820 concreto, com mais permeabilidade, ou a situação vai ser pior. Esse projeto é um projeto que não  
1821 caminha nesse sentido. Então, primeira coisa, não houve consulta. Os estudos de impactos virão  
1822 posteriormente. Faz parte do projeto, por exemplo, a criação de duas marginais ou utilização das  
1823 vias que tem hoje e vai jogar o fluxo, não só de carro para o pessoal escapar do pedágio, vai jogar

1824 para essas marginais dos dois lados, inclusive os ônibus. Conseqüentemente, a tendência vai ser  
1825 as pessoas vão caminhar ou vão para a marginal para não pagar o pedágio, e aí vão lotar essas  
1826 marginais, e para escapar desse tráfego, que vai ficar superlotado, ou vai para dentro do bairro, e  
1827 nós moramos lá, sabemos o caos que vai ser, ou vai ter que escapar para a marginal, para a rodovia,  
1828 e pagar o pedágio. É possível sim, como bem disse a Raquel, e nós já tivemos oportunidade de  
1829 conversar, já tem um projeto, e ela sabe melhor do que eu, que tem um projeto de metrô. A própria  
1830 CET tem projeto de via expressa de ônibus. É possível caminhar para uma proposta, por exemplo,  
1831 ali no quilômetro 18, e ela conhece ali, nós temos ali um pouco adiante a COHAB Raposo. Nós  
1832 temos a Tenda, que são dezenas de prédios, e está em construção ali mais de 100 prédios da  
1833 Reserva Raposo, só nesse pedaço. E aí a saída que se coloca é o que, saída para carro. Não se  
1834 caminha para o transporte coletivo de massas. Então o que nós queremos é a suspensão desse  
1835 projeto. Conversamos isso, nós queremos a suspensão desse projeto. Nós queremos discutir com  
1836 os especialistas alternativas que resolvam o problema de mobilidade de forma adequada, de forma  
1837 sustentável. Porque assim, esse tipo de caminho, esse tipo de opção não vai resolver, vai colocar,  
1838 como ela própria disse, mais carros, aumentar a impermeabilidade. Naquela região mesmo que eu  
1839 citei, nós temos já hoje ali, nós temos um problema de toda vez que chove mais forte ali tem  
1840 inundação, isso, a tendência é aumentar. Isso tem coisas que, obviamente, não é do ponto de vista  
1841 do DER, mas é um problema da cidade que tem que ser resolvido. Então assim, nosso  
1842 posicionamento, quando a gente fala, nós estamos continuando o movimento, a gente está  
1843 conversando com a população. Já tivemos duas reuniões com o secretário, fomos bem recebidos,  
1844 mas nós queremos discutir. Essa é a solução. Por exemplo, nós temos, na cidade de São Paulo, o  
1845 fluxo, e ela conhece muito melhor do que eu, engenheira, é especialista na área, o fluxo de pessoas  
1846 que chegam todo dia na cidade de São Paulo é um absurdo. Seria necessário que todas essas  
1847 pessoas que vêm para cá de carro, entrar com o carro no centro da cidade? Eu creio que não. Se  
1848 tivesse alternativa para as pessoas, chegando próximo de São Paulo, se deslocar com transporte  
1849 público de qualidade, você consegue resolver ou melhorar pelo menos o problema de mobilidade  
1850 dentro da cidade de São Paulo. É preciso pensar a cidade de São Paulo, a grande São Paulo, de  
1851 uma forma mais estrutural. Então é isso. Agradeço a oportunidade de me manifestar.

1852 **03:38:25 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, senhor Ernesto Maeda, pela participação.  
1853 Convido agora o conselheiro Fernando Prosti.

1854 **03:38:33 Fernando Prioste:** Bom, primeiro agradecer a Raquel pela exposição e pela Roberta,  
1855 que facilitou o acesso às informações do *data room*. Eu pude ver, tem muita informação lá. Mas  
1856 dizer assim, concordando muito com que o Ernesto disse, acho que a consulta pública que foi feita,  
1857 ela não pode ser chamada efetivamente de consulta pública. Primeiro, porque todo esse material  
1858 que está no *data room* não estava disponível à consulta pública, tinham slides, documentações  
1859 muito simples, que inviabilizam a participação na Audiência Pública. E uma Audiência Pública,  
1860 num determinado momento, numa reunião grande, você não consegue ter uma efetiva participação  
1861 para discutir a proposta do procedimento. E me sinto, de certa forma, frustrado, inclusive, como  
1862 conselheiro aqui no CONSEMA, porque a gente ia discutir isso mês passado, antes do lançamento  
1863 do edital, e a gente está discutindo hoje aqui, depois do lançamento de edital, é como se olha,  
1864 vocês podem até falar, mas não sei se eu vou levar muito em consideração, porque eu já lancei o  
1865 edital, sabe? Então eu acho que é complexo isso, assim. E indo para o material que eu li, eu vi lá  
1866 que a IFC do Banco Mundial ela suporta esse procedimento. Eu vi que ela diz lá nas normas que  
1867 diz assim, “que o objetivo é assegurar a qualidade e a universalidade do serviço e a proposta mais  
1868 vantajosa possível do ponto de vista econômico”, mas o que eu vejo da documentação é a análise  
1869 do ponto de vista econômico. É como se diz em inglês, *business as well*, é fazer negócio, é fazer

1870 a viabilidade econômica desse empreendimento sem necessariamente pensar na parte mais  
1871 importante, que é a qualidade e universalidade do serviço. E me chama muito, também, a atenção,  
1872 as informações que estão lá no *data room*, por exemplo, no que diz respeito à concessão, já que é  
1873 operada pela Via Oeste, porque eu vi lá naquela documentação que o faturamento bruto em 2020  
1874 foi na casa de 1.09 bilhão de reais. E eles tiveram uma margem operacional nesse ano de 49%, ou  
1875 seja, 500 milhões de reais de margem operacional em um ano. E a lagida, em português, que é o  
1876 tal do ebitda em inglês, de 77% de 1.09 bilhão de reais em um ano, numa concessão que, pelo que  
1877 eu vi lá, o valor da outorga fixa é de 60 milhões de reais, por mais que você faça muito  
1878 empreendimento ali, a captação dessa rodovia, que vai ser gigantesca, não vai ser muito diferente  
1879 desse. É um valor realmente muito alto. E eu vejo que a concepção, a questão ambiental, ela não  
1880 deve ser tratada só no procedimento de licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental é a  
1881 parte final do tratamento da questão ambiental. É como o Banco Mundial diz o material dele, o  
1882 projeto precisa ser concebido a partir de uma visão socioambiental, e não relegar essa questão ao  
1883 processo de licenciamento para mitigar impactos de um projeto que já foi pré concebido nesse  
1884 modelo que o Ernesto falou de viabilizar a fluidez de tráfego de veículos individuais, e eu vi a  
1885 documentação e tinha a documentação que sei lá, vamos ver os passivos ambientais. Falei, pronto,  
1886 agora chegou na questão, mas o passivo ambiental tratado, é talude e assoreamento, basicamente  
1887 questão de trafegabilidade da rodovia. Não tem uma palavra sobre, “olha, esse modelo, do ponto  
1888 de vista do impacto ambiental, para essa grande cidade, para o estado de São Paulo, ele ajuda nisso  
1889 ou ele prejudica naquela questão”. Se não tem um estudo sobre isso, como a gente pode dizer que,  
1890 de fato, isso tem uma contribuição para a qualidade do ar, inclusive, no estado de São Paulo, que  
1891 é crítica, a gente analisa todo ano aqui os relatórios de qualidade do ar e vê que a situação não é  
1892 de perspectiva de melhora, é perspectiva de piora. Então, se o projeto não é pensado nessa  
1893 perspectiva, que eu acho que é bastante ultrapassada da fluidez do tráfego de veículos individuais,  
1894 não é pensada no transporte de massa, como o Ernesto falou, o impacto disso aqui tende a ser  
1895 negativo para o futuro, inclusive porque estimula as pessoas a chegar em São Paulo por carro, com  
1896 todas as iniquidades econômicas que isso vai trazer. Porque de uma parte, como disse o Ernesto,  
1897 quem não tem condição de pagar o pedágio vai para as marginais, e vai entupir as marginais, e  
1898 não só as marginais, mas todos os bairros, porque todo mundo hoje usa o Google Maps ou qualquer  
1899 ferramenta dessa, e se a marginal está entupida, vai mandar você por dentro do bairro, e você vai  
1900 por dentro do bairro, e vai entupir tudo que está por ali. E quem tem um pouco mais de recurso  
1901 vai pagar o pedágio e chegar primeiro. Só que também tem uma injustiça tarifária nesse sentido,  
1902 porque quando a gente diz da chegada a São Paulo, não necessariamente, eu penso que muita gente  
1903 não mora em São Paulo porque não tem condição, porque é caro morar em São Paulo e que vai  
1904 morar mais longe, porque é mais barato morar mais longe, mas vai pagar mais caro no pedágio,  
1905 porque vai trafegar mais. Então, não necessariamente a lógica do quilômetro rodado e o pagamento  
1906 do pedágio é a lógica da justiça social nessa questão, principalmente quando a gente está perto da  
1907 cidade, porque muita gente mora fora e vem trabalhar aqui não é por opção. Alguns sim, vão para  
1908 os condomínios e tal, quer ter sua vida, quer vir para cá, mas a grande maioria, não. E vem num  
1909 transporte público muito precarizado, sabe? Não pensar em integração com o metrô, com o trem,  
1910 com outros modais de transporte de massa e mais uma vez apostar no transporte individual de  
1911 carro, para mim, eu acho que não é só injusto, do ponto de vista socioambiental, é de fato declarar  
1912 que o estado não está observando essa questão, que a questão ambiental realmente não tem  
1913 relevância, que o importante fazer *business as well*, conceder as rodovias e acreditar, ou esperar  
1914 que a entidade privada vá ter atenção com essas questões, que não vai ter, e não é, vamos dizer  
1915 assim, culpar as empresas. As empresas são constituídas com o objetivo de obter lucro, é isso,  
1916 principalmente as que têm ações na bolsa. Não só, mas principalmente essas, e eu não consigo

1917 cobrar dessa pessoa, que ela faça mais do que está no contrato dela, e se o contrato dela não está  
1918 exigindo essas questões, ela não vai ser implementada. Então, acho que a proposta do Ernesto é  
1919 muito bem-vinda de voltar ao edital atrás, fazer esses estudos, esse tipo de análise, para que  
1920 efetivamente se pense uma solução para aquela questão sobre o ponto de vista efetivamente da  
1921 justiça socioambiental, de outro modelo de deslocamento na cidade, na chegada em São Paulo,  
1922 que não seja privilegiar o veículo automotor individual.

1923 **03:44:20 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Convido agora o conselheiro Paulo  
1924 Nelson do Rego.

1925 **03:44:29 Paulo Nelson do Rego:** Bom, fazendo um pouco eco à fala do Ernesto e do Fernando  
1926 Prioste, a gente tem algumas críticas que eu gostaria de estar apresentando. Primeiro, que a gente  
1927 não enxergou, dentro do material que foi disponibilizado, um impacto de vizinhança, que isso irá  
1928 impactar em todas as populações que estão no entorno da rodovia. Eu acho que essa é uma sinergia  
1929 importantíssima de ser analisada em qualquer sistema viável. A gente tem aqui um adensamento  
1930 populacional muito grande. Uma outra questão que eu acho que é muito importante, que hoje é  
1931 uma matriz que tem que ser olhada em qualquer sistema de ligação, são as ciclovias. A gente tem  
1932 que ter ligações que estejam privilegiando, estejam conectando as ciclovias, e a rodovia, no seu  
1933 entorno, deve estar pensando nesse tipo de compensação, no mínimo, para poder estar colocando.  
1934 Outra questão também é a questão metroviária. Foi citado que a linha marrom vai estar sendo  
1935 estudada para ligar Cotia a São Paulo há muitos anos. O primeiro estudo lá atrás, que se concebeu,  
1936 para fazer essa ligação, se contemplava no centro da rodovia o metrô, para que pudesse já  
1937 aproveitar esse impacto existente para atender o transporte de massa, e a gente não vê nenhuma  
1938 preocupação específica. A gente sabe que, inclusive, o governo do estado está pensando numa  
1939 remodelação da agência, e a gente vê que a integração do metrô, do trem urbano, e essas ligações  
1940 todas, serão de fundamental importância para diminuir a entrada de veículos no município de São  
1941 Paulo, que já é totalmente estrangulado. Nós vamos beneficiar uma via de acesso mais fluída para  
1942 chegar na Marginal que já é entupida diariamente. Então, como é que isso está sendo tratado, de  
1943 que forma? Por que não criar bolsões de estacionamento que antecedem, inclusive, a chegada a  
1944 São Paulo, para que a gente possa ter justamente uma integração metroviária com esses  
1945 estacionamentos e evitar a chegada do carro a São Paulo? E por fim, eu gostaria de falar justamente  
1946 da questão da máquina de drenagem, é uma questão municipal, que a gente sabe, mas o estudo em  
1947 si tem que, também, ter dentro das suas compensações e mitigações, as questões metroviárias que  
1948 a gente faz numa rodovia e que depois fica inundada, parada e só dando efetivos a toda a  
1949 população. Apesar de não ser um objeto direto da rodovia, eu entendo que esse é um tema  
1950 ambiental de extrema importância a ser tratado como compensações a serem olhadas na rodovia.  
1951 Eu acho que assim, é muito triste a gente ver o edital sendo colocado antes da discussão ampla. O  
1952 Fernando falou com muita propriedade, a gente tinha uma proposta de trazer um estudo para ser  
1953 discutido no CONSEMA aqui, para que a gente pudesse sugerir, a gente vê um processo  
1954 engessado, já vindo com parâmetros que não olharam todos os esses aspectos que, na minha  
1955 opinião, e eu acho que na opinião de muitos, é essencial.

1956 **03:48:16 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Agora faltam 10 minutos para 1  
1957 hora. Então, nós temos uma última inscrição aqui do Beloyanis. Na sequência, queria convidar  
1958 novamente a Raquel para fazer os comentários, e depois a gente já ir para os comentários finais  
1959 da mesa para a gente encerrar. Então, por favor, conselheiro, Belo.

1960 **03:48:36 Beloyanis Monteiro:** Anselmo, é o seguinte, eu quero reforçar a fala do Fernando, que  
1961 é uma fala que é a minha fala também. E quero passar minha fala aqui também para a companhia

1962 Angéla, que é do movimento, que eu acho importante ouvir o pessoal que é do movimento, para  
1963 ter mais propriedade.

1964 **03:48:56 Angéla Martins:** Bom dia. Estamos já no avançado da hora aqui, mas eu queria  
1965 agradecer a presença, poder estar aqui conversando com vocês, com os conselheiros do  
1966 CONSEMA, senhora secretária. Assim, eu vou procurar não repetir as coisas super importantes  
1967 que o Ernesto já colocou, o Fernando já colocou, o Paulo já colocou. A necessidade de ter um  
1968 outro paradigma de cidade. Se a gente fala resiliência, a gente tem que ir na direção da resiliência.  
1969 E resiliência, inclusive, eu quero ressaltar o aspecto da moradia, dos bairros que estão na beirada  
1970 da Raposo Tavares, até Cotia, praticamente. Só um pouquinho antes de Cotia é que vira uma coisa  
1971 mais parecida com uma estrada, mas até lá é uma avenida, é uma avenida já há muito tempo, que  
1972 ela se consolidou como avenida. Os bairros que estão aqui no começo, tem bairro, por exemplo,  
1973 Previdência, 70 anos tem este bairro. O outro bairro, do outro lado da Raposo Tavares, tem pelo  
1974 menos 35 anos. Então, nesses bairros moram muita gente que já passou a família inteira, outra  
1975 geração e tudo mais, mas moram muitos velhos também. Então, como é que a gente faz para o  
1976 velho falar assim: “não, está desapropriado, mas vai pagar x”. Uma pessoa que está já no final da  
1977 vida, está na última etapa da vida, “não, o senhor tem que mudar, o senhor tem que ir atrás de  
1978 outra coisa para mudar”, e a gente sabe que ressarcimento não vai resolver a questão. Então, a  
1979 gente tem um conjunto que existe, já, que foi criado há muito tempo, ele se consolidou. Desde o  
1980 início da Raposo Tavares até o quilômetro 13, a gente tem uma cobertura arbórea, só ao lado da  
1981 rodovia, de 100 mil m<sup>2</sup>, isso é proteção ao sol, proteção de poluição aérea, de particulados,  
1982 proteção em relação a gases de efeito estufa, que é a vegetação tira da atmosfera. Então, a gente  
1983 tem, do ponto de vista climático, a gente tem uma receita bomba, porque você, por um lado, lota  
1984 de carros, e por outro, tira uma quantidade arbórea enorme. Então isso acontece, assim,  
1985 principalmente nesses bairros de cá, mais próximos, que estão consolidados há muito tempo. Boa  
1986 parte dessa vegetação é resultado da manutenção desses bairros, que fazem a manutenção dessas  
1987 árvores. E outra coisa muito séria é que, pelo desenho, a gente não teve acesso a esse nível de  
1988 detalhamento. Ótimo, vou querer ver, nós vamos querer estudar isso aí. Sabe quantos córregos que  
1989 vão ser impactados diretamente? Mais de 40 córregos. Sabe quantas nascentes? Mais de 32  
1990 nascentes vão ser impactadas diretamente. Esses impactos, muitos deles serão irreversíveis, vai  
1991 haver movimentação, onde é que vai parar esse corte de barrancos que vai acontecer? Onde vai  
1992 parar? Tem aterro sanitário de inertes suficientes para ter isso ou vai fazer preencher valas? Enfim,  
1993 tudo isso nos preocupa demais. Eu sou bióloga e sou do Carlos Butantã, como o Ernesto falou,  
1994 então a gente discute muito isso. A gente teve um trabalho enorme para manter o Parque da  
1995 Previdência, porque estava sendo feita uma construção, gente, os animais começaram a fugir do  
1996 parque, sabe? A gente viu animais mortos na Raposo Tavares por conta dessa obra. É impacto,  
1997 porque tem vibração do solo, tem ruído. Então, não adianta falar, tem que retificar a Raposo, na  
1998 altura do Parque da Previdência, vamos passar em cima do Viveiro 2, que foi transformado a duras  
1999 penas em ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental). Então são áreas que têm mais  
2000 vegetação. Então essa quantidade de vegetação que eu falei, é só em 5 quilômetros e até Cotia tem  
2001 muito mais. E dentro desses parques vão passar em cima de nascentes, em cima de vegetação,  
2002 parte oriunda da Mata Atlântica, em fase, às vezes, avançada de regeneração, como é no caso da  
2003 Previdência. Então, se eu passar um viaduto, por exemplo, por cima do Parque da Previdência, o  
2004 barulho vai assustar toda a fauna. E é um jogo muito delicado. Então eu só queria reforçar, então,  
2005 a necessidade de parar e pensar esse jogo, esse quebra cabeça, porque tem que resolver, a  
2006 mobilidade tem que ser resolvida mesmo. Obrigada, gente.

2007 **03:54:21 Anselmo Guimarães:** Senhora Angela Martins, professora Angela Martins, obrigado.  
2008 É só para a gente fazer, está sendo transmitido ao vivo, e para a gente fazer os devidos registros e  
2009 apontamentos na sequência. Agradeço aos conselheiros. Gostaria de convidar a Raquel para fazer  
2010 as suas considerações, esclarecimentos e comentários. Pode se sentar à mesa conosco, por favor.

2011 **03:54:52 Raquel Carneiro:** Obrigada. Eu acho importante a gente falar sobre outros projetos,  
2012 para não dizer que a gente está só com o projeto da Nova Raposo, então, o que foi pensado na  
2013 Nova Raposo e o que o governo tem pensado em paralelo disso? Então a Nova Raposo foi  
2014 motivada, porque deixar hoje a Raposo como está, com o número de mortos, é algo inconcebível  
2015 da gente não fazer absolutamente nada, então assim, algo tem que ser feito. A proposta que a gente  
2016 buscou foi exatamente visando reduzir o número de mortos, segregando os acessos, trazendo  
2017 segurança viária para o trecho. Paralelo a isso, a gente sabe que a gente precisa de um esforço para  
2018 reduzir o número de veículos. Então, assim, a solução não foi buscando atrair mais tráfego e atrair  
2019 mais veículos para São Paulo, tanto que a gente conversou tanto com as prefeituras de Cotia e São  
2020 Paulo, mais de uma vez, com as equipes técnicas da CET, a parte ambiental da prefeitura de São  
2021 Paulo. A preocupação que eles têm é não só de fazer chegar mais veículos, mas como solucionar  
2022 essa distribuição depois que chega nos bairros em São Paulo, a proposta de você transformar ali a  
2023 avenida da Escola Politécnica como uma alternativa para descarregar um pouco do começo da  
2024 Raposo. Mas eu acho importante falar que o projeto da linha 22 do metrô, apesar dele ter sido  
2025 pensado há muitos anos, ele está avançando de uma maneira muito boa, então a gente tem já a  
2026 programação para tirar licença desse projeto. Então, a Cetesb está escrevendo o Termo de  
2027 Referência para o pessoal do metrô realizar esses estudos. Eles estão com o projeto que a gente  
2028 fez da Raposo, apesar de não necessariamente ser exatamente esse que vai ser utilizado pela  
2029 concessionária, mas também a gente vai ter o TIC Sorocaba, que também é um projeto de trilhos,  
2030 que daria para a gente reduzir o tráfego na Raposo, não só na chegada em São Paulo, mas até  
2031 Sorocaba. E a ideia desses projetos é que a gente tenha bolsões de estacionamentos, que as pessoas  
2032 tendam a vir para São Paulo de trilho. Então, assim, a solução da Raposo, em nenhum momento  
2033 quer fortalecer o transporte de veículos leves ou de caminhões, tanto que a gente quer que os  
2034 caminhões parem de passar ali, eles peguem aquele anel para ir para a Régis, pegar Imigrantes por  
2035 lá, a gente não ter tanto esse impacto de veículos pesados, e os veículos leves serem reorganizados.  
2036 Então, além disso, a gente tem uma conversa muito próxima com a Cetesb, então a gente vai fazer  
2037 uma consulta de todos os estudos que o empreendedor vai ter que mostrar, para a gente ter uma  
2038 segurança que isso vai ser positivo para a população. Em nenhum momento a gente quer fazer um  
2039 projeto que não seja bom para quem vive no entorno e também para o estado como um todo. Além  
2040 disso, a gente tem a agência reguladora, que vai fazer esse acompanhamento pari passu. A gente  
2041 tem a figura de um certificador independente, no caso desse projeto, então, além da agência, a  
2042 gente vai ter um outro certificador acompanhando todo o processo para ver se está tudo seguido  
2043 conforme a gente pretendeu lá no Anexo 6, no Anexo 7 da concessão. E, por fim, trazer que  
2044 publicar o edital e realizar um leilão não quer dizer fim de comunicação, a gente vai começar uma  
2045 concessão, então, assim, a gente vai ter a oportunidade de discutir esse projeto de uma maneira  
2046 mais detalhada. A prefeitura de São Paulo tem que dar licenciamento para isso. Para isso, vai  
2047 passar em todas as áreas da prefeitura, área ambiental, área de trânsito, então, tudo isso está sendo  
2048 conversado e a partir daqui vai ter um acompanhamento próximo da agência e próximo do  
2049 governo. Então, esse diálogo não acaba com a publicação do edital, não acaba com o leilão e a  
2050 gente está aberto para essa discussão. A gente já conversou com o pessoal sobre prazos de  
2051 prorrogar esse leilão ou talvez abrir novas consultas, novas Audiências para o projeto da  
2052 concessão, e é importante dizer que a gente tem uma concessão terminando lá, e para gente

2053 prorrogar uma concessão que foi feita lá em 98, com riscos que não existiam em uma concessão  
2054 rodoviária, então, os contratos antigos têm uma taxa de retorno, uma taxa de pagamento para o  
2055 parceiro privado maior do que os contratos atuais, então você prorrogar isso e manter o estado  
2056 garantindo essa taxa de retorno para o parceiro privado sem a realização de investimentos para a  
2057 região é bastante negativo. Eu acho que era isso que eu queria trazer.

2058 **03:59:58 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Senhora secretária, por favor.

2059 **04:00:00 Natália Resende:** Bom, obrigada, gente, pela participação. Queria primeiro agradecer a  
2060 Raquel pela presença aqui hoje. Só ressaltar também que eu acho que é sempre importante a gente  
2061 falar isso, o trabalho técnico que a Secretaria de Parcerias e Investimentos vem fazendo no estado,  
2062 não só nesse projeto. Então, o corpo técnico muito qualificado, a própria Raquel aqui, é a  
2063 representação disso, secretário Benini também, é muito importante a gente ter isso para poder tocar  
2064 agendas de desestatização, concessão, que sempre são muito sensíveis. E é importante a gente  
2065 fazer esse debate. E quando a gente fala, principalmente da área de transportes, de logística, a  
2066 gente precisa ver o panorama total, não é? Você trouxe um pouquinho aqui e a gente tem visto  
2067 isso muito próximo também, com o pessoal da SPI, no governo como um todo, o próprio  
2068 governador, muito por diretriz dele, fez com que a gente, lá no início, criasse, a molde do que a  
2069 gente veio fazendo também no governo federal, um programa de parcerias de investimento para  
2070 olhar a nossa matriz logística, entender como é que funciona a chamada infraestrutura de rede e  
2071 os nós. Então, a infraestrutura de rede que a gente está falando aqui é a rodovia, são os trilhos, é a  
2072 hidrovias também. E ver como é que a gente faz para poder melhorar a nossa matriz logística, que  
2073 no Brasil e no mundo também, se a gente olhar alguns lugares, ela é carregada no rodoviário. Teve  
2074 uma época que o próprio modo rodoviário foi muito estimulado, ali em 1900, aqui no Brasil e em  
2075 outros lugares. O que aconteceu aqui no Brasil é que se a gente pegar a época imperial, quando lá  
2076 em 1854 foi feito 9 quilômetros da primeira ferrovia nossa com Mauá, a gente começou muito por  
2077 investimento privado, até chegar ali em 39 mil quilômetros, mais ou menos, acho que o máximo  
2078 que a gente já conseguiu chegar no Brasil no final da década de 30, e aí começou a descer por falta  
2079 de investimento na parte de ferrovias no Brasil, aqui, e outros lugares do mundo, isso foi mais  
2080 estimulado. E aí a gente chega em um cenário brasileiro de 29 mil quilômetros de malha no Brasil,  
2081 9 mil inoperantes, sendo que a gente tem um país de dimensão continental, que a gente tem muita  
2082 potencialidade nesse tipo de transporte. E aí a gente vem fazendo um esforço, falando um  
2083 pouquinho desde do Tarcísio, enquanto ministro da infraestrutura, de estimular muito as ferrovias  
2084 no Brasil, daí a lógica de investimento cruzado, da lei 13.448, de no âmbito de uma prorrogação  
2085 antecipada, você fazer a Fico (Ferrovia de Integração Centro-Oeste), que está sendo construída  
2086 agora, e uma série de construções ferroviárias, que, na época, o Ministério da Infraestrutura  
2087 começou a estimular. E aí, se a gente olhar aqui no estado também, a gente, dentro das nossas  
2088 competências, porque a parte ferroviária tem uma competência federal muito forte. Então, todas  
2089 as malhas que estão chegando aqui de carga, MRS, FCA, Malha Paulista, elas são federais. E  
2090 mesmo assim a gente tenta fazer muita articulação quando precisa de licenciamento, quando  
2091 precisa de outorga no DAEE para a gente conseguir estimular isso. E aí, dentro da nossa  
2092 competência, que olha muito também o passageiro. A gente tem um portfólio muito robusto da  
2093 parte de trilhos. A Raquel falou do Sorocaba, a gente fez o leilão do TIC Campinas. A gente tem  
2094 o estudo da baixada santista, então a gente está sim investindo muito nisso. A gente está na parte  
2095 de hidrovias também, que é importante a gente ressaltar, que é o modo mais sustentável, fazendo  
2096 uma obra que estava paralisada, que é histórica, também para o setor de transportes, que a Nova  
2097 Avanhandava. Então, a gente já começou em abril do ano passado, e são 36 meses de obra, a gente  
2098 vai tirar o gargalo, que são 16 quilômetros de rocha, que a gente precisa fazer a explosão

2099 subaquática com proteção da fauna, e daí a gente precisa respeitar o período defeso, para a gente  
2100 conseguir ter 3,5 de profundidade e não ter a paralisia do transporte aquaviário em época de  
2101 estiagem, como a gente teve em 14 e 15, durante 20 meses, por exemplo. A gente está fazendo  
2102 isso lá em 2026, a gente conclui. Estou dando esse panorama para dizer que a gente está olhando  
2103 todos os lados, a gente está olhando o hidroviário, a hidrovía Tietê - Paraná, a gente está olhando  
2104 os trilhos, a gente está olhando a parte de rodovias, as travessias também, e a gente precisa fazer  
2105 isso. O nosso PPA, se vocês olharem, ele tem uma parte multimodal, exatamente para a gente  
2106 olhar o todo. E aí quando a gente se depara com a parte de rodovias, a gente tem que ver a  
2107 especificidade de cada local. Então, quando a gente olha a questão da Raposo, a gente vê contratos  
2108 que estão expirando e a gente tem oportunidade, a gente precisa fazer melhorias nesses contratos.  
2109 E daí a questão de iluminação, de tudo que a Raquel colocou, de redução de acidentes, é muito  
2110 importante, e de uma realidade que você tem uma chegada muito carregada, e a gente precisa tratar  
2111 isso, em conjunto com tudo isso. A gente tem uma realidade de uma rodovia que, quando a gente  
2112 estava no desastre de São Sebastião, 135 quilômetros ali no que não entrou no lote litoral, que a  
2113 gente está estudando também para a gente olhar a macrodrenagem, os estudos ambientais, junto  
2114 com o IFC, que a gente está vendo uma nova forma, que a gente está aprimorando, dado as  
2115 particulares do local, para a gente sempre, e São Paulo é referência nessa parte de modelagem de  
2116 rodovia. Então, a gente está olhando as especificidades e tentando atacar da melhor forma possível.  
2117 Só citando esse exemplo lá, porque vai ser em 2026, enfim, tem muita discussão, mas é uma  
2118 particularidade lá do litoral norte que a gente tem, que a gente viu acontecendo lá no desastre, a  
2119 gente se atentou para isso, estamos estudando. E aí uma coisa importante que a Raquel comentou,  
2120 que eu acho que a gente, aqui no conselho, tem sim que se atentar, essa discussão vai vir para cá  
2121 quando a gente for fazer Audiência, e nada de qualquer obra vai ser feito sem a aprovação do  
2122 CONSEMA, e sem aprovação da Cetesb, então essas obras todas aqui, a gente vai discutir sim, a  
2123 gente vai olhar, a gente vai ficar no pé da Raquel, a gente vai ficar no pé do Benini, para elas  
2124 saírem com essas preocupações que a gente está tendo aqui, que eu tenho certeza, porque o Banco  
2125 Mundial é muito crítico em relação a todos os projetos, são muito detalhistas, a gente também tem  
2126 que ser, a gente é, e aí até porque a gente tem essa interlocução muito próxima, e aí a gente tem  
2127 que aprofundar e cobrar, sim. Então, quando vier naquela fase lá de audiência aqui para o  
2128 CONSEMA, quando for para a Cetesb, com certeza a gente tem que olhar ainda mais no detalhe,  
2129 e aí é bom que a gente já começa a se debruçar desde já, porque quando chegar a hora, que  
2130 realmente, o processo de concessão, é aquele que a Raquel mostrou, mas a gente tem que estar  
2131 preparado. Então, a gente tem que sim, ler, anotar, para, na audiência aqui, naquele momento, a  
2132 gente cobrar, e a gente vai cobrar com certeza. E isso é dado do processo. Mas enfim, só dei um  
2133 panorama aqui, já me estendi muito, mas só para dizer que é muito importante a gente ter essas  
2134 contribuições, esse diálogo. Sempre se atentar para a parte do panorama da matriz logística do  
2135 estado de São Paulo, para a gente equalizar. As rodovias sempre vão existir, a gente sempre tem  
2136 que melhorá-las, olhar também os outros modos de transporte e caminhar com um processo  
2137 conjunto, entendendo dos tempos e movimentos, até porque ferrovia é um custo afundado alto.  
2138 Então, TIC Campinas vai ser o que, 2029, 2030, 2031 ali, para conseguir fazer, e daí tem um aporte  
2139 muito forte do governo. Enfim, a gente está fazendo muita coisa nessa parte de logística,  
2140 considerando as especificidades, e aí a gente vai ficar com certeza no pé da Raquel, do Benini,  
2141 para quando vier aqui para audiência no CONSEMA também. De novo, obrigada. Parabéns pelo  
2142 trabalho que vocês estão fazendo lá. A gente fica muito feliz de ter técnicos como você à frente  
2143 desses projetos. Obrigada gente, obrigada pela participação, aos moradores também, a associação.  
2144 Obrigada por vocês terem vindo aqui hoje.

2145 **04:08:17 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado a todos e a todas. Fico feliz de estar de volta aqui  
2146 e acompanhar debates de tão elevado nível. Agradeço aqui aos conselheiros e conselheiras, e no  
2147 que eu puder ser útil daqui para frente, me coloco à disposição de todos e todas. Obrigado, Raquel,  
2148 e finalizada a reunião. Até o mês que vem. Obrigado.